

# § Parágrafo

ISSN 2317-4919

O dever de memória é um mecanismo socialmente instalado que possui uma vida ativa e tumultuada: não apenas no sentido de que o passado é um terreno movediço que se transforma continuamente a partir das interpretações que fazemos do presente, mas também a partir da perspectiva de que se trata de um processo que impõe demandas – contraditórias e em disputa – sobre como uma sociedade pensa sobre si própria e quais são os projetos para o futuro que devem ser validados ou não. É a partir desse reconhecimento que a revista **Parágrafo** traz o dossiê “**Jornalismo, liberdade de expressão e censura: 50 anos depois do AI-5**”. Os textos reunidos nessa edição atravessam a discussão sobre como as formas de memória da ditadura militar articulam demandas sociais amplas relacionadas a narrativas autorreferenciais de legitimação, aos silenciamentos no campo da comunicação e às dissimetrias de poder no engendramento dos regimes de visibilidade.

FIAMFAAM

Revista do Mestrado Profissional em Jornalismo  
FIAM-FAAM – Centro Universitário

v.6, n.3, set./dez. 2018



# § Parágrafo

**Revista do Mestrado Profissional em Jornalismo do FIAM-FAAM – Centro Universitário**

São Paulo, Brasil, volume 6, número 3, setembro/dezembro de 2018

ISSN: 2317-4919

The logo consists of a solid blue square with the text "FIAMFAAM" in white, uppercase, sans-serif font centered within it.

FIAMFAAM

# § Parágrafo

Rua Vergueiro, 101, Liberdade, São Paulo, SP, CEP 01504-001

website: [revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi](http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi)

e-mail: [paragrafo@fiamfaam.br](mailto:paragrafo@fiamfaam.br)

## Comitê Editorial

**Editora:** Cláudia Nonato

**Conselho Editorial:** Alciane Baccin, Francisco de Assis, Ivan Paganotti, Juliana Doretto, Michelle Roxo de Oliveira, Silvio Anaz e Vicente Darde

**Conselho Científico:** Adriana Braga (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil), Alice Mitika Koshiyama (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil), Alan Angeluci (Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, SP, Brasil), Álvaro Lorangeira (Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR, Brasil), Ana Carolina Rocha Pessôa Temer (Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil), Andreas Hepp (Universität Bremen, Bremen, Alemanha), Ângela Cristina Salgueiro Marques (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil), Bárbara Heller (Universidade Paulista, São Paulo, SP, Brasil), Bruno Campanella (Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil), César Ricardo Siqueira Bolaño (Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, SE, Brasil), Cláudia Quadros (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil), Dennis de Oliveira (Universidade

de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil), Egle Müller Spinelli (Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP, Brasil), Eliza Bachega Casadei (Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP, Brasil), Eugênio Trivinho (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil), Fábio Pereira (Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil), Fernando Firmino da Silva (Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, PB, Brasil), Francisco Rüdiger (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil), Gislene Silva (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil), Graham Murdock (Loughborough University, Loughborough, Inglaterra), Göran Bolin (Södertörn University, Huddinge, Suécia), Helder Bastos (Universidade do Porto, Porto, Portugal), Ibrahim Saleh (University of Cape Town, Cape Town, África do Sul), Igor Sacramento (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil), Jairo Ferreira (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil), João Carlos Masarolo (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil), José Guibson Dantas (Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil), Laan Mendes de Barros (Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP, Brasil), Laura Cánepa (Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, Brasil), Luciano

Victor Barros Maluly (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil), Luís Mauro Sá Martino (Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, SP, Brasil), Luiz Peres Neto (Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP, Brasil), Marcelo Kischinhevsky (Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil), Marco Roxo (Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil), Marcos Paulo da Silva (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil), Maria Ângela Mattos (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil), Maria Angela Pavan (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil), Maria Aparecida Baccega (Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP, Brasil), Maria Immacolata Vassalo de Lopes (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil), Maria Ogécia Drigo (Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, Brasil), Mark Deuze (University of Amsterdam, Amsterdam, Holanda), Marko Ampuja (University of Helsinki, Helsinki, Finlândia), Marli dos Santos (Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, SP, Brasil), Marta Regina Maia (Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, Brasil), Mayra Rodrigues Gomes (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil), Muniz Sodré (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil), Nilda Jacks (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil), Olga Tavares (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil), Oscar Westlund (University of Gothenburg, Gotemburgo, Suécia), Paulo Roberto Figueira Leal (Uni-

versidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil), Pramod Nayar (University of Hyderabad, Hyderabad, Índia), Rafael Bellan (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil), Rafael Grohmann (Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, SP, Brasil), Rogério Christofoletti (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil), Rogério Covalesk (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil), Rosana de Lima Soares (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil), Rose de Melo Rocha (Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP, Brasil), Sérgio Luiz Gadini (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, Brasil), Sandra Reimão (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil), Stig Hjarvard (University of Copenhagen, Copenhagen, Dinamarca), Thiago Soares (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil), Valdir José Morigi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil), Veneza Mayora Ronsini (Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil) e Verônica Dantas (Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil). Todos são doutores titulados em diferentes instituições no Brasil no exterior.

**Assistentes Editoriais:** Euclides Santos (projeto gráfico) e Gerson Victor dos Santos (editoração eletrônica e programação).



# Sumário

## Editorial

- 9 **Fim**  
*The End*  
Francisco de Assis
- Dossiê - Jornalismo, liberdade de expressão e censura: 50 anos depois do AI-5**  
*Dossier - Journalism, freedom of expression and censorship: 50 years afters AI-5*
- 13 **O dever de memória entre as narrativas autorreferenciais, os silenciamentos e as dissimetrias de poder**  
*The duty of memory between the narratives autorreferenciais, the silenciamentos and the asymmetries of power*  
Eliza Bachega Casadei e Ivan Paganotti
- 15 **AI-5 – Um presente de incerteza e sem horizonte para o futuro**  
*AI-5: a present of uncertainty without horizon for the future*  
Marialva Carlos Barbosa
- 27 **1968 no ‘Jornal do Brasil’ de 2018: um tempo além de seu valor-notícia**  
*1968 in the ‘Jornal do Brasil’ of 2018: a time beyond its news value*  
Itala Maduell Vieira
- 39 **Os aikewáras e a guerra contra o silêncio: ditadura a perpetuação da imagem colonial dos indígenas nos meios de comunicação**  
*The aikewara and the war against the silence: dictatorship and the perpetuation of the colonial image of the indigenous people in the media*  
Thomas Jefferson Gonçalves e Fernando Oliveira Paulino
- 51 **As comunicações do governo militar e da oposição na Guerrilha do Araguaia: profissionalismo, planejamento e poder versus amadorismo e resistência**  
*Military government and opposition communication in the guerrilla of Araguaia: professionalism, planning and power versus resistance and amateurism*  
Eduardo Reina e Camila Escudero

**63** A coluna esportiva de Plínio Marcos no jornal Movimento: a imprensa alternativa como resistência aos silenciamentos

*Plínio Marcos's sports column in Movimento newspaper: alterantive press as resistance to censorship*

José Ismar Petrola Jorge Filho

**77** História e memória da ditadura militar em tempos de (auto)censura: o jornalismo brasileiro e seus clichês historiográficos de autolegitimação

*History and military dictatorship memory in periods of (self-)censorship: Brazilian journalism and its historiographic clichés of self-legitimation*

André Bonsanto Dias

**97** Ditadores militares nas ruas de Vilhena - RO: história e memórias na constituição dos espaços públicos

*Military dictators in Vilhena (RO) streets: history and memories in the formation of public spaces*

Allysson Viana Martins e Khauane Oliveira Farias

## Artigos

### Articles

**111** Reportagens radiofônicas expandidas: a construção de um conceito

*Expanded radio reports: the construction of a concept*

Luana Viana

**123** Ethicidades da televisão no Facebook: a proposta inovadora de um modelo que já existe

*Ethicities of television on Facebook: the innovative proposal for a model that already exists*

William Mayer

**135** Territórios midiáticos da TV aberta no estado de São Paulo e sua relação com o desenvolvimento regional

*Media territories of the open TV broadcasters in the state of São Paulo and its relationship with regional development*

Rosimara de Cássia da Silva Batista, Quésia Postigo Kamimura e Monica Carniello

# Fim

## The End

Esta edição de **Parágrafo** demarca o fim de dois ciclos. Um é o da própria revista, o outro é o do Programa de Mestrado Profissional em Jornalismo do FIAM-FAAM – Centro Universitário, que a edita desde 2015.

Suas histórias, aliás, se entrelaçam. **Parágrafo** foi criada no primeiro semestre de 2013, como publicação científica, em formato digital, da Escola de Comunicação do FIAM-FAAM, que mais tarde passou a se chamar Escola de Comunicação, Educação, Artes, Design e Moda. Tratava-se de iniciativa que recuperava a deixa aberta por propostas anteriores<sup>1</sup> e que acompanhava a dedicação de parcela do corpo docente direcionada à possível implantação de um programa de pós-graduação (PPG), em nível *stricto sensu*, que pudesse acompanhar o estágio avançado dos bacharelados da área da Comunicação mantidos pela instituição há décadas – especialmente o de Jornalismo, iniciado em 1972.

1 No primeiro semestre do ano 2000, no âmbito das então Faculdades Integradas Alcântara Machado (FIAM), foi criada a revista *Ética & Comunicação*, que teve apenas dois números publicados, em formato impresso. Já em 2002, quando houve o processo de fusão de FIAM com a Faculdade de Artes Alcântara Machado (FAAM), dando origem ao FIAM-FAAM – Centro Universitário, foi lançada a revista *Idade Média*, que contou com três edições, também impressas.

Nessa mesma época, portanto, começava a ser gestado o projeto embrionário que resultaria no Mestrado Profissional em Jornalismo, autorizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em março de 2015 e iniciado oficialmente em 8 de setembro do mesmo ano. Ato contínuo, o periódico passou a ser administrado, no segundo semestre de 2015, pelo programa recém-criado, em meio a discussões sobre seu perfil, que foi, a partir dali, gradualmente adequando-se à área de concentração e às linhas de pesquisa do PPG, até conformar-se, no início de 2018, em uma política editorial focada especificamente em problemáticas brotadas do campo jornalístico.

É dessa maneira que revista e programa amadureceram juntos. Muito embora seja prudente pensar numa relativa noção de amadurecimento, em razão do pouco tempo de percurso (seis anos de revista, três anos e meio de programa), alguns vestígios nos revelam que ambos se fizeram sentir junto aos pares. A respeito de **Parágrafo**, o Google Acadêmico indica 259 citações de artigos por ela publicados, de 2014 a 2018, numa escala ascendente (só neste último ano, foram rastreadas 98 citações pela referida ferramenta). Quanto ao programa, além da formação em nível avançado a que se propôs e das ações realizadas além da sala

de aula<sup>2</sup>, sempre foi reconhecido seu esforço em cimentar um solo correspondente à modalidade em que se inscreve, tendo no horizonte as especificidades da área que a Capes hoje denomina Comunicação e Informação<sup>3</sup>. Segundo programa profissional da subárea Comunicação a ser criado no Brasil<sup>4</sup>, o mestrado do FIAM-FAAM abraçou, em seus primeiros semestres de atuação, o compromisso de mais bem compreender as dimensões e a dinâmica dessa ênfase, assim como, em diálogo com o curso que já existia e com os que surgiram na sequência, o de diagnosticar elementos que pudessem tornar sua atuação e a dos congêneres mais claras e coerentes. Como resultado, destacou-se sempre uma postura de defesa do seu lugar de fala – a academia – e do reconhecimento de que o termo “profissional” a lhe dar nome não pode ser confundido com “profissionalizante”, que pressuporia uma formação simplista e orientada à busca por resultados imediatos, superficiais e/ou redutores, ainda que pós-graduada.

Em sintonia com esses parâmetros, e mesmo que por caminhos tortuosos, foi feito o trajeto do programa ao longo de sete semestres, até que optou-se, institucionalmente, por sua desativação. Não se trata de fechamento imediato, é bom que se registre, uma vez que a formação dos mestrandos já matriculados se dará no tempo propício a cada um deles. Mas se trata, evidentemente, de um encerramento já em configuração. Daí, pois, que chega

ao fim (ou bem próximo a ele) junto com a revista<sup>5</sup>, precisamente em dezembro de 2018.

Que podemos extrair dessas experiências? Em primeiro lugar, fica-nos a lição de que editar um periódico científico e dar corpo a um programa de pós-graduação é bem mais do que cumprir funções num certo contexto de trabalho. Trata-se, antes e principalmente, de compromisso levado a efeito em nome do avanço da ciência e da formação de sujeitos críticos e capacitados a lidar com situações as mais diversas, em seus campos de atuação. Por isso mesmo, tão gratificante foi a experiência vivenciada de 2013 até 2018 por aqueles que estiveram diretamente envolvidos nas atividades que agora se encaminham para o desfecho. Porque não obstante descontinuadas, geraram frutos que podem ser colhidos hoje, amanhã e até quando ressoarem no mundo social.

Um segundo aspecto tange ao desafio desses processos. Surgidos em meio a tensões de várias ordens, que afetam o país e o mundo, e concomitantemente a outras iniciativas similares – igualmente desafiadoras –, fizeram-nos compreender que o êxito de ações dedicadas ao ensino e à pesquisa é fundamentalmente dependente das pessoas que as empreendem, e não de possíveis “condições ideais”. A expectativa em promover uma sociedade melhor e a defesa da pesquisa como um caminho para tanto são, pois, o combustível que impulsiona pesquisadores a enfrentarem os muitos percalços por que têm de passar em seu agir profissional, já que não se trata de travessia serena. O muito do que é promovido se deve, especialmente, à perseverança do capital humano.

Nada mais honesto, portanto, neste momento de despedida, do que manifestar gratidão às pessoas que aderiram a essa causa maior e estiveram en-

---

2 Merece destaque, neste sentido, em meio às várias ações e aos vários eventos realizados pelo programa, a promoção do 3º Simpósio Internacional Jornalismo em Ambientes Multiplataforma (23 e 24 de novembro de 2017) e a organização, em parceria com a Universidade Anhembi Morumbi (UAM), do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (7 a 9 de novembro de 2018).

3 Em 15 dezembro de 2016, a Capes alterou o nome da área até então denominada Ciências Sociais Aplicadas 1, passando a chamá-la de Comunicação e Informação.

4 O primeiro programa profissional dessa subárea foi o Mestrado Profissional em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), cujas atividades foram iniciadas em 2013.

---

5 Justamente em razão do processo de desativação do programa, seu colegiado votou pelo encerramento de **Parágrafo**, com esta última edição de 2018, uma vez que o sentido da existência da revista, pelo que já se disse, foi atrelado à própria existência do programa.

volvidas diretamente nesse esforço coletivo. Mesmo correndo o risco de cometer injustiça ao deixar alguém de fora dessas menções, é preciso dar crédito a: **Marcia Furtado Avanza**, responsável pelo processo de criação tanto de **Parágrafo** quanto do próprio mestrado, tendo sido sua primeira coordenadora; **Eliza Bachega Casadei**, primeira editora da revista; **Rafael Grohmann**, o qual posteriormente incorporou o trabalho de edição aos seus afazeres e, igualmente, atuou de maneira decisiva no estabelecimento e na consolidação do programa, até assumir sua coordenação, entre 2017 e o início de 2018; **Gisely Hime**, **Edson Rossi**, **Marcos Zibordi** e **Cláudio Tognolli**, professores que trabalharam conosco em diferentes momentos; e, por fim, **Alciane Nolibos Baccin**, **Cláudia Nonato**, **Ivan Paganotti**, **Juliana Doretto**, **Michelle Roxo de Oliveira**, **Sílvio Anaz** e **Vicente Darde**, que, tendo ingressado cada qual em um momento, compuseram, junto a nós, o último quadro docente do programa. A profa. Cláudia merece, ainda, agradecimento por sua dedicação à revista ao longo do último ano; e o prof. Ivan e a profa. Eliza – logo ela, que viu a publicação nascer –, por terem, coincidentemente neste número final, coordenado o dossiê alusivo aos 50 anos do AI-5, no qual se pretendeu abrir espaço para reflexões em torno da tensão entre **jornalismo e autoritarismo**.

Devemos, também, reconhecer o mérito dos funcionários, os quais deram suporte aos professores e cuidaram das muitas questões relacionadas ao programa e à revista, especialmente **Stefani Silva**,

responsável por secretariar todos os cursos *stricto sensu* do Complexo Educacional FMU | FIAM-FAAM, e **Gerson Victor dos Santos**, analista editorial que tem se dedicado a melhorar continuamente a qualidade dos periódicos da instituição.

A recompensa por esse trabalho conjunto, com o qual cada um dos mencionados contribuiu ao seu modo, corresponde, acima de qualquer vencimento, justamente aos frutos anteriormente mencionados, que ainda poderão ser colhidos. O que aqui estamos sinalizando, logo, não é um fim em si mesmo, mas tão somente a interrupção dos processos. O fim, na verdade, é a impossibilidade de continuar o que vinha sendo realizado, da maneira como o era. Mas o que se fez até aqui não se extinguirá tão facilmente. Quiçá nunca se extinga, a depender do quanto puder se multiplicar, seja por meio do embasamento a novos estudos e novas pesquisas, seja pela atuação dos sujeitos a que nos dedicamos a tornar mestres. Por isso e seguramente, nosso esforço valeu a pena. Ainda vale. E valerá. Até quando produzir eco.

São Paulo, dezembro de 2018.

**Prof. Dr. Francisco de Assis**

*Coordenador do Programa de  
Mestrado Profissional em Jornalismo  
FIAM-FAAM – Centro Universitário*



Dossier

## O dever de memória entre as narrativas autorreferenciais, os silenciamentos e as dissimetrias de poder

### The duty of memory between the narratives autorreferenciais, the silenciamentos and the asymmetries of power

O dever de memória é um mecanismo socialmente instalado que possui uma vida ativa e tumultuada: não apenas no sentido de que o passado é um terreno movediço que se transforma continuamente a partir das interpretações que fazemos do presente, mas também a partir da perspectiva de que se trata de um processo que impõe demandas – contraditórias e em disputa – sobre como uma sociedade pensa sobre si própria e quais são os projetos para o futuro que devem ser validados ou não. É a partir desse reconhecimento que a revista *Parágrafo* traz o dossiê “Jornalismo, liberdade de expressão e censura: 50 anos depois do AI-5”. Os textos reunidos nessa edição atravessam a discussão sobre como as formas de memória da ditadura militar articulam demandas sociais amplas relacionadas a narrativas autorreferenciais de legitimação, aos silenciamentos no campo da comunicação e às dissimetrias de poder no engendramento dos regimes de visibilidade.

O primeiro conjunto de artigos discute a forma como a memória da ditadura militar se tornou um importante elemento discursivo de legitimação das narrativas autorreferenciais da imprensa brasileira. O artigo “AI.5: Um presente de incerteza e sem horizon-

te para o futuro” mostra como os jornais retrataram o evento na época e o sutil jogo entre a lembrança e o esquecimento desse evento na atualidade. Segundo a autora, muitos dos acontecimentos retratados na época ficaram fora das representações presentes sobre o fato e a imprensa foi hábil em engendrar uma narrativa que a colocava como um ator heroico de atos de resistência. Já “1968 no ‘Jornal do Brasil’ de 2018: um tempo além de seu valor-notícia” analisa o discurso jornalístico do *Jornal do Brasil* sobre os acontecimentos políticos de 1968 no Brasil 50 anos depois, em 2018, ano de seu retorno para as bancas. A memória da ditadura, nesse caso, é posta como um elemento validador de uma imagem pública desejável do periódico. Trata-se de um tema também discutido em “História e memória da ditadura militar em tempos de (auto)censura: o jornalismo brasileiro e seus clichês historiográficos de autolegitimação”, em que o autor problematiza a questão da memória da ditadura militar como um acontecimento fulcral para a constituição das identidades do jornalismo brasileiro na atualidade, a partir de uma análise da *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.

O esquecimento compõe outro eixo de discussão do presente dossiê. Em “Os aikewáras e

a guerra contra o silêncio: ditadura a perpetuação da imagem colonial dos indígenas nos meios de comunicação”, o autor discute como certos veículos de comunicação trataram as pautas indígenas, em especial nos contextos políticos em que esse grupo social sofreu abusos. A resistência aos silenciamentos é o temática do artigo “A coluna esportiva de Plínio Marcos no jornal Movimento: a imprensa alternativa como resistência aos silenciamentos”, que aborda a forma como a imprensa alternativa abrigava profissionais censurados nas artes e na grande imprensa e explorava temáticas e linguagens silenciadas em outros jornais.

As dissimetrias do poder de comunicação é discutido no artigo “As comunicações do governo militar e da oposição na Guerrilha do Araguaia: profissionalismo, planejamento e poder versus amadorismo e resistência”. Nele, os autores discutem a disparidade de acesso aos meios produtores de informação dos atores em disputa no conflito, o que levou a consequências importantes nas narrativas

articuladas pela imprensa e pela historiografia. Tal dissimetria é também abordada no artigo “Ditadores militares nas ruas de Vilhena-RO: história e memórias na constituição dos espaços públicos”. A partir das memórias dos moradores das ruas que homenageiam os ditadores militares da cidade de Vilhena, interior de Rondônia, o autor discute a forma como as cidades carregam marcas temporais que revelam aspectos históricos e memoriais de sua existência que deixam entrever campos de poder.

Estudar a vida ativa das memórias é uma forma de acessar as contradições sociais do tempo presente, de forma a repensar as demandas que tais passados narrativizados nos impõem. Boa leitura a todos!

**Profa. Dra. Eliza Bachega Casadei**  
**Prof. Dr. Ivan Paganotti**

*Coordenadores do dossiê*  
*“Jornalismo, liberdade de expressão e censura:*  
*50 anos depois do AI-5”*

# AI-5: um presente de incerteza e sem horizonte para o futuro\*

## AI-5: a present of uncertainty without horizon for the future

**Marialva Carlos Barbosa**

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

\* Este texto, com modificações, foi originalmente apresentado como conferência de abertura do Congresso Regional Sudeste da Associação Brasileira de História da Mídia, realizado em Belo Horizonte (MG), em 5 de junho de 2018.

## Resumo

O artigo tem por objetivo mostrar como o jornalismo constrói uma memória cultural e midiática do AI-5, através de estratégias narrativas, produzindo e reatualizando, por exemplo, um esquecimento duradouro de muitas das significações daquele passado. Assim, enquanto algumas edições ganham relevância por espelharem um passado midiático heroico, outras são deliberadamente esquecidas. Como os jornais construíram aquele momento que se constituiria em páginas para um futuro de um passado numa narrativa repleta da dimensão histórica? Propomos, portanto, uma reflexão não apenas sobre a dimensão memorável do jornalismo, mas também do estabelecimento de vínculos desse mesmo jornalismo com o presente, o passado e o futuro numa teia de ressignificações narrativas.

## Abstract

The article aims to show how journalism builds a cultural and mediatic memory around the AI-5 (Institutional Act nº 5), through narrative strategies, producing and re-updating, for example, a long-lasting forgetfulness of many of the meanings of that past. Thus, while some editions gain relevance for mirroring a heroic mediatic past, others are deliberately forgotten. How did the newspapers construct the moment that would constitute itself as pages for a future of a past in a narrative filled with historical dimension? We propose, therefore, a reflection not only on the memorable dimension of journalism, but also on the establishment of links connecting this same journalism with the present, the past and the future in a web of narrative resignifications.

## Palavras-chave

Memória; história; narrativa; AI5.

## Keywords

memory; history; narrative; AI-5.

A data marco do cinquentenário da promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) induz a uma reflexão sobre esse processo histórico quase contemporâneo. Isso porque para a história 50 anos é um tempo demasiadamente curto e como tal figura tanto na memória daqueles que viveram aquela época como também nas várias memórias herdadas pelas narrativas que remontam insistentemente o passado no presente.

A essas múltiplas memórias dos grupos – a família, os amigos, os sobreviventes, etc. – se junta outra fundamental na constituição de um passado representado que se torna novamente presente periodicamente: a midiática.

Não apenas nas datas comemorativas, mas também em outros momentos significativos – elevados à condição de emblemas – o passado comparece no presente e ganha novas significações. Também o trabalho dos pesquisadores produzem essa ação ao tentar interpretar esse tempo de outrora, sob novas bases e imersos em novas intencionalidades. Isso é, por exemplo, o que fazemos ao analisar, do ponto de vista de uma memória cultural e uma memória midiática, que dela faz parte, o acontecimento singular Ato Institucional nº 5.

No artigo vou destacar a forma como este acontecimento foi construído há 50 anos por alguns dos principais jornais do Brasil e mostrar que muitas das significações construídas naquele passado foram relegadas a um esquecimento duradouro, enquanto outras imagens ganharam a relevância de serem narradoras privilegiadas de um passado heroico midiático.

## **Nenhuma ditadura é branda**

Apenas para contextualizar brevemente, sobretudo para aqueles que nunca viveram sob um regime de exceção, já vivíamos o quarto ano de um governo ditatorial, num momento em que em todo o mundo explodia diversos movimentos de contestação da política e dos costumes. No Brasil esses movimentos, sobretudo o dos jovens, associaram-se a

um combate mais organizado contra o regime, com a intensificação dos protestos dos estudantes. No decorrer do ano de 1968, também a Igreja aprofunda sua luta na defesa dos direitos humanos, enquanto lideranças, através de associações entre alguns dos mais importantes políticos de então, procuravam criar caminhos para combater a ditadura. Em São Paulo, inicia-se a primeira greve operária desde o início do regime militar, com a deflagração do movimento dos metalúrgicos de Osasco. Tudo isso se constituiu numa espécie de senha para os arautos do regime ditatorial clamarem pela implantação de mecanismos de exceção ainda mais duros para combater as chamadas “ideias subversivas”. O diagnóstico dos ditadores militares já tinha sido explicitado em outros momentos históricos: “vivia-se um processo de guerra revolucionária perpetrado pelos comunistas”, dizia-se então<sup>1</sup>.

No início de setembro de 1968, o deputado Márcio Moreira Alves, do então MDB (Movimento Democrático Brasileiro), pronunciou um discurso em que apelava ao povo para não participar do desfile de 7 de setembro. Outro deputado, do mesmo partido político, Hermano Alves, escreveu uma série de artigos no jornal *Correio da Manhã*, que foram considerados como provocação ao regime. O governo solicitou ao Congresso a cassação dos dois deputados e a Câmara recusou, em 12 de dezembro, o pedido de licença para processar Márcio Moreira Alves. Estava dada a senha para a implantação de um período de exceção dos mais contundentes da história do Brasil.

Os 12 artigos do AI-5 eram precedidos por um preâmbulo que lembrava os objetivos daquilo que chamavam a “Revolução Brasileira de 31 de março de 1964”, reproduzindo a introdução do Ato Institucional nº 1 e, na sequência, por mais cinco parágrafos os Atos Institucionais nº 2 e nº 4, quando enfatizavam que era necessário dar prosseguimento à “obra revolucionária”. Os três parágrafos finais

<sup>1</sup> <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em 29 de maio de 2018.

do preâmbulo faziam menção aos “atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais”; a necessidade urgente para impedir que fosse frustrados dos “ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária”. Como último adendo afirmavam que os “fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do movimento de março de 1964”, o que obrigava “os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem providências que evitem a sua destruição” (Ato Institucional nº 5, 13 de dezembro 1968)<sup>2</sup>.

Essas “providências”, a rigor, significavam a implantação de medidas ditatoriais extremas que inauguravam um período da mais completa ausência das garantias individuais e das liberdades, incluindo a de expressão. O presidente da República estava autorizado, sem qualquer apreciação judicial a decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens; e suspender a garantia do habeas-corpus (Ato Institucional nº 5, 13 de dezembro de 1968).

No mesmo dia foi decretado o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado e até o final do mês de dezembro 11 deputados federais foram cassados. Em janeiro de 1969, novos deputados foram cassados e também ministros do Supremo Tribunal Federal. A decretação do AI-5 representou na prática o recrudescimento das ações de repressão e da censura de maneira indiscriminada.

<sup>2</sup> Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm?TSPD\\_101\\_R0=2007f6ef5a0f057800598131e-2f36668hHF0000000000000000eaddcc8fff-f00000000000000000000000000005b0f1ca-c00148a0028](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm?TSPD_101_R0=2007f6ef5a0f057800598131e-2f36668hHF0000000000000000eaddcc8fff-f00000000000000000000000000005b0f1ca-c00148a0028). Acesso em 29 de maio de 2018.

## Uma página, uma memória, uma história

Como aquele presente que não abria qualquer brechas de esperança em direção ao futuro foi noticiado pelos jornais? Como os jornais construíram aquele momento que se constituiria em páginas para um futuro de um passado numa narrativa repleta da dimensão histórica? Ou seja: estou propondo uma reflexão não apenas sobre a dimensão memorável do jornalismo, mas do estabelecimento de vínculos desse mesmo jornalismo com o presente, o passado e o futuro numa teia de ressignificações narrativas.

Para isso, vamos realizar um duplo movimento: primeiro vamos refletir sobre o processo de construção de uma narrativa memorável pela imprensa, que transforma a própria produção jornalística numa espécie de síntese do acontecimento; na sequência, mostraremos, em edições esquecidas no futuro, as significações existentes naquele presente do acontecimento. Para isso analiso edições de alguns dos principais jornais do país que noticiaram o AI-5 procurando desvendar os jogos de narrar e que refletem a própria produção da história do jornalismo, enxergada pelas brechas da narrativa e que perduram do passado até o futuro.

Quando a referência no jornalismo é a promulgação do AI-5, a imagem que se multiplica é a da primeira página do *Jornal do Brasil* de 14 de dezembro de 1968. Essa imagem também se transforma numa espécie de síntese histórica do próprio mundo do jornalismo. Em maio de 2018, por exemplo, quando foi noticiada a morte do jornalista Alberto Dines, ao relembrar sua trajetória duas páginas do *Jornal do Brasil* foram mostradas para materializar a participação de Dines na memória cultural do jornalismo, transformando-se em emblemas de sua importância no campo e, ao mesmo tempo, em personagem histórico da profissão. A primeira relembra exatamente a edição que noticiou o AI-5 e a segunda a derrubada do

poder do presidente Salvador Allende do Chile em setembro 1973. Interessa aqui refletir sobre a página do AI-5 no *Jornal do Brasil* que de tanto ser lembrada, acionada por diversos mecanismos memoráveis, se transformou em síntese do próprio acontecimento e exemplo da ação dos jornalistas que teriam se insurgido contra a censura.



Figura 1 - *Jornal do Brasil*, 14 de dezembro de 1968, p.1  
Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil

Assim, quando o tema é a atuação da imprensa brasileira no período ditatorial, a página do *Jornal do Brasil* se constitui em emblema da ação dos jornalistas, que, no futuro, apresentam o texto e os mecanismos profissionais como armas fundamentais para lutar contra a falta de liberdade. Nas suas vozes destacam-se as artimanhas que construíram para burlar a censura através das técnicas jornalísticas e do conhecimento profundo que possuíam da

profissão. As estratégias editoriais e o conhecimento textual são lembrados como as principais armas de luta (BARBOSA, 2014).

Lembrando a página memorável do AI-5, Alberto Dines, então editor do jornal, recordou inúmeras vezes ao longo de sua vida a forma como enfrentou a censura com a publicação desta edição. E na sua morte, mais uma vez, a página foi mostrada como síntese da sua atuação como um grande jornalista.

Vieram com muita educação, fardados e desarmados. Apresentaram-se e avisaram que passariam a acompanhar a notícia (...). Eles recebiam cópias das matérias e nós lhes levamos as provas das páginas – naquela época o jornal era composto embaixo, na oficina, onde se tirava uma prova para as revisões finais. Podiam mexer, mas não executaríamos as modificações pedidas, porque não sabiam que se alterava a prova na oficina. Descobriram isso 24 horas depois, fizemos o diabo. No jornal inteiro, até nos classificados, publicamos coisas muito visíveis, dando a entender que os jornalistas não estavam mais no controle. As 5 h da manhã, dia claro, saímos eu e o Carlos Lemos, o meu segundo, grande amigo e companheiro que comentou: ‘Fizemos uma edição histórica porque o *Jornal do Brasil* tomou uma posição’ (Alberto Dines, editor do *Jornal do Brasil*, em 1968. Depoimento. In: **Memória de repórter**, 2010, p. 88).

A edição é lembrada também por outros jornalistas, que destacam sempre o orgulho de ter feito parte daquele momento, que consideram histórico, e de, através das artimanhas editoriais empregadas, terem se insurgido contra a censura.

No dia seguinte, 9 horas da manhã, eu volto para a redação, e na sala do diretor Lywall Salles, dois milicos me dizem: ‘O senhor nos enganou’. ‘Eu não, os senhores assinaram todas as páginas. Se alguém se enganou foram os senhores.’ Ficaram quicando

e, em vez de oficiais do Exército, mandaram censores especializados da polícia política do DOPS. Mas essa foi uma página boa de fazer. Foi bonito (Carlos Lemos. Depoimento. In: **Memória de repórter**, 2010, p. 89).

## Presente de incertezas

Olhando com atenção não apenas as edições de alguns dos principais jornais do país de 14 de dezembro de 1968 que anunciaram a edição do ato discricionário, mas também a edição do dia seguinte a promulgação do AI-5, é possível perceber pelas brechas que muitos dos jornais foram também alvo da ação da censura.

A edição bem comportada do *Jornal do Brasil* de 15 de dezembro de 1968 (sobretudo se comparada a foto que ilustra a matéria principal do General Costa e Silva, que agora aparece em meio corpo perfilado falando ao microfone com as mãos postas, com a imagem da véspera em que parecia se equilibrar sobre o próprio corpo) denota que a edição fora vigiada de perto. A manchete explora ao máximo as premissas de um jornalismo que fazia da informação objetivo estratégico de sobrevivência. Assim, destacam não apenas o que disse o presidente na manchete, mas enfatizam a disposição do governo em exacerbar ações no sentido de manter os militares no comando do país. Até mesmo as razões de uma possível censura é justificada através da voz oficial emanada do Quartel General do Exército.

Em nota oficial ontem divulgada, o QG da 1ª RM diz que 'o objetivo da censura é simplesmente o de proibir a divulgação de matéria subversiva de incitamento à desordem o que viesse desmoralizar o Governo ou as Forças Armadas e possa perturbar o clima de completa calma que reina em todo o território nacional'. (*Jornal do Brasil*, 15 de dezembro de 1968, p. 1).



Figura 2 - *Jornal do Brasil*, 15 de dezembro de 1968, p.1. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil.

No dia seguinte à promulgação do AI-5, diversos jornais em todo o país tiveram suas edições vigiadas pelos censores. Desde a véspera, a censura já se fazia presente em muitas redações. Uma pequena notícia do *Correio Braziliense*, reproduzindo parte do discurso do deputado Erivan França, descreve a ação dos censores e a amplitude de suas atuações.

O país inteiro acompanhou o desenrolar da sessão, cujo resultado deu grandeza ao Congresso Nacional. Mas hoje, vendo o *Correio Braziliense*, sinto o enorme contraste do dia de ontem com o de hoje. A imprensa censurada. A imprensa, que deveria divulgar os acontecimentos de ontem, não transcreveu o noticiário desta Casa, não publica os comentários políticos, não apresenta a resenha da Câmara dos Deputados. (*Correio Braziliense*, 14 de dezembro de 1968, p. 3)



Figura 3 - Correio Braziliense, 14 de dezembro de 1968, p.1.  
 Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil.



Figura 4 - Correio Braziliense, 13 de dezembro de 1968, p.1.  
 Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil.

Sem manchete, a edição censurada do *Correio Braziliense* de 14 de dezembro de 1968 anuncia laconicamente o AI-5 com dois títulos sem destaque: “Atos do Governo do Rio” e “Razões.” No texto, a reprodução literal do decreto e a voz oficial explicando as razões de sua promulgação. Na primeira página, dois conjuntos de fotos. O primeiro mostra as portas fechadas da Câmara dos Deputados e o segundo, no pé página, reproduz o rosto dos tripulantes vítimas de um desastre da aviação.

O contraste com a edição vibrante da véspera é gritante. No dia anterior, parecia que o jornal estava noticiando uma nova era, o que é visível através de fotos que mostram o clima emoção e de euforia que tomara o Congresso. Agora o que se avizinha é um presente de incertezas.

No dia 13 de dezembro de 1968, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Danton Jobim, enviou ofício ao Ministro da Justiça manifestando a “estranheza pelos abusos que foram cometidos contra a livre circulação dos jornais na cidade e em outras localidades do país” e protestava “contra os atos de censura prévia praticados nas redações por policiais em flagrante desrespeito à Constituição da República” (*Correio Braziliense*, 14 de dezembro de 1968, p. 3).

No Rio de Janeiro, a edição do jornal *O País* foi apreendida pela polícia. Agentes da Polícia Federal em missão de censura examinavam as primeiras páginas dos principais jornais, como *Correio da Manhã* e *Última Hora*, determinando que os “jornais fossem moderados com relação ao noticiário político”.

As visitas dos censores foram iniciadas por volta de 1.30 horas, quando três agentes estiveram na redação da Última Hora examinando as suas duas edições. Em seguida, rumaram para a redação do Correio da Manhã, onde o Diretor Superintendente, Sr. Osvaldo Peralva, alegando que 'pela Constituição a imprensa é livre' não permitiu que seu jornal fosse censurado e impediu a entrada dos agentes. (*Correio Braziliense*, 14 de dezembro de 1968, p. 3).

Entretanto, apesar da resistência parcial, o *Correio da Manhã* do dia seguinte reproduzia em sua edição "moderada" a síntese do acontecimento numa manchete que informava sobre a edição do ato institucional e do recesso do Congresso. Mais uma vez a pretensa norma de objetividade do jornalismo era utilizada como estratégia de sobrevivência em tempos de incerteza.



Figura 5 - *Correio da Manhã*, 14 de dezembro de 1968, p.1.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil.

Com a negativa à entrada dos agentes no prédio do *Correio da Manhã*, o quartirão da Avenida Gomes Freire, aonde ficava o jornal, foi tomado por policiais. Dois garotos que deixavam a sede de bicicleta foram detidos e tiveram os exemplares que transportavam apreendidos. Depois do incidente, mais algum tempo se passou até que o *Correio da Manhã* tivesse sua edição finalmente liberada. Na mesma madrugada uma pessoa que se identificou como agente do DOPS ligou para a redação da *Tribuna da Imprensa* informando sobre a colocação de uma bomba na sua gráfica.

Logo em seguida, vários agentes chegaram ao edifício sede do jornal, na Rua do Lavradio, examinando todas as suas dependências, mas nada encontraram. Enquanto isso se passava, os funcionários da *Tribuna da Imprensa* viveram momentos de apreensão, todos procurando colaborar com as autoridades nas buscas (*Correio Braziliense*, 14 de dezembro de 1968, p. 3).

A véspera da edição do AI-5 já deixava evidente a incerteza que estava sendo escrita para o futuro. Agentes do DOPS desde as primeiras horas da manhã apreendiam jornais nas bancas e até mesmo das mãos dos leitores os jornais eram retirados.

Jornaleiros mostravam-se surpresos e ao mesmo tempo revoltados com a medida das autoridades, mas procuravam evitar comentários a respeito, pois temiam represálias. Um deles, de nome Júlio, foi preso junto a sua banca, apenas porque procurou impedir a apreensão dos exemplares que estavam vendendo e que recebera durante a madrugada. (*Correio Braziliense*, 14 de dezembro de 1968, p. 3).

A maioria dos jornais destacou nas edições em que noticiaram a promulgação do AI-5 o recesso do Congresso, ainda que muitas vezes anunciando a esperança de que em dezembro ele

voltaria a funcionar, tal como fez o *Diário de Notícias*. Outros, como o jornal *Líder da cadeia dos Diários Associados*, particularizavam o “reforço a revolução” como justificativa para a adoção das medidas repressivas. A maioria limitou-se a trans-

crever a íntegra o Ato Institucional. Raros foram aqueles, como o *Diário da Noite*, que mostravam o recrudescimento da repressão, com a prisão de líderes políticos, como foi o caso ex-presidente Juscelino Kubitschek



Figuras 6, 7 e 8 - *Diário de Notícias*, *O Jornal* e *Diário da Noite*, 14 de dezembro de 1968, p. 1  
 Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil

## Esquecimento deliberado

A estratégia de produzir imediatamente o esquecimento do acontecimento mostro – o AI-5 – foi utilizada em profusão pelos jornais logo no dia posterior ao anúncio do Governo. A manchete do *Correio da Manhã* destacando como principal notícia do dia o fato do “Premier Britânico” ter sido criticado por “excessivo apego ao cargo” espelha uma tendência que é reproduzida por vários jornais do país. A referência à situação política é dada por uma pequena nota que informa: “Brasília é só calma em suas férias”.



Figura 9 - *Correio da Manhã*, 15 de dezembro de 1968, p. 1.  
Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil.

A produção do esquecimento deliberado é ainda mais visível nos jornais populares. Encobertos pelas estratégias editoriais de usar artifícios de aproximação do público através da edição apelando às sensações do público – crimes, violências de todas as ordens, conteúdos exóticos e eróticos, entre outras tramas narrativas – produzem no dia da promulgação do AI-5 um hiato em suas narrativas, para noticiar com um destaque desviante notícias de cunho político. Imediatamente, entretanto, após essa brecha voltam

as suas táticas narrativas habituais: o acontecimento brecha se transforma em esquecimento deliberado.



Figura 10 - *Luta Democrática*, 13 de dezembro de 1968, p. 1.  
Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil.



Figura 11 - *Luta Democrática*, 14 de dezembro de 1968, p. 1.  
Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil.



Figura 12 - *Luta Democrática*, 15 de dezembro de 1968, p. 1.  
Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil.

As três edições do jornal *Luta Democrática*, na véspera do AI-5, na promulgação e no dia seguinte, espelham não apenas o que estamos denominando esquecimento deliberado, como também deixa em evidência a criação de brechas narrativas que permitem a um acontecimento de natureza política ser tratado pelo viés das sensações. Assim, na véspera, o jornal já ensaia a prerrogativa do acontecimento político, agora espetacular, fazer parte do cardápio narrativo da primeira página. Antecedendo a manchete “Violentou 30 loucas”, anunciam no subtítulo a “Espetacular derrota do Governo na Câmara”. E explicam dando a dimensão da imprevisibilidade da derrota – o que a torna espetacular – através do ponto de exclamação acrescentado ao título “Negada licença para processar Márcio!”.

No dia seguinte a manchete anuncia em letras garrafais, tomando quase toda a primeira página, a promulgação do AI-5, chamado de novo ato institucional. Afinal só no futuro passaria a ser designado

por um número, cabendo nessa redução narrativa todas as ações discricionárias que ele introduziu.

E, por fim, no dia seguinte, não há mais na primeira página do jornal nenhuma menção ao recrudescimento do regime de exceção do país, e o jornal volta a sua normalidade narrativa, destacando crimes violentos, nudez explícita e outras tramas da editoria de polícia. O AI-5 deveria ser definitivamente apagado das possibilidades narrativas dos jornais.

## Considerações finais

Através de múltiplos artifícios memoráveis, procuramos mostrar como os jornais brasileiros construíram o acontecimento político Ato Institucional nº 5, que deu início ao período de maior recrudescimento da ditadura no Brasil dos anos 1960.

Destacamos a utilização do que denominamos esquecimento deliberado, através de artifícios de duas ordens. A primeira, quando os jornais, valendo-se de suas artimanhas narrativas, produzem um breve hiato nas suas estratégias editoriais e fazem emergir os temas políticos ainda que envolvidos nas prerrogativas discursivas das tramas das notícias policiais, para no momento imediatamente posterior, apagar qualquer resquício daquele tema, mesmo não tendo sido submetido à ação censória. Neste caso, o esquecimento deliberado é uma atitude que procura fazer com que o periódico não se desvie da sua política editorial e das expectativas do seu público leitor.

O segundo artifício é, quando por força das determinações da censura, são instados a produzir um esquecimento deliberado do acontecimento nos dias imediatamente subsequentes para garantir a circulação do periódico. Assim, no caso da notícia da promulgação do AI-5 e da instauração de amplas medidas discricionárias no país, era preciso negar com profundidade a sua existência. Era necessário apagar da memória o acontecimento monstro para seguir a rotina de relatar

o mundo para o leitor. Algumas vezes, entretanto, no futuro os jornalistas que participaram desse momento destacam a utilização das artimanhas do texto e da edição para criar brechas no sentido de tentar burlar a censura. Entretanto, esse é muito mais um discurso construído para o futuro, não tendo naquele presente histórico a relevância que procuram investir suas ações quando narram o passado no futuro. O acontecimento continua vítima do esquecimento, mas, pelas brechas, os jornalistas sinalizam, na memória futura, que não se tratava de uma escolha, mas de uma imposição ao esquecimento.

De uma ou de outra maneira, a produção do esquecimento deliberado marca a tipologia de notícias construídas em torno desse momento político brasileiro. Cinquenta anos depois, poucos são os que se lembram das consequências nefastas do AI-5, dos mortos da ditadura, das vítimas dos cárceres hediondos e insidiosos. Cinquenta anos depois, observa-se mesmo, com estarecimento, um movimento político dos que clamam por novas intervenções militares. O esquecimento deliberado transforma-se em esquecimento duradouro e coloca em risco a vida democrática do país. O esquecimento deliberado torna-se chaga aberta no futuro. Cinquenta anos depois do AI-5 é preciso não esquecer. E lembrando podemos seguir rumo a um futuro no qual as incertezas não estarão mais presentes.

## Referências

BARBOSA, Marialva. Imprensa e Golpe de 1964: entre o silêncio e as memórias de fatias do passado. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 11, p. 7-20, 2014.

SIQUEIRA, Carla et al. *Memória de repórter*. Depoimentos. Rio de Janeiro: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, 2010.

**Marialva Carlos Barbosa** – Professora Titular de Jornalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora 1 do CNPq. E-mail: marialva153@gmail.com

**Recebido: 03 ago. 2018**

**Aprovado: 19 dez. 2018**

# **1968 no *Jornal do Brasil* de 2018: um tempo além de seu valor-notícia**

## **1968 in the *Jornal do Brasil* of 2018: a time beyond its news value**

**Itala Maduell Vieira**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

## RESUMO

Este artigo analisa o discurso jornalístico do *Jornal do Brasil* sobre os acontecimentos políticos de 1968 no Brasil, no ano de seu retorno às bancas. A partir de levantamento por palavras-chave nas edições impressas de fevereiro a junho de 2018, mais o material especial do centenário e do relançamento, busca-se analisar como o jornal lança mão do tempo para além de seu valor-notícia, como um validador de uma imagem pública desejável do periódico, ancorada em um passado mítico reivindicado pelo jornal em narrativas autorreferentes no presente.

## ABSTRACT

This paper analyzes the journalistic discourse in Brazilian newspaper *Jornal do Brasil* about the political events of 1968 in Brazil. Based on a survey of keywords in printed newspaper editions from February to June 2018 and on special material about the centenary and relaunch of *Jornal do Brasil* in 2018, this essay seeks to analyze how the newspaper uses time more than a news value, how it uses time as a validator of a desirable public image of the periodical that is anchored in a mythical past claimed by the newspaper in self-referential narratives at the present.

## Palavras-chave

1968; ditadura; história da imprensa; história do Brasil; *Jornal do Brasil*.

## Keywords

1968; dictatorship; history of the press; history of Brazil; *Jornal do Brasil*

## Introdução

O centenário *Jornal do Brasil* retornou às bancas em 25 de fevereiro de 2018, quase oito anos após o fim de sua circulação em papel. Após mais de um ano de negociações com o empresário Nelson Tanure, que arrendara a marca do herdeiro do jornal, Manuel Francisco do Nascimento Brito, em 2001 (HERKENHOFF, 2010, DA FRAGA JR., 2016), o empresário Omar Resende Peres assumiu o título em 22 de dezembro de 2017, sublicenciando-o por 30 anos.

O *Jornal do Brasil* passou por diferentes fases: começou como um jornal monarquista (1891-1893), tornou-se republicano de oposição (sob a direção de Rui Barbosa, 1893), assumiu um perfil popular (1894-1918), transformou-se em um boletim de anúncios (1918-1953), se modernizou e se consolidou como um jornal de referência (1954-1970), perdendo fôlego, receita e leitores a partir dos anos 1980; viveu uma dura crise até a extinção de sua versão em papel (2001-2010) e retorna em 2018 com tiragem modesta, restrita ao Rio de Janeiro e Niterói. O plano original de Catito era relançar o jornal em 2017, mas as negociações com Tanure se estenderam por mais um ano.

Assim, o *Jornal do Brasil* voltou a circular impresso exatos 50 anos depois de 1968, ano emblemático para o país e determinante para a construção da imagem pública do jornal, mirando num público órfão de seus bons tempos, mobilizando a nostalgia.

Entende-se por nostalgia uma relação problemática que indivíduos, grupos e sociedades estabelecem com o tempo linear e direcionado ao progresso, tal como configurado pela tradição iluminista. A nostalgia seria um tipo particular de prática mnemônica, na qual os vínculos entre passado, presente e futuro se tensionam num movimento que supervaloriza o "campo de experiência" em detrimento do "horizonte de expectativa", para usar os termos de Koselleck (2006). Porém, no caso do *JB*, o passado se configura no próprio horizonte de expectativas.

O novo *Jornal do Brasil* tem como chamariz o seu passado. Mas não todo ou qualquer passado. Poderia ser acionado o passado monarquista, da sua fundação em 1891 com Joaquim Nabuco, ou centrado nos casos policiais e nas campanhas populares, perfil que adotou em 1894; ou mesmo o passado imediatamente anterior à sua saída de circulação, em 2010. Entretanto, o passado sempre acionado nos discursos autorreferentes do *JB* está nos anos 1960-70, período em que conquistou mercado, prestígio e influenciou outros veículos do país (ABREU, 1996; RIBEIRO, 2007).

Como apontam Matheus e Barbosa (2008), todo o período que vai da fundação aos anos 1950, passando por muitas mãos e perfis editoriais, é instável e, portanto, dificultaria uma narrativa grandiloquente por parte do jornal. Mas é reunido sob a ideia de uma longa origem, que teria dado espaço às míticas reformas modernizantes dos anos 1950 e 60, quando se tornou um jornal grande e respeitado. O ano de 1968 é particularmente caro a essa memória que se deseja reavivar, com retrospectivas dos acontecimentos e da própria cobertura dada pelo jornal à época. Tal prática se evidenciou em outros momentos do periódico, como em seu centenário (MATHEUS; BARBOSA, 2008), assim como no novo *JB* desde sua campanha de relançamento (VIEIRA; KISCHINHEVSKY, 2018).

Este artigo, derivado de pesquisa de doutorado em andamento, analisa o discurso autorreferente do *Jornal do Brasil* nas reportagens sobre os acontecimentos políticos de 1968, no Brasil e no mundo, publicadas no primeiro semestre de 2018, em seu retorno às bancas. A partir de levantamento por palavras-chave nas edições impressas de fevereiro a junho de 2018, recorte deste trabalho, busca-se analisar o imbricamento de efemérides como valor-notícia com a própria imagem pública do periódico, ancorada em um passado mítico reacionado em narrativas autorreferentes, destacando como o jornal noticiou, no passado, aqueles fatos.

## Tempo como valor-notícia

Nas teorias do jornalismo, o tempo é considerado um dos valores-notícia não apenas por acontecimentos de última hora, mas também por aqueles ocorridos no mesmo dia em anos ou décadas anteriores, por exemplo, sendo esse aniversário o próprio gancho, ou *news pag*, da notícia: são as efemérides (TRAQUINA, 2008, p. 81). Jornais, rádios, programas de TVs e sites de notícia e informação costumam preparar reportagens especiais, antecipadamente, a partir do calendário de efemérides do ano. Sem nos estendermos no debate acerca de critérios de noticiabilidade (SILVA, 2005), cabe pontuar que acontecimentos marcantes fazem parte das pautas de veículos de comunicação, especialmente em datas redondas: 10, 50, 100 anos, e movimentam toda uma cadeia: livros, discos, shows são lançados ou relançados, personagens rememorados.

E 1968 foi um ano farto de acontecimentos marcantes, no Brasil e no mundo – a ponto de tornar o ano, ele próprio, um acontecimento emblemático. *1968, o ano que não terminou*, de Zuenir Ventura, *bestseller* nos anos 80, contribuiu para isso. Depois de relançamentos, o jornalista voltou com *1968, o que fizemos de nós* (2008). Em 2018 tivemos lançados *1968: eles só queriam mudar o mundo*, de Regina Zapa e Ernesto Soto; e *1968: quando a Terra tremeu*, de Roberto Sander.

O fato de ser o cinquentenário tende a aumentar o destaque dado pela imprensa. Assim, foram lembrados os assassinatos do estudante Edson Luís, no Rio, em março, e do líder Martin Luther King, nos Estados Unidos, em abril, o movimento de maio na França, a Passeata dos Cem Mil, em junho, e já se antecipam as referências à decretação do AI-5, em dezembro. A seguir, apresenta-se a cobertura dos acontecimentos nacionais no *Jornal do Brasil*, em 2018, nos quais o próprio jornal se torna um co-protagonista.

## Edson Luís

Como registra Martins Filho (1987, p. 138), havia, desde 1967, uma progressiva militarização da política do Estado para com o meio universitário, mesmo em manifestações pontuais, não voltadas contra o governo, caso das reivindicações por melhorias no restaurante universitário Calabouço, onde em janeiro de 1968 já ocorrera uma pequena passeata reprimida a tiros. Dois meses depois, estudantes se organizavam para novo protesto contra o preço da comida em frente ao Calabouço, quando uma tropa da PM os surpreendeu, atirando para dispersar o grupo. Acuados, os estudantes entraram no restaurante, que foi então invadido pelos policiais militares, a tiros. O secundarista paraense Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos, que estava dentro do Calabouço, foi baleado à queima-roupa e morreu. Os jovens se mobilizaram para carregar seu corpo em passeata pelas ruas do Centro, até a Assembleia Legislativa, onde foi velado. “Foi por pouco que os estudantes conseguiram manter o corpo do Edson Luís, porque se ele caísse na mão da polícia talvez não tivesse se tornado o símbolo que se tornou. Ninguém ia saber [...] porque eles davam sumiço nos corpos”, escreveu o fotojornalista Evandro Teixeira (*JB*, 25/3/2018), cujos registros da repressão ao movimento estudantil em 1968 se tornaram referência.

No novo *Jornal do Brasil*, o selo “1968/Brasil” foi lançado em março de 2018, um mês após a volta às bancas, em reportagem de três páginas sobre o assassinato do estudante Edson Luís, em que “testemunhas e historiadores comentam o marco que ajudou a sensibilizar a classe média e precedeu um acirramento da ditadura militar no país” (*JB*, 25/3/2018). A chamada é ilustrada por duas fotos de acervo: um registro do velório feita por José Hamilton (28/3/1968) e um flagrante de Evandro Teixeira de 4 de abril, na missa de sétimo dia na Candelária, que terminou com a cavalaria da Polícia Militar encurralando e golpeando quem saía da igreja. A

primeira página sugere comparações entre passado e presente, criando paralelos com duas notícias do dia: a morte de oito jovens na saída de um baile funk na Favela da Rocinha, e o movimento Marcha pelas Nossas Vidas, que levou milhões de norte-americanos às ruas pedindo paz e maior controle na venda de armas nos EUA.

Sobre Edson Luís, além de publicar fotos de acervo, o jornal deu grande destaque a um depoimento encomendado sobre aquela cobertura jornalística a Teixeira, que trabalhou no *Jornal do Brasil* de 1963 a 2010, e tem fortes vínculos com o veículo. Ele enaltece o papel dos jornalistas:

O que sei é que, entre 64 e 68, não havia visto nada tão violento como passei a ver depois da morte do Edson. O clima do Rio era de guerra e terror. A gente trabalhava sob terror. Ninguém sabia se voltaria para a redação. Mas eu fotografava mesmo assim. Eu gostava de fazer aquilo porque era contra a ditadura. E a maneira de ser contra não era subindo em palanque, porque não era mais estudante, já tinha sido. Eu era jornalista, e burlava a censura por prazer (TEIXEIRA, *JB*, 25/3/2018)<sup>1</sup>.

Sobre a postura do jornal, Teixeira reforça o mito do enfrentamento à ditadura ao relatar a experiência de fotografar a missa de 7º dia do estudante, com detalhes sobre a brutalidade policial vista naquele dia:

Nós fomos para a Candelária e eu me lembro bem: fiquei no alto de um prédio de 13 andares de frente para a igreja. Nós estávamos ali em cima vendo a cavalaria chegar – eu e os outros fotógrafos e cinegrafistas. A PM chegou e começou a massacrar todo mundo que estava fora da igreja. [...] Eu vi o fotojornalista Alberto Jacob, do *JB*, ser totalmente

arrebetado. Tomaram o equipamento dele, tudo. Quando a polícia se deu conta de que nós estávamos fotografando de lá de cima, começaram a atirar na nossa direção. Só que naquela época não havia bala de festim, era bala de verdade. [...] Saímos para o edifício ao lado da sede da *Revista Seleções*. Para mandar o filme para a redação, tive que colocá-lo num envelope dentro da calcinha de uma repórter da revista. [...] Os jornais e seus funcionários não eram poupados do massacre. **Ainda mais o “Jornal do Brasil”, que era declaradamente contra a ditadura e pagou caro por isso.** (TEIXEIRA, *JB*, 25/3/2018).

Tem nuances, porém, a cobertura factual da morte de Edson Luís pelo *JB*, e o seu posicionamento tanto em relação ao governo como ao movimento estudantil. No dia seguinte, sob o título “Assassinato leva estudantes à greve nacional”, dizia:

A morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, de 16 anos – baleado no peito, às 18h30 de ontem, durante um conflito da PM com estudantes no Restaurante Calabouço – provocou greve geral de várias faculdades no Rio e o movimento deverá estender-se pelo país (*JB*, 29/3/1968).

A autoria do assassinato – a Polícia Militar – não é diretamente mencionada, deslocando a ênfase ao movimento de estudantes. Como contraponto, o *Correio da Manhã* do mesmo dia estampou a manchete “Polícia Militar mata estudante”, e em editorial critica duramente a ação da polícia: “não agiu a Polícia Militar como força pública. Agiu como bando de assassinos” (*Correio da Manhã*, 29/3/1968, apud CHAMMAS, 2012, p. 88).

Dois editoriais publicados de 3 de abril de 1968 – portanto já depois do assassinato de Edson Luís – criticam estudantes. “Não é com descaso que o problema da educação será resolvido, nem será com violência e o tumulto que os estudantes contribuirão para levar as autoridades a amadurecer

1 “Ditadura - Evandro Teixeira mostrou em imagens o período mais sombrio da história brasileira.” Em <http://m.jb.com.br/1968-brasil/noticias/2018/03/25/ditadura-evandro-teixeira-mostrou-em-imagens-o-periodo-mais-sombrio-da-historia-brasileira/>. Acesso em 24/6/2018.

uma nova consciência da necessidade urgente da reforma do ensino”, se lê em “Educação e Polícia”. E em “Revolução e Comunicação” recrimina o “reaparecimento da desordem nas ruas”, como em 1964, e clama por “ordem” e “restabelecimento da unidade” – o que acabaria por acontecer, com o AI-5.

A invasão à sede do jornal ou a retirada do ar da Rádio Jornal do Brasil por três dias, em retaliação à cobertura da missa em homenagem ao estudante Edson Luís na Candelária<sup>2</sup>, mencionada por Evandro Teixeira em 2018, são aspectos importantes a considerar na relação do jornal com o governo militar.

De acordo com Chamas, abril de 1968 foi o primeiro momento em que o *JB*, que apoiara o golpe militar que derrubou Jango, em 1964, marcou com clareza as suas diferenças em relação aos militares. Essa distância voltaria a aparecer em junho, na Passeata dos Cem Mil, e em dezembro, com o AI-5. A crítica ao governo, ainda que tímida, sutil e sujeita a variações, indica o início do tensionamento de uma relação até então marcada pelo apoio constante do jornal à ditadura. Algumas explicações possíveis, segundo o autor, seriam o fechamento temporário da rádio; a repressão violenta aos filhos da classe média nas manifestações estudantis de junho; e o crescente descontentamento de setores da burguesia com a ditadura (CHAMMAS, 2012, p. 79).

## Passeata dos Cem Mil

Junho de 1968 teve mais episódios protagonizados por estudantes, sendo o mais importante a Passeata dos Cem Mil. Novamente o jornal recorre ao fotojornalista Evandro Teixeira, convidado a voltar à escadaria da Câmara Municipal, de onde registrou o discurso de Wladimir Palmeira e a multi-

2 Segundo o jornalista Eliakim Araujo, que trabalhava na Rádio JB, a fita chegou da rua com a matéria do repórter e na edição o técnico encerrou com um “sobe som” do ambiente exatamente quando os manifestantes gritavam “assassinos, assassinos”. Este simples rabicho de 2 a 3 segundos no final da reportagem que chamamos de “sobe som” custou à JB-AM três dias fora do ar, por ordem do governo militar (ARAUJO, 2010).

dão, em fotos que se tornaram emblemáticas, como “Abaixo a ditadura, o povo no poder”<sup>3</sup>.

O cinquentenário da Passeata dos Cem Mil mereceu grande chamada na primeira página de 24/6/2018, mais uma vez recorrendo ao fotojornalista Evandro Teixeira:

Olhar histórico. Ao lado, Evandro Teixeira diante de uma de suas imagens mais célebres: o registro da Passeata dos Cem Mil, em 26 de junho de 1968. **Censurada, a foto inspira até hoje aqueles que, como o JB, lutam pela democracia no Brasil** (*JB*, 24/6/2018, p. 1, grifo nosso).

Evandro também enfatizou a censura à foto:

Mas a pressão não vinha só de fora, vinha de dentro também com os censores. Para publicar foto, a gente fazia duplicata. Por exemplo, você conhece aquela foto “Abaixo a ditadura” do dia da passeata dos Cem Mil? Era pra ter ido para a primeira página. Mas os censores perceberam a nossa euforia na volta da manifestação, tomaram a foto e sumiram com tudo. Ela só foi preservada porque existia uma cópia arquivada. O que foi publicado foi, o que não foi, acabou destruído nas ruas, tomado pelos militares, ou arquivado, e está aí até hoje (TEIXEIRA, *JB*, 25/3/2018).

Coisas da memória. Apenas com a decretação do Ato Institucional nº 5, em 14 de dezembro de 1968, seria praticada censura prévia nas redações com militares ou prepostos fiscalizando as edições – o que só seria propriamente “legalizado pelo Decreto nº 1.077, de março de 1970. Só a partir de 1969, e até 1978, jornais, revistas, rádios e emissoras de TV receberiam ordens e recomendações, por telefone, proibindo ou desaconselhando a divulgação de fatos considerados desagradáveis aos olhos do regime militar. “Podemos afirmar que o modelo de caracterização negativa da luta armada foi definido pela própria mídia, porque an-

3 “Passeata dos cem mil: glorioso e pacífico momento histórico”. Em [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=2&v=Ax8LP6k4rTI](https://www.youtube.com/watch?time_continue=2&v=Ax8LP6k4rTI). Acesso em 24/6/2018.

tecede a instituição da censura”, defende Abreu (2000, p. 43), registrando que foi a partir do *JB* que se popularizou o uso das palavras “terrorista” e “terrorismo” para designar militantes de esquerda e suas ações.



Figura 1: “Abaixo a ditadura, o povo no poder”. Foto de Evandro Teixeira. Fonte: *JB*, 26/6/1968



Figura 2: Evandro Teixeira. Fonte: *JB*, 24/6/2018

Duas páginas inteiras desta edição dominical são dedicadas aos 50 anos da Passeata dos Cem Mil. Em ensaio encomendado pelo jornal, o ex-líder estudantil Jean Marc von der Veid analisa o significado das manifestações estudantis daquele ano, em ensaio com fotos de Evandro Teixeira. Nas páginas internas, o jornal se referencia com a reprodução da primeira página da época, com foto da passeata em destaque logo abaixo do cabeçalho:



Figuras 3 e 4: Passeata dos Cem Mil no *JB* em 2018. Fonte: *Jornal do Brasil*, 24/6/2018

O título para o depoimento de Evandro Teixeira é “Glorioso e pacífico momento histórico”, que remete ao próprio posicionamento do jornal à época – em defesa das reivindicações estudantis, desde que encaminhadas na paz e da ordem.

O ataque a jovens no campus da UFRJ na Praia Vermelha, ocorrido às vésperas da passeata, e que a motivou, foi anunciado no JB pela manchete “Exército em prontidão rigorosa e nova passeata é anunciada para hoje”, e um editorial que afirma serem as pautas estudantis legítimas, mas as pautas políticas de interesse das “pretensas lideranças estudantis” que “pretendem estabelecer a anarquia, como motivação inicial à implantação de um regime de exceção, contra o qual poderiam posteriormente lançar-se com argumentos que preconizam válidos para incitar as massas à luta armada” (JB, 21/6/1968). Logo, trata-se mais de uma memória enquadrada (POLLAK, 1989).

## A edição do AI-5

A edição de 14 de dezembro de 1968, dia seguinte à decretação do Ato Institucional nº 5 pelo governo militar, é um capítulo à parte na história do *Jornal do Brasil*, influenciando os rumos da história a ser contada sobre o jornal. Ladeando o cabeçalho, acima da manchete que anunciava o AI-5 e o fechamento do Congresso por tempo ilimitado, o pequeno espaço dedicado à previsão do tempo, em letras miúdas, escapou aos censores: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos”. Do outro lado, uma chamada para efeméride, com duplo sentido: “Ontem foi Dia dos Cegos”.

Desde então, o jornal – que mudou tantas vezes de dono e de orientação editorial – lança mão desta edição como se fosse um inequívoco e permanente alvará de independência editorial. Não seria diferente no relançamento do veículo, que deu grande ênfase à cobertura dos anos de chumbo no Brasil e no mundo, com a reprodução das capas do

AI-5 e da morte de Salvador Allende, no Chile, em 1973 – página marcante de resistência, pois o jornal, proibido de publicar títulos ou fotos sobre a notícia, estampou texto ocupando praticamente toda a primeira página, em corpo 14. A “coragem e inteligência contra a censura” é assinalada no encarte de relançamento, que reproduz a capa do AI-5 com o texto a seguir:

Nos momentos mais decisivos, quando a liberdade estava em risco, o JB não se omitiu. As páginas de 1968 são uma aula do jornalismo corajoso e independente do *Jornal do Brasil*. Até na edição do AI-5, o mais duro golpe nas liberdades democráticas, o *Jornal do Brasil* soube usar da coragem e inteligência de seus repórteres, fotógrafos, editores e redatores para passar ao leitor o que a censura estava proibindo de ser divulgado. Sem se acovardar à censura o *Jornal do Brasil* decidiu marcar seu protesto com a publicação improvisada de anúncios. Mas o JB foi além: na previsão do tempo (à esquerda do cabeçalho), que driblou a vigilância dos coronéis censores que ocuparam a redação e a oficina, estava dado o recado (JB Encarte, 2018, p. 3).

Não há dúvidas quanto à ousadia dos jornalistas neste episódio. Convém ressaltar, ao mesmo tempo: 1. redações não são grupos coesos; havia entre os jornalistas simpatizantes e mesmo militantes de oposição à ditadura, assim como adesistas ou mesmo colaboradores (KUSCHNIR, 2005); 2. páginas como a do JB no AI-5 se tornaram icônicas justamente por sua excepcionalidade. Esta, assim como a igualmente marcante edição sem título para a notícia da morte de Salvador Allende, em 1973, foram possíveis graças a uma conjunção de fatores. Portanto, não eram regra no JB. 3. Dentro do que se convencionou chamar de cultura da memória, todos os veículos de comunicação revisitam suas trajetórias. O JB sobreviveu para contar sua história, o que não ocorreu como o *Correio da Manhã*, depois sufocado. Mais do que qualquer outra bandeira, os

veículos apresentam-se como cães da guarda da liberdade de imprensa, este sim um valor maior, mais evidenciado do que a defesa da democracia nos discursos da época, em reportagens ou editoriais. À medida que o tempo passa, toma-se a defesa da liberdade de imprensa por defesa da democracia.

## Memórias seletivas, história consolidada

Mitos emergem quando atos extraordinários, efêmeros, da ordem do humano e do perene, se tornam imortais, duráveis. A noção de permanência por atos memoráveis influencia indivíduos, grupos, sociedades. Um acontecimento, por sua vez, só transcende ao se tornar narrativa, engendrando um paradoxo entre permanência e fugacidade.

Ao analisar o discurso autorreferente do *JB* a respeito de seu centenário, Matheus e Barbosa (2008, p. 113) identificam no material estudado quatro grandes fases da história do jornal: uma “origem” estendida, que engloba os 60 anos anteriores à década de 50; a “reforma”, período de transição para um novo jornalismo; os anos 1960/70, “quando o jornal se tornaria expressão de resistência em favor da liberdade”; e a década de 80, em que o jornal se apresentaria como promotor da justiça.

Na edição do centenário, em abril de 1991, o jornalista Zuenir Ventura reforça a ideia de “resistência em favor da liberdade”:

Durante esse período, o *JB* viu as trevas se abaterem sobre o país, mas acabou vendo também o renascimento da luz. Foi testemunha, sempre, e muitas vezes vítima dos acontecimentos. Desagradou a uns e a outros. Em 61, foi censurado pelo governo Carlos Lacerda, e em 64 teve sua sede militarmente invadida pelos fuzileiros navais do governo de Jango; sofreu incontáveis ações de arbítrio, e, de dezembro de 68 a janeiro de 69, circulou sob censura prévia; enfrentou censores na redação, sofreu um implacável boicote econômico, teve dire-

tores e editores presos em pelo menos duas ocasiões e deixou de circular duas vezes como protesto – em 29 de agosto de 61, quando 90% de seu material foi censurado pelo governo estadual de Carlos Lacerda, e no dia 15 de dezembro de 68, quando um de seus diretores, o embaixador Sette Câmara, foi preso pelos militares (VENTURA, 1991, p. 7).

As edições de 14 de dezembro de 1968 (decretação do AI-5 no Brasil) e de 12 de setembro de 1973 (morte de Salvador Allende no golpe militar no Chile), celebradas naquela edição centenária, e agora no retorno, “são lembradas como monumento à resistência jornalística [...], alimentam até hoje o mito da resistência e a fábula do jornalista esparto contra autoridades ignorantes, sobretudo militares”, como dizem Matheus e Barbosa (2008, p. 117), e silenciam acerca do apoio do *JB* ao golpe e à ditadura (ver também RIBEIRO, 2007; ABREU, 2000, CHAMMAS, 2012).

Huysen destaca o papel contemporâneo da mídia na construção da memória, nas disputas envolvendo a promoção de memórias coletivas e os esquecimentos. “As próprias estruturas da memória pública midiática ajudam a compreender que, hoje, a nossa cultura secular, obcecada com a memória, tal como ela é, está também de alguma maneira tomada por um medo, um terror mesmo, do esquecimento” (HUYSEN, 2000, p. 19).

Para Pollak (1989), a memória, “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”, se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades – partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, famílias, comunidades, nações e, tal como propomos aqui, categorias profissionais. Como pontua o autor, a referência ao passado serve para *manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade*, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também

posições irredutíveis: “O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e de grupo; manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, eis as duas funções essenciais da memória” (POLLAK, 1989, p. 15), que observamos nos discursos autor-referentes do *Jornal do Brasil*.

É ainda Pollak que destaca que, conforme as circunstâncias, a ênfase é dada a um ou outro aspecto das lembranças, deformando e reinterpretando o passado, em permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido (1989, p. 3-15). Isso remete ao fato de que a memória está vinculada ao sentido da passagem do tempo, que, na visão de Ricoeur (2007), é uma “orientação em mão dupla, do passado para o futuro, de trás para frente, por assim dizer, mas também do futuro para o passado, segundo o movimento inverso de trânsito da expectativa à lembrança, através do presente vivo” (Ricoeur, 2007, p. 108). Neste sentido, entende-se que o novo *JB* orienta-se do presente a um determinado passado, e deste recupera aspectos nos quais assenta sua perspectiva de futuro.

## Considerações finais

Para além das reconstruções memorialísticas, a história do *JB*, como a de qualquer outro veículo, está longe de ser coerente ou rigorosamente fiel aos ideais atribuídos a um jornalismo ético e democrático. O jornal, que nasceu monarquista logo após a proclamação da República, apoiou o golpe militar de 1964, como toda a imprensa de referência da ocasião.

Entre as pesquisas que se debruçaram sobre o trabalho jornalístico no período, Abreu (2000), Kuschner (2005) e Chammas (2012), por exemplo, são relevantes no esforço de observar silenciamentos – conscientes ou não – na relação de jornais com os governos militares. Como eles, não se trata aqui de apontar erros históricos nesta visão à posteriori da postura do *Jornal do Brasil* durante o período dita-

torial, compartilhada por ex-profissionais da casa e incorporada pela nova gestão. A memória, embora frágil como fonte de informação factual, é ao mesmo tempo uma grande potência, e o intuito é observar seus tensionamentos e reconfigurações ao longo do tempo.

Procuramos evidenciar que a romantização e equalização dos contrastes, contradições do fazer jornalístico naquele ano, em reconstrução narrativa pressupõe uma coerência e em que se apagam as contradições das coberturas.

Uma das chaves de leitura que nos parece relevante neste trabalho de reconstrução de memórias e de reafirmação da história do *Jornal do Brasil* como um jornal combativo está muito mais ligada a certo corporativismo do que a ideologias à esquerda ou à direita do espectro político: ao estudar os editoriais do *Jornal do Brasil* e do *Correio da Manhã* entre 1964 e 1968, Chammas (2012, p. 78) chama a atenção para um aspecto na relação da imprensa com a ditadura: “a censura aos meios de comunicação alimentou a autoconstrução do mito da resistência da imprensa ao autoritarismo”.

## Referências

ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil*. Niterói, Rio de Janeiro: Eduf, Mauad, 2000.

ABREU et al. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ARAUJO, Eliakim. O eixo do mal do jornalismo. *Blog de Gilson Sampaio*, 20 abr. 2010. Disponível em <<http://gilsonsampaio.blogspot.com/2010/04/o-eixo-do-mal-do-jornalismo.html>>. Acesso em 9 jul. 2018.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. Disserta-

ção (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2012.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.

\_\_\_\_\_. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2014.

KUSCHNIR, Beatriz. *Cão de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papyrus, 1987.

MATHEUS, Letícia, BARBOSA, Marialva. O *Jornal do Brasil* e as noções de tempo histórico no fazer jornalístico. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 35, p. 103-118, abr. 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história do Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 2, n. 1, 1º sem. 2005.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2008.

VIEIRA, Itala Maduell, KISCHINHEVSKY, Marcelo. Ressurreição de um ente querido: a volta do JB e a (re)construção da memória de um ícone do jornalismo. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 27., 2018, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: PUC-Minas, Compós, 2018.

**Itala Maduell Vieira** – Professora do quadro complementar de tempo integral do Departamento de Comunicação da PUC-Rio, mestra em Comunicação pela ECO/UFRJ com bolsa CNPq e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-Rio. **E-mail:** italamad@gmail.com

**Recebido:** 21 set. 2018

**Aprovado:** 19 dez. 2018



# Os aikewáras e a guerra contra o silêncio: ditadura a perpetuação da imagem colonial dos indígenas nos meios de comunicação

## The aikewara and the war against the silence: dictatorship and the perpetuation of the colonial image of the indigenous people in the media

### **Thomas Jefferson Gonçalves**

Universidade de Brasília (UnB)  
Brasília, DF, Brasil

### **Fernando Oliveira Paulino**

Universidade de Brasília (UnB)  
Brasília, DF, Brasil

## Resumo

Este artigo analisa como veículos de comunicação tratam pautas indígenas por meio de um caso concreto: o processo de tortura e anistia dos aikewáras. Foca-se especialmente no contexto político em que os indígenas sofreram abusos – a ditadura militar e a Guerrilha do Araguaia –, bem como o AI-5 como instrumento específico para o agravamento da situação. Para tanto, primeiro são analisados os fatos ocorridos com os aikewáras, cuja história permanece desconhecida por grande parte do público. A partir desse contexto, discute-se a presença do indígena nos meios de comunicação e como são representados por esses, fazendo-se paralelo com estereótipos advindos do colonialismo europeu.

## Abstract

This essay analyses how communication vehicles treat indigenous subjects through a real case: the process of torture and amnesty of the aikewara people. This article focus especially on the political context in which such abuses occurred – the military dictatorship and the Araguaia Guerrilla War –, as well as the AI-5 as a specific mechanism to make the situation worse. In order to do so, firstly the facts that involved the aikewara, whose story still remains unknown by a big part of the public, are analysed. Based on such context, it is discussed the presence of the native at communication means and how they are depicted on these means, making a parallel with stereotypes originated during the European colonialism.

## Palavras-chave

Indígena; aikewára; Araguaia.

## Keywords

Native; aikewara; Araguaia.

## ***Ussuwerekohiw – a guerra***

O povo aikewára passou por diferentes desafios ao longo de sua história recente, beirando a extinção diversas vezes. Chegaram à região em que hoje se encontram, no sudeste do Pará, na bacia do rio Araguaia, fugidos de confrontos territoriais com indígenas xicrins, em inícios do século passado. Não encontrariam, porém, paz na nova terra. Já a partir da década de 1940, conflitos com invasores grileiros, garimpeiros, madeireiros e coletores de castanha-do-pará se tornariam nova ameaça aos aikewáras, bem como doenças como sarampo e gripe<sup>1</sup>.

Quando o frade dominicano Gil Gomes Leitão chegou à aldeia aikewára, em meados dos anos 1950, havia poucas dezenas de indivíduos (FERRAZ et al, 2014). Apesar de se ausentar por longos intervalos, o missionário começou, gradualmente, importante trabalho para a recuperação da população aikewára. Pediu, inclusive, ajuda ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão que precedeu a Fundação Nacional do Índio (Funai). Apenas em 1964 o SPI fez o primeiro registro oficial dos aikewáras – então denominados “assurinís” ou “suruís” – termos pejorativos para esse povo. Em 1968, o presidente Artur da Costa e Silva emitiu decreto interditando a zona ocupada pelos aikewáras, cuja demarcação foi homologada apenas pela Funai em 1983, após conturbado processo que excluiu do território áreas tradicionais importantes para a tribo, como o antigo cemitério e jazidas de argila.

A demora para os aikewáras passarem a constar oficialmente nos registros estatais, a lentidão na demarcação de suas terras e o interesse de poucos indivíduos em protegê-los denota a falta de interesse da sociedade para com minorias. Adotar uma denominação por vezes equivocada ou até ofensiva para povos indígenas exemplifica a precariedade na comunicação com essas culturas, ainda que avanços venham sendo conquistados.

1 POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. *Histórico do contato*. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/aikewara/995>>. Acessado em 31-1-2018.

Um dado importante na trajetória dos aikewáras é a região que se estabeleceram após anos de perseguição xicrim: próximo ao rio Araguaia, entre as cidades de São José, São Geraldo e Xambioá. Foi justamente onde um grupo de militantes resolveu instalar-se para iniciar o que acreditavam ser uma revolução de inspiração maoísta. Quando finalmente foram descobertos por militares, deflagrou-se o conflito que viria a ser conhecido como a Guerrilha do Araguaia. E todos os que estavam à sua volta – indígenas e camponeses – seriam envolvidos nas atrocidades ali cometidas.

Já a partir de 1964, começaram os preparativos para a revolução liderada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), com o envio de militantes para treinamento militar na China (GASPARI, 2002). Entre 1967 e 1971, os militantes chegaram aos arredores do Araguaia, advindos de diferentes cidades. Buscavam passar-se por habitantes locais, a fim de conquistar a simpatia desses. Prestavam auxílio médico e educacional, estabeleciam trocas de produtos e abriam diferentes comércios, como farmácia, bar e armazém. Ao mesmo tempo, buscavam a mobilização dos locais, incutindo pensamentos socialistas. Os guerrilheiros chegaram a somar em torno de sessenta pessoas e mantinham os preparativos para o conflito, estocando munição e alimentos, além de manter treinamento de combate em selva.

O plano foi descoberto pelas forças armadas antes que os militantes estivessem devidamente preparados. Ao todo, foram realizadas quatro grandes operações militares a fim de debelar o conflito, além de outras menores: Papagaio, Sucuri, Marajó e Limpeza, sendo a última algo não oficial após o término dos combates, em 1975<sup>2</sup>. De início, o Exército chegou à área com muita truculência junto aos habitantes locais e usou escassos recursos

2 ESTADÃO. *Curio abre arquivo e revela que Exército executou 41 no Araguaia*. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,curio-abre-arquivo-e-revela-que-exercito-executou-41-no-araguaia,390566>>. Acessado em 28-4-2017.

de inteligência, embrenhando-se em terreno pouco conhecido e sofrendo pesadas baixas em confrontos diretos com os guerrilheiros. Com o tempo, porém, sofisticou as ações, chegando mesmo a imiscuir alguns agentes entre a população. Os militares abriram estradas, construíram postos e quartéis e arregimentaram civis, muitas vezes forçosamente. Os camponeses que não colaboravam ou que eram suspeitos de ter ligações com os guerrilheiros acabavam torturados (FILHO, 2012).

O mesmo ocorreu com os aikewáras, desde a primeira grande operação (FERRAZ et al, 2014). Militares invadiram a antiga aldeia e queimaram as habitações e o estoque de alimentos para que não caíssem em mãos inimigas. Os indígenas foram obrigados a passar semanas concentrados na praça central da aldeia, expostos às intempéries e passando fome. Foram proibidos de exercer suas atividades tradicionais de caça, de cultivo e de artesanato. Há relatos de mulheres grávidas que sofreram aborto espontâneo devido a maus tratos e a torturas psicológicas.

Muitos aikewáras foram agredidos fisicamente e submetidos a insistentes interrogatórios. Por conhecerem a região, foram obrigados pelos militares a servirem como guias pela mata<sup>3</sup>. Funcionários da Funai, cujo dever era proteger indígenas, ajudaram a selecionar os aikewáras mais aptos e ameaçaram expulsá-los de suas terras caso não colaborassem. Alguns entre os homens mais jovens e saudáveis foram escolhidos e passaram por momentos de horror tanto quanto os que permaneceram na aldeia (FERRAZ et al, 2014).

Se decolar de helicóptero já não era chocante o suficiente para esses indígenas, mais ainda foi verem-se em meio a tiroteios. Presenciaram torturas contra camponeses e a execução de guerrilheiros. Passavam dias carregando equipamentos, comendo pouco e dormindo no chão da

3 COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. CNV recebe relatório sobre violações de direitos dos índios Aikewara, Suruí, do Pará. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/outros-destaques/483-cnv-recebe-relatorio-sobre-violacoes-de-direitos-dos-indios-aikewara-surui-do-para.html>>. Acessado em 28-4-2017.

mata, sem proteção. Muitos adoeceram, alguns se feriram. Porém, os aikewáras que fraquejavam ou que demonstravam alguma resistência também eram torturados durante as expedições, servindo, por exemplo, de apoio para metralhadoras, ou colocados como escudo humano no combate.

Tão logo a guerrilha foi debelada, os militares encerraram as operações e partiram. Restou um quartel na região, que, eventualmente, serviria de base para as sucessivas incursões para apagar vestígios dos crimes cometidos por soldados durante os conflitos.

## O silêncio da sociedade

Após os conflitos, veio outro tipo de tortura para os aikewáras: o desprezo da sociedade. Ou foram ignorados, ou foram acusados de colaboracionismo, estigma que persiste até hoje em dia.

Além da já comentada tendência de a sociedade não se importar com problemas indígenas, o contexto histórico também dificultou. À época, vigorava o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que autorizava, entre outras arbitrariedades, a censura prévia da imprensa (STEIN, 2012). A primeira matéria sobre o conflito no Araguaia só foi publicada cinco meses após o início das operações, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 24 de setembro de 1972, por meio do que se considera um grande drible na cesura<sup>4</sup>. Seria a única reportagem aprofundada sobre o tema por anos, de modo que o governo conseguiu despistar até mesmo grandes veículos de informação internacionais (PORTELA, 2002). O autor da proeza, o jornalista Henrique Gonzaga Júnior, descreveu em detalhes o teatro de guerra, com números e nomes de ambos os lados, mesmo sem presenciar os combates (MORAIS; SILVA, 2005). As informações oficiais minimizavam o ocorrido, denominando-o “foco guerrilheiro”; os boatos atestavam tratar-se de uma “guerra civil na Amazônia”. O Araguaia, todavia, não fazia parte da pauta cotidiana da imprensa

4 EBC. Primeiro registro sobre a Guerrilha do Araguaia na imprensa faz 40 anos. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/2012/09/primeiro-registro-sobre-a-guerrilha-do-araguaia-na-imprensa-faz-40-anos>>. Acessado em 26-9-2018.

sa. As sucessivas operações de limpeza executadas clandestinamente após 1975 dificultaram ainda mais o conhecimento dos fatos<sup>5</sup> (MORAIS; SILVA, 2005).

Esse é apenas um exemplo de como a liberdade de imprensa foi tolhida durante a ditadura. Com o advento do AI-5, institucionalizou-se a censura prévia dos veículos de comunicação. No começo, agentes fardados ficavam nas redações para aprovar os textos que seriam publicados. Posteriormente, desenvolveu-se um aparato burocrático que enviava previamente quais assuntos estavam proibidos e qual a versão que se deveria divulgar de outros. Além disso, o governo pressionava os veículos ameaçando revogar a concessão pública de transmissão, no caso de emissoras de televisão e de rádio, e suspendendo subsídios para importação de papel, no caso de impressos, bem como selecionava quais meios receberiam verbas de propaganda oficial. Todo esse sistema foi, aos poucos, cooptando a cúpula dos grandes veículos de comunicação, isolando iniciativas individuais de alguns jornalistas que resistiam ao regime. Já em meados dos anos 1970, uma nova ordem social havia sido estabelecida e grande parte da imprensa eximiu-se de seu dever de fiscalizar. Fatos importantes, como as mortes de Lamarca e de Marighela, foram divulgados obedecendo-se a versão oficial estabelecida pela polícia. Com o Araguaia, não foi diferente. Apenas com o assassinato de Vladimir Herzog, em 1975, que a imprensa reinicia uma mobilização contra a ditadura, mas levaria anos para consolidar-se.

Com a redemocratização e a abertura de documentos sigilosos, novas incursões jornalísticas começaram a aparecer nos anos 1990. Todavia, o foco concentrava-se nos familiares dos desaparecidos e naqueles que sobreviveram ao confronto. É nessa época que se publica primeira reportagem conhecida a citar os aikewáras, relacionando-os à Guerrilha, feita pelo jornal *O Globo* (FERRAZ et al, 2014). A matéria concentrava-se nos restos encontrados

de Maria Lúcia Petit, identificada em 1996. Um hiato de mais de vinte anos havia se passado desde os crimes cometidos pelos militares sem que houvesse qualquer pronunciamento na imprensa a respeito dos aikewáras.

A falta de espaço na mídia não se restringe apenas aos indígenas, mas também aos camponeses que residiam na região. Segundo Leonencio Nossa, autor de *Mata!: o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia*, a população local ainda é tida, no geral, como mera testemunha dos conflitos<sup>6</sup>.

Em 1995, é criada a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), pelo Ministério da Justiça. Estabeleceu-se, assim, a responsabilidade do Estado pelas mortes e desaparecimentos durante a ditadura. Em 2001, funda-se a Comissão de Anistia, também pelo Ministério da Justiça. Em 2011, começam os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), cujas atividades estenderam-se até 2014, para investigar graves crimes contra direitos humanos entre 1946 e 1988. Em paralelo, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça vem promovendo as Caravanas da Anistia: sessões públicas itinerantes para apreciar requerimentos de anistia política.

Finalmente, em 2014, durante sessão da 87ª Caravana da Anistia, em Brasília, catorze aikewáras foram reconhecidos como anistiados políticos e indenizados em 120 salários mínimos cada um<sup>7</sup>. Sem dúvida, é um avanço em relação a injustiças cometidas no passado. Porém, a tribo ainda sofre com o preconceito de grande parcela população que ainda resiste em aceitá-los como iguais.

Com os avanços dos trabalhos da CNV e da Caravana da Anistia, algumas matérias sobre o so-

5 FOLHA DE S.PAULO. *Corpos foram abandonados, diz Curió*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/5/16/brasil/44.html>>. Acessado em 28-4-2017.

6 OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. *Guerra e guerrilhas do Araguaia*. Disponível em: <[http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed728/ guerra\\_e\\_guerrilhas\\_do\\_araguaia/](http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed728/ guerra_e_guerrilhas_do_araguaia/)>. Acessado em 26-9-2018.

7 FUNAI. *Comissão de Anistia concede indenização a indígenas Suruí do Pará*. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3050-comissao-de-anistia-concede-indenizacao-a-indigenas-suru-i-do-para->>. Acessado em 26-10-2018.

frimento indígena durante a ditadura começaram a ser publicadas ao longo dos últimos anos, até que, aos poucos, os aikewáras começaram a ser vagamente citados. Ainda assim, a imprensa deu pouca atenção ao julgamento de 2014 dos aikewáras, que é um fato notável para a história do Brasil, visto que foi a primeira vez que um grupo de indígenas conquistou na Justiça a condição de anistiados políticos e que foram indenizados devido a torturas sofridas durante o regime militar.

## A cobertura dos meios de comunicação sobre os aikewáras

Afim de determinar o espaço ocupado por pautas indígenas nos meios de comunicação, foi feito levantamento entre os principais jornais do país, segundo dados da Associação Nacional de Jornais (ANJ)<sup>8</sup>, sobre a cobertura do caso dos aikewáras. Determinou-se o recorte temporal entre 2014, ano do julgamento realizado pela Caravana da Anistia, e dois anos antes, 2012.

| Jornal               | Julgamento | Data                  | Outra Matéria | Data   |
|----------------------|------------|-----------------------|---------------|--|
| O Globo              | Não        |                       | Sim           | 12/04/14   |
| Correio Braziliense  | Não        |                       |               | Não  |
| O Estado de S. Paulo | Sim        | 19/09/14,<br>22/09/14 | Sim           | 19/09/14,<br>27/10/14  |
| Folha de S. Paulo    | Sim        | 22/10/14              |               | Não  |
| Zero Hora            | Não        |                       |               | Não  |
| Diário do Pará       | Não        |                       | Sim*          | 02/12/12   |
| Agência Brasil       | Sim        | 19/09/14              | Sim*          | 26/09/12,<br>04/11/12,<br>17/11/12,<br>18/11/12,<br>03/11/14 |

**Quadro 1** - Cobertura do julgamento de 2014 e publicação de alguma outra matéria em que os aikewáras são citados até a data.

<sup>8</sup> ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS. Maiores jornais do Brasil. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acessado em 28-4-2017.

Alguns dos principais jornais impressos do país restringiram-se a noticiar o fato; outros veículos, nem isso. À exceção do *Diário do Pará*, que publicou uma série de reportagens vencedora do prêmio Líbero Badaró, nenhum desses periódicos produziu uma reportagem aprofundada para contar o caso dos aikewáras detalhadamente à época do julgamento.

A falta de cobertura do fato fez com que o assunto fosse pouco conhecido pela sociedade e, conseqüentemente, pouco debatido. Essa conjuntura dificulta o avanço no debate sobre direitos indígenas, permitindo a perpetuação de posturas não condizentes com o Estado Democrático de Direito vigente no Brasil.

É notória a importância da comunicação pública neste caso. A Agência Brasil foi o meio que mais divulgou matérias envolvendo os aikewáras. Isso demonstra uma das aspirações da comunicação pública: garantir o espaço de minorias nos meios de comunicação e assegurar a divulgação daquilo que é de interesse público.

Paralelamente, foi feito levantamento para aferir como os aikewáras são referidos nos meios de comunicação em que são citados.

| Jornal                 | Termo                     |
|------------------------|---------------------------|
| Globo                  | suruí                     |
| Correio Braziliense    | suruí, Suruí              |
| Estado                 | aikewara, Aikewara, suruí |
| Folha                  | aikewara, Aikewara, suruí |
| Zero Hora <sup>9</sup> |                           |
| Diário do Pará         | Aikewara, Aikewára, Suruí |
| Agência Brasil         | Aikewara, suruí           |

**Quadro 2** - Termos usados por veículos impressos para designar o povo aikewára.

<sup>9</sup> Na pesquisa realizada, não foram encontradas menções aos aikewáras no jornal Zero Hora. Os "suruí" encontrados no levantamento referem-se ao povo de Rondônia, os paiteres.

O mais notável desse levantamento é que, ainda hoje, todos os principais meios de comunicação que fizeram alguma referência aos aikewáras usaram, em pelo menos uma matéria, o termo “suruí”. Esse termo, usado originalmente pela Funai para designá-los em meados dos anos 1960, há muito tempo foi substituído pelo termo usado por esse povo para se autodesignar – “aikewára”, “povo daqui”, em oposição aos “aipewáras”, o “povo de longe”. Para eles, “suruí” é um termo pejorativo – “boca pequena”, que designa alguém que fala noutro idioma, ininteligível e culturalmente inferior (FERRAZ et al, 2014).

Esse é um claro indício da distância que separa a sociedade ocidental dos indígenas. Enquanto fomos incapazes de ao entender como eles preferem se autodenominar, como compreenderemos suas necessidades e anseios?

Além da falta de interesse por pautas indígenas, muitas vezes a cobertura jornalística é feita de maneira parcial, superficial e preconceituosa, ressonando velhos estereótipos advindos do período colonial. Esses estereótipos são, basicamente, enxergar o indígena como o “bom selvagem” cuja alma deve ser salva e convertida conforme nossa imagem e semelhança, ou como o “bárbaro violento” a ser dominado.

A associação do indígena ao exotismo aparece nas primeiras obras sobre o novo continente, como se pode ver em ilustração da obra *Mundus novus*, de Américo Vespúcio – que nunca chegou a visitar o novo continente. A xilogravura de Johann Froschauer que ilustra a carta de Vespúcio, publicada em 1505, é considerada a primeira imagem do indígena brasileiro (NEVES, 2009). Com barba e trajés sumários feitos de folhas ou plumas, praticando canibalismo, ela se aproxima da visão europeia do bárbaro calcada pelo Império Romano. O canibalismo, praticado por algumas tribos com caráter religioso, é visto de maneira mundana.



**Figura 1** - Xilogravura de Johann Froschauer para a carta *Mundus novus*, de Américo Vespúcio.

Essa visão negativa do indígena foi reforçada durante a ditadura militar. Os povos autóctones eram vistos como um “problema” a ser solucionado. E a floresta, o “inferno verde” a ser dominado. Em prol do progresso, várias tribos foram deslocadas – quando não exterminadas –, grandes extensões de floresta devastadas e quase nenhum estudo de impacto ambiental realizado. Apenas em fins dos anos 1990 que a sociedade passa a conhecer melhor alguns dos crimes cometidos pelo Estado contra indígenas. É o caso da Guarda Rural Indígena (Grin)<sup>10</sup> ou dos centros de recuperação: o Reformatório Krenak, em Resplendor (MG), e a Fazenda Guarani, em Carmésia (MG)<sup>11</sup>.

10 PUBLICA. *Treinados pela PM, índios-soldados reprimiam seus pares*. Disponível em: <<http://apublica.org/2013/06/treinados-pela-pm-indios-soldados-reprimiam-seus-pares/>>. Acessado em 28-4-2017.

11 CARTA CAPITAL. *Ditadura criou cadeias para índios com trabalhos forçados e torturas*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/ditadura-criou-cadeias-para-indios-com-trabalhos-forcados-e-torturas-8966.html>>. Acessado em 28-4-2017.



**Figura 2** - Cena do filme *Arara*, de Jesco von Puttmaker, que mostra cenas da formatura da primeira turma da Guarda Rural Indígena, em fevereiro de 1970. Viria a se tornar o único registro conhecido de prática de tortura em evento oficial no Brasil<sup>12</sup>.

Ainda temos pouca noção da extensão dos estragos gerados por essas arbitrariedades. A Comissão Nacional da Verdade, em seu relatório final, de 2014, traz alguma luz sobre esses horrores. Ao passo que, entre não indígenas, a quantidade oficialmente reconhecida de mortos e desaparecidos durante a ditadura é de 435 pessoas, entre indígenas esse número salta para 8.350 (CNV, 2014).

Trazendo a questão de como os veículos retratam indígenas para os dias atuais, um exemplo clássico na mídia impressa é a capa de uma edição de junho de 1992 da revista *Veja*. Nela, figura o indígena caiapó Benkaroty Kayapó, mais conhecido como Paulinho Paiakã. Acusado de estuprar, com a ajuda de sua esposa, uma jovem de dezoito anos, em um processo judicial que se arrastaria por anos e eivado de problemas, Paiakã foi rapidamente exposto pela revista como um "selvagem", retratando-o como culpado muito antes de qualquer condenação. Independentemente do resultado do julgamento, que ocorreria quase uma década depois, a mídia não hesita em retratar o indígena sob um estereótipo que remonta ao colonialismo.

12 FORUMDOC.BH. *Arara - Guarda Rural Indígena*. Disponível em: <<http://www.forumdoc.org.br/movie/arara-guarda-rural-indigena/>>. Acessado em 28-4-2017.



**Figura 3** - Capa de edição de junho de 1992 da revista *Veja* retratando Paulinho Paiakã como selvagem.

### Diferentes visões dos fatos

É interessante ressaltar duas matérias a respeito do caso dos aikewáras. Elas se distinguem quanto à abordagem e ao fazer jornalístico. A primeira é de Lucas Figueiredo, escrita para a revista *GQ Brasil*<sup>13</sup>. A segunda é uma série de reportagens de Ismael Machado para o *Diário do Pará*.

Em 2011, o jornalista Lucas Figueiredo escreveu uma reportagem sobre o caso da invasão da aldeia aikewáras pelas forças militares para a edição nº 1 da revista *GQ Brasil*, intitulada *O segredo dos índios aikewara*. Figueiredo, contudo, inverteu os papéis, colocando os indígenas não como vítimas,

13 BLOG DO LUCAS FIGUEIREDO. *O segredo dos índios Aikewara*. Disponível em: <<https://lfigueiredo.wordpress.com/2012/01/31/arquivo-de-reporter-o-segredo-dos-indios-aikewara/>>. Acessado em 28-4-2017.

mas sim como algozes dos guerrilheiros, agindo em conluio com as forças armadas com vistas a ser recompensados. Na reportagem, os aikewáras são referidos por diversas vezes como “mercenários de guerra do Exército”, “máquinas de caçar e matar homens” e “cortadores de cabeça” que praticavam aborto e infanticídio para fugir dos inimigos.

Para comprovar sua pauta, Figueiredo valeu-se da memória de outras pessoas, supostamente envolvidas no caso, como dois ex-militares e dois camponeses, cuja imparcialidade é questionável. Uma das principais fontes do repórter, o coronel da reserva Aluísio Madruga de Moura e Souza é autor de livros como *Guerrilha do Araguaia - revanchismo: a grande verdade, que ataca “as versões fictícias da mídia esquerdista”*<sup>14</sup>. Na reportagem, Souza alega não saber detalhes sobre o envolvimento dos aikewáras no combate à Guerrilha, apesar de acusá-los de decepar guerrilheiros, o que denota a contradição do texto – oras, como pode ter certeza do que alega, se reconhece não saber detalhes do fato? Sem o cuidado de verificar o depoimento das fontes, Figueiredo prefere arriscar o “furo” jornalístico. Em seu texto, o repórter se limita a registrar que a outra parte, os indígenas, nega os fatos. Fica, então, a palavra de um contra a de outro, dando-se preferência para o lado que lhe convém e ignorando um princípio básico do Direito: a presunção da inocência, cabendo a quem acusa o ônus da prova.

Tal versão dos fatos é refutada não apenas pelos aikewáras, mas também por antropólogos que convivem com eles há décadas, como Iara Ferraz, por ex-guerrilheiros, como Toninho do Araguaia, e pelas equipes da Caravana da Anistia e da Comissão Nacional da Verdade, que sempre se mantiveram abertas para o contraditório.

14 GRUPO INCONFIDÊNCIA. Disponível em: <[http://www.grupoinconfidencia.org.br/sistema/index.php?option=com\\_content&view=article&id=560:guerrilha-do-araguaia-revanchismo-a-grande-verdade&catid=179:livros&Itemid=141](http://www.grupoinconfidencia.org.br/sistema/index.php?option=com_content&view=article&id=560:guerrilha-do-araguaia-revanchismo-a-grande-verdade&catid=179:livros&Itemid=141)>. Acessado em 9-6-2017.

No segundo caso, a série de reportagens de Ismael Machado para o *Diário do Pará*, intitulada *A guerra suja e os suruís*, buscou aprofundar a pauta. O jornalista ficou dias na tribo, procurando a verdade dos fatos e ouvindo diferentes lados, não apenas aquele que respaldava seu ponto de vista. O resultado foi incontestável: Machado recebeu os prêmios Líbero Badaró, Vladimir Herzog e o de Direitos Humanos no Jornalismo<sup>15</sup>. Já a de Figueiredo se mostrou um trabalho irrelevante, longe do “furo” que o autor pretendia.

## Conclusão

Os aikewáras são um exemplo do descaso da sociedade para com os povos indígenas, injustiça essa agravada por instrumentos como o AI-5, que dificultou o acesso à informação. A primeira matéria sobre a Guerrilha do Araguaia saiu apenas meses após o início dos conflitos. Anos depois, persistia a tática da desinformação e do silêncio, ocultando-se provas e eliminando-se testemunhas. Os efeitos nefastos dessa política são profundos e percebidos ainda hoje. A sociedade como um todo perde, não apenas determinados grupos.

Mesmo após anos de luta por indenização e a conquista da anistia na Justiça, os aikewáras ainda são tidos equivocadamente por alguns como responsáveis por crimes cometidos durante o confronto no Araguaia. Esse pré-julgamento tem suas raízes em sentimentos sedimentados pelo antagonismo entre colonizador e colonizado. A figura do indígena como óbice para o progresso e como ameaça à civilização persiste. Apesar da multiplicidade dos meios de comunicação atuais, essa barreira cultural ainda não foi totalmente vencida, apesar dos avanços sociais conquistados. Produções jornalísticas recentes continuam a retratar o indígena simplesmente como um bárbaro – quando

15 DIÁRIO ONLINE. Prêmios fortalecem grandes reportagens locais. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-258920-.html>>. Acessado em 30-9-2018.

não ignoram pautas dessa parcela da população, esquecendo-se da função social do comunicador.

O AI-5, assim como a ditadura em si, tomou as proporções que conhecemos hoje em grande parte graças à conveniência de setores da sociedade, inclusive alguns indivíduos do meio jornalístico. Em um momento em que o País volta a ter sua democracia fragilizada, é fundamental manter uma vigilância constante contra injustiças cometidas contra minorias e, uma vez tomando conhecimento do fato, praticar a função precípua do jornalista: comunicar a sociedade. O passado nos mostra a importância de a imprensa exercer seu papel de investigação e de divulgação dos fatos. No que se refere a assuntos indígenas, os veículos de comunicação permanecem como atores relevantes, pois injustiças contra esses povos são cometidas ainda hoje. A CNV deu um grande passo ao concluir o relatório sobre as investigações do período da ditadura, mas esse trabalho se perderá caso não seja divulgado. Outro passo importante seria fortalecer a comunicação pública, que se mostrou, no caso em tela, a mais atuante para dar vazão a anseios dos mais vulneráveis.

## Referências

- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório. Brasília: CNV, 2014. 976 p.
- FERRAZ, I.; CALHEIROS, O.; SURUÍ, T.; SURUÍ, Y. *O tempo da guerra: os aikewára e a guerrilha do Araguaia*. 2014.
- FILHO, Romualdo Pessoa Campos. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.
- FREIRE, M. J. A. A representação do índio na imprensa brasileira – o caso Payakã. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 23., 2000, Manaus. *Anais...* Manaus: INTERCOM, 2000.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GONÇALVES, T. J. *Aikewáras: a guerra contra o esquecimento*. 2017. 53 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Jornalismo) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- MELO, Patrícia Bandeira de. *O índio na mídia: discurso e representação social*. Observadordeste. Fundação Joaquim Nabuco, 2008.
- MINARDI, D. Mídia e representações sociais indígenas: caso do ataque ao acampamento guarani kaiowá. CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE MÍDIA CIDADÃ, 8., 2012, Brasília. *Anais...* Brasília: Universidade de Brasília, 2012.
- MORAIS, Tais de, SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- NEVES, I. S. *A invenção do índio e as narrativas orais tupi*. 2009. 209 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2009.
- PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2002.
- STEIN, E. A. The Unraveling of Support for Authoritarianism: The Dynamic Relationship of Media, Elites, and Public Opinion in Brazil, 1972-82. *The International Journal of Press/Politics*, v. 18, n. 1, p. 85-107, 2012.

**Thomas Jefferson Gonçalves** - Possui duas graduações e uma pós-graduação em Comunicação. Gonçalves é servidor público no Senado Federal e chefe do Setor de Multimídia da Secretaria de Editoração e Publicações. E-mail: tonyjeff@hotmail.com

**Fernando Oliveira Paulino** - Diretor e Professor nos cursos de graduação e de pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Doutor, Mestre e Graduado em Comunicação, Paulino é Diretor de Relações Internacionais da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação e integra a Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB. E-mail: paulino@unb.br

**Recebido:** 26 out. 2018

**Aprovado:** 20 dez. 2018



# **As comunicações do governo militar e da oposição na Guerrilha do Araguaia: profissionalismo, planejamento e poder versus amadorismo e resistência**

## **Military government and opposition communication in the guerrilla of Araguaia: professionalism, planning and power versus resistance and amateurism**

### **Eduardo Reina**

Universidade Metodista de São Paulo  
São Bernardo do Campo, SP, Brasil

### **Camila Escudero**

Universidade Metodista de São Paulo  
São Bernardo do Campo, SP, Brasil

## Resumo

O presente artigo tem como objetivo resgatar as estratégias de comunicação do governo militar e da resistência no episódio da guerrilha do Araguaia. Utilizando pesquisa bibliográfica e documental, partimos da ideia de que no conflito estudado, as forças militares empreenderam atitudes profissionais de comunicação junto à sociedade, com foco no controle de narrativas; enquanto os guerrilheiros do PCdoB mantiveram atitude primária e ineficiente em relação à comunicação. Como principais resultados, apontamos que tal disparidade levou à criação de versão histórica veiculada pela mídia de massa com foco nos militares, sobrepondo-se à narrativa da oposição o que fez prevalecer versão oficial dos fatos e o esquecimento das narrativas dos derrotados, como apontam, de maneira conjunta, os conceitos de narratividade do cotidiano (CERTEAU, 1998), memória coletiva (HALBWACHS, 2006), identidades e suas representação (HALL, 2005; SODRÉ, 2000).

## Abstract

This article aims to rescue the communication strategies of the military government and resistance in the Araguaia guerrilla's episode. Using bibliographical and documentary research, we start from the idea that in the conflict studied, military forces engaged in professional communication attitudes to society, with a focus on narrative control; while PCdoB guerrillas maintained a primary and inefficient attitude toward communication. As main results, we pointed out that this disparity led to the creation of a historical version of the mass media with a focus on the military, overlapping the narrative of the opposition, which made the official version of the facts prevail and the narratives of the defeated be forgotten, as it's pointed jointly, the concepts of daily narrativity (CERTEAU, 1998), the collective memory (HALBWACHS, 2006), identities and their representation (HALL, 2005; SODRÉ, 2000).

## Palavras-chave

Guerrilha do Araguaia; ditadura militar; comunicação; jornalismo.

## Keywords

Guerrilla of Araguaia; military dictatorship; communication; journalism.

## Introdução

Sabe-se que o governo militar, que comandou o Brasil de 1964 a 1985, adotou uma série de estratégias antidemocráticas para se manter no poder, entre elas, a proibição de atos de oposição ao regime com coibição violenta e massacre de militantes considerados de esquerda, tortura, assassinato, sequestro, desaparecimento de pessoas, corpos e documentos, entre outros. Com um plano de comunicação composto por diretrizes profissionais e eficazes (VISACRO, 2018; CANCELLI, 2017), os militares conseguiram esconder e/ou camuflar ações de violência praticadas no período, construindo uma narrativa de ordem que até hoje se mantém no imaginário popular, mesmo passado 30 anos após o fim do regime, a abertura política e consolidação da democracia no país, os trabalhos da Comissão da Verdade e toda a historiografia registrada.

Soma-se a isso, o fato de a resistência à ditadura e à repressão contar com poucos acessórios e meios de comunicação junto à população nacional e internacional. Ainda que tenha se registrado a existência de 150 periódicos que circularam no período da ditadura militar no Brasil que faziam oposição intransigente ao regime militar – a conhecida imprensa alternativa, ou imprensa nanica –, denunciavam sistematicamente as torturas e violações dos direitos humanos e criticavam o modelo econômico estabelecido (KUCINSKI, 1991) – tratava-se de uma rede pouco articulada e precária (até mesmo por conta da situação de clandestinidade), se comparada com a sofisticada estratégia comunicacional desenvolvida pelo governo militar e a atuação da grande imprensa.

Assim, o presente artigo tem como objetivo resgatar as estratégias de comunicação do governo militar e da resistência em um episódio específico do regime: a guerrilha do

Araguaia, conflito ocorrido na primeira metade de década de 1970, na região entre as divisas do Sul do Pará e Norte de Goiás, atual Tocantins, entre militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e forças militares. A partir de pesquisa bibliográfica (STUMPF, 2011) e documental (MOREIRA, 2011), pretendemos mostrar que na guerrilha do Araguaia as forças militares empreenderam atitudes profissionais de comunicação junto à sociedade, com foco no controle de narrativas; enquanto os guerrilheiros do PCdoB mantiveram atitude primária e ineficiente em relação à comunicação.

Partimos da ideia central de que tal disparidade levou à criação de versão histórica veiculada pela mídia de massa com foco nos militares, sobrepondo-se à narrativa da oposição e que fez prevalecer versão oficial dos fatos e o esquecimento das narrativas dos derrotados, como apontam, de maneira conjunta, os conceitos de narratividade do cotidiano (CERTÉAU, 1998), memória coletiva (HALBWACHS, 2006), identidades e suas representação (HALL, 2005; SODRÉ, 2000).

## Construção de identidade e memória: embates constitutivos

Numa guerra de informações, a eliminação da identidade do oposto, do inimigo, é base fundamental para criação de uma narrativa eficiente. De acordo com Hall (2005), com frequência, a identidade envolve reivindicações essencialistas sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo identitário, nas quais a identidade é vista como fixa e imutável. Elas são, na verdade, relacionais e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentidos a práticas e a

relações sociais, definindo, por exemplo, quem é incluído/excluído.

Assim, completa Hall (2005), o social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. Ao mesmo tempo em que marcam algumas diferenças, tornam obscuras outras. Revelam relação de poder e discrepâncias internas: as identidades não são unificadas; podem haver contradições no seu interior que têm que ser negociadas construídas no nível coletivo e o nível individual.

O fato é: identidade é um conceito construído em um sistema de representação. "A representação determina a definição que nos damos e o lugar que ocupamos dentro de um certo sistema de relações" (SODRÉ, 2000, p.35). Tal representação é construída não só a partir da natureza do sujeito (étnica, racial, relações de parentesco etc.), mas, também envolve:

1. A experiência do sujeito e suas condições sociais e materiais. Segundo Sodré (2000), a identidade liga o sujeito a um quadro de referência e promove uma intersec o entre história individual e do grupo com o qual convive, o que leva a um reconhecimento social de si mesmo no outro. A partir da identidade individual também se cria outras (o conceito de identidade-cabide de Bauman (2003), fazendo com que a ideia de grupo se imponha como a de um outro lugar, em que o indivíduo sente-se pluralmente permitindo a tomada de uma consciência de sua identidade.

Seja pessoal ou nacional, a identidade afirma-se primeiro como um processo de diferencia o interna e externa, isto  , de identifica o do que   igual e do que   diferente e em segui-

da como um processo de integra o ou organiza o das forças diferenciais, que distribui os diversos valores e privilegia um tipo de acento (SODRÉ, 2000, p.45).

2. Um nível psíquico, ou seja, alguma versão essencialista do passado do sujeito, uma história reconstruída por meio da memória ou, na prática, aquilo que nos lembramos e que tem algum significado na nossa constitui o enquanto ser individual e social.

Tal memória, nesse contexto da cria o de identidades explicitados por Sodré (2000) no âmbito comunitário, pode ser individual, coletiva ou ambas. Segundo Halbwachs (2006, p.71), conforme participa de uma ou de outra, o sujeito adota duas atitudes diferentes e até opostas. Por um lado, suas lembrancas teriam lugar no contexto de sua personalidade ou de sua vida pessoal – as mesmas que lhes são comuns com outras só seriam vistas por ele apenas no aspecto que o interessa enquanto se distingue dos outros. Por outro lado, em certos momentos, ela seria capaz de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter lembrancas impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo.

A memória coletiva, ao contrário,   o grupo visto de dentro e durante um período que não ultrapassa a dura o média da vida humana, que de modo geral, lhe   bem inferior. Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesma que certamente se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele sempre se reconheca nessas imagens sucessivas. A memória coletiva   um painel de semelhanças,   natural que se convença de que o grupo permaneça, que tenha permaneci-

do o mesmo porque ela fixa sua atenção sobre o grupo e o que mudou foram as relações ou contatos do grupo com os outros (HALBWA-CHS, 2006, p.109).

Trazendo a questão da memória para os estudos da comunicação – e, especificamente neste trabalho, para a guerra de informações do período da ditadura, a divulgação é feita somente dos fatos marcados, mantendo viva assim a história do cotidiano de acordo com essa vertente. Sodré (2009) chama atenção para a importância daqueles fatos que ficaram escondidos, ressaltando que os fatos não-marcados – ou seja, não divulgados, não comunicados, escondidos – não significam fatos sem importância social, e sim fatos não imediatamente relevantes para o cânone da cultura jornalística. São, portanto, normalmente desconsiderados pela pauta da grande mídia, embora tenham alguma chance de aparecer em veículos alternativos ou serem objeto de análise em publicações de maior periodicidade, ditas ‘de qualidade’. Exatamente o que expressa Certeau (1998, p. 88-89) sobre a narratividade do cotidiano e no social:

A ordem efetiva das coisas é justamente aquilo que as táticas ‘populares’ desviam para fins próprios, sem a ilusão que mude proximamente. Enquanto é explorada por um poder dominante, ou simplesmente negada por um discurso ideológico, aqui a ordem é representada por uma arte. Na instituição a servir se insinua assim um estilo de trocas sociais, um estilo de invenções técnicas e um estilo de resistência moral, isto é, uma economia do ‘dom’ (de generosidades como revanche), uma estética de ‘golpes’ (de operações de artistas) e uma ética da tenacidade (mil maneiras de negar à ordem estabelecida o estatuto de lei, de sentido ou fatalidade).

## **Estruturas comunicacionais díspares e censura**

A comunicação construída pelos militares durante a ditadura entre 1964 e 1985 não enfrentou contraposições. Toda essa estratégia está descrita pelo coronel do Exército Alessandro Visacro em seu livro “*A guerra na era da informação*” (2018). No capítulo “Desconstruindo um futuro distópico”, o autor trata da retomada do controle territorial sobre áreas não governadas, como era considerada a região da guerrilha no Araguaia à época. Importante lembrar que o livro mostra como o Exército se posiciona numa guerra em relação à comunicação com a sociedade, item considerado mais do que importante num enfrentamento com forças subversivas. A comunicação tem tanta importância quanto o treinamento militar e físico dos soldados, a logística, os recursos existentes no enfrentamento do inimigo. Às vezes até mais importante que todo o resto.

Visacro (2018) aponta que até mesmo as narrativas a serem utilizadas devem ser controladas de acordo com o interesse do Estado, levando em consideração campanhas agressivas para garantir que a informação a ser repassada para o público – leia-se a população e também opinião nacional e internacional –, seja eficaz e que contenha credibilidade. Ensina a construir um mecanismo eficaz de informação:

Controle da narrativa – Desenvolver campanhas agressivas de comunicação estratégica com o propósito de auferir credibilidade, iniciativa e primazia às informações governamentais. Desenvolver mecanismos eficazes de gestão de informação. Fortalecer os vínculos de cooperação com os órgãos de imprensa nos níveis local, nacional e internacional (VISACRO, 2018, p. 181).

Ainda de acordo com Visacro (2018), mais importante do que a guerra em si, as ações usadas para manipular e orientar a opinião pública são mais do que necessárias, sob pena de ser derrotado. O planejador que, inadvertidamente, priorizar as ações cinéticas, ou seja, a guerra simples de enfrentamento em campo, atribuindo-lhes um fim em si mesmas, estará fazendo uma opção deliberada pela derrota. Há que se desenvolver uma compreensão holística mais ampla, que incorpore as abordagens securitárias, política, econômica, social e informacional, de forma complementar e interdependente (VISACRO, 2018, p. 180-181).

O militar (2018, p. 180-181) descreve, inclusive, a necessidade da existência do controle cultural. Sua teoria explicita que é necessário combater a anomia que contribui para o avanço de ideias subversivas e práticas delituosas; e identificar e fortalecer os valores éticos e culturais que historicamente dão coesão e sustentação à sociedade local.

Assim, a estratégia principal na comunicação na guerra de informações é criar e manter o que chamam de “Controle Informacional”, com o objetivo de alcançar a “vitória total”. O coronel elenca ações a serem desenvolvidas no campo ideológico para a vitória: Desconstruir o proselitismo radical e a pregação ideológica das forças adversas; deslegitimar o discurso social da organização de luta armada/facção criminosa; e oferecer alternativas legais e legítimas de reivindicação social em um sistema político plural (VISACRO, 2018, p.181).

José Vargas Jimenez, que era 3º sargento do Exército e liderou grupo de combate na guerrilha do Araguaia, destaca no livro *Bacaba - memórias de um guerreiro de selva da guerrilha do Araguaia* (2007), que as normas gerais de ação do Exército definiram pontos importantes no trato com a população. Entre as normas

está a “neutralização das ações terroristas sobre a população”, que pode ser alcançada através de ação do poder público, proveniente do governo federal, estaduais e municipais, que solucionem os problemas existentes nas áreas. As ações eram contraponto às atividades dos guerrilheiros; principalmente a propaganda ostensiva ou subliminar utilizando todos os meios de comunicação social existentes (2007, p.39). A propaganda desempenhada pelos militares foi diferenciada. Sabiam que era necessário ter amparo em temáticas não-doutrinárias e com poucas colorações oficiais. Utilizaram técnicas modernas, conhecidas a partir dos então recentes avanços dos meios de comunicação de massa no Brasil (FICO, 1997, p.18).

A historiografia brasileira e a mídia em geral, principalmente a de massa, teve como base o viés dos vencedores na guerrilha do Araguaia. O formato de discurso e narrativas desenvolvidos, baseado nos conceitos de guerra destacados por Visacro (2018), nega a existência desse tipo de crime praticado por agentes de Estado durante o período de repressão no Araguaia, incluindo medidas censórias.

Tais medidas repressivas incluem a censura aos meios de comunicação e às artes. O plano delineado pelo setor de relações públicas do governo militar à época tinha como objetivo interceder em toda ação de criação cultural e cotidiana por parte das forças contrárias ao regime militar. Invariavelmente tinham como objetivo intervir em todo o esquema de comunicação alternativo, como descreve Visacro (2018).

Foram aproveitadas ou criadas instituições, com apoio do governo dos Estados Unidos, para atuar na doutrinação psicológica da massa brasileira. Fundado em 1961, antes do golpe militar, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês), desempenhou cruzada para atuar em ampla variedade de ações para penetrar em

todas as classes sociais em todo esse período. O Ipês criava publicações, agia como lobby no Congresso Nacional, desenvolvia cursos, como criação da Universidade do Trabalho, por exemplo, cursos de alfabetização de adultos, preparação de trabalhadores em sindicatos; tinha até programas em rádios e televisão.

O Ipês foi criado para funcionar como uma agência de inteligência, tendo como ponto de partida a Guerra Cultural e Psicológica de acordo com os princípios do combate ao totalitarismo. Não era propriamente uma agência anticomunista, aliás, como grande parte da literatura historiográfica brasileira tenta argumentar: era muito mais do que isto. Possuía no totalitarismo um conceito de mobilização e se organizava para uma batalha ideológica, cultural e psicológica (CANCELLI, 2017, p.96).

O fato é que as Forças Militares agiam diretamente em todas as frentes e a vitória na guerra da comunicação no Araguaia era baseada em várias etapas. A primeira era a censura dos meios de comunicação e das artes, inviabilizando qualquer difusão de informação ou propaganda contrária ao regime de exceção – mesmo aquelas dissimuladas. A segunda era uma ação mais assertiva. Realizada diretamente nos meios de comunicação, com propaganda paga, marketing efetivo e de resultado. Uma terceira, de amplo espectro e duradoura, é a construção de uma narrativa que criasse versão da história adequada estritamente aos interesses dos militares.

“Para desarticular as forças irregulares, é necessário atender a dois pré-requisitos básicos: vencer a guerra de informação e conquistar apoio da população” (VISACRO, 2009, p. 347). De acordo com estudos militares, vencer a guerra de informação numa batalha assimétrica (guerrilha) é pré-requisito para o êxito da campanha (VISACRO, 2009, p.354).

As ações planejadas, agrupadas e desempenhadas ao longo dos anos 1960, 1970 e até hoje levam ao que Huntington (1996) chama de “vitória total”. Tais relações, diz o autor e professor da Universidade de Harvard (EUA), constituem um dos aspectos que formam a política de segurança nacional adotada pelos militares durante a ditadura.

O volume de recursos financeiros e humanos empreendidos na guerra de informação por parte do governo militar era outro destaque. O Ipês, por exemplo, seria responsável por mais de 2,2 milhões de livros e folhetos. Diretamente havia editado 280 mil livros sem contar os filmes que ele mesmo produzia e os que auxiliava na distribuição (CANCELLI, 2017, p.97). Importante ressaltar que alguns dos associados do Ipês eram proprietários, diretores ou estavam ligados a empresas de publicação e companhias editoriais (CANCELLI, 2017, p.98).

### **A comunicação da oposição**

Por outro lado, inexistia a contraposição à toda essa estratégia dos militares descrita, ou havia atuações isoladas, sem poder de penetração. O modo de comunicação da oposição era incapaz de fazer frente ou mesmo a rivalizar com as ações desempenhadas pelas forças militares e pelo governo em questão, dono da caneta que assinava decretos e do dinheiro no cofre capaz de pagar ações publicitárias na mídia.

Nos centros urbanos, organizações de oposição montaram pequeno esquema de comunicação para enfrentar os militares. A Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella, dispunha de setores de imprensa, de apoio logístico, de massas – composto de subsetor estudantil e subsetor operário – e diversas células subterrâneas que constituíam os “grupos táticos armados”. A comunicação era com material impresso ou oral. Já a Vanguarda Popular Revo-

lucionária (VPR) possuía uma coordenação geral à qual se subordinavam três setores: logístico, urbano – imprensa, estudantil e operário – e de campo. Enquanto que a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) dispunha de setor de luta principal, que abarcava atividades de logística e de treinamento, e um setor de luta secundário, responsável pelos trabalhos de inteligência e propaganda (VISACRO, 2009, p. 263).

Se nos grandes centros habitacionais a batalha pela comunicação era travada de modo desigual, no campo a situação era muito mais precária. O coronel Visacro descreve que na guerrilha do Araguaia, onde a guerra era denominada rural, longe da população e dos meios de comunicação tradicionais da sociedade, a situação era muito mais inconsistente e incerta na guerra de informação. Integrantes do PCdoB dispunham apenas de contatos pessoais com moradores e camponeses locais. Era a informação passada oralmente, de boca a boca. Sem registro formal (PCdoB, 2005).

Havia ainda boletins informativos transmitidos pelas ondas do rádio, através de emissoras como a rádio Tirana e de Pequim (PCdoB, 2005; SÁ, 2004). Talvez esse fosse o mais eficiente modo de comunicação desempenhado por eles, mas com alcance restrito e duvidoso entre a população local, formada por gente humilde ligada à agricultura de subsistência e exploração de castanhas. Fora do Araguaia, tais programas teriam audiência somente junto a cidadãos ligados aos grupos políticos de oposição (SÁ, 2004). Se houve audiência sobre o tema fora do Brasil, não foram encontrados registros para qualificar o resultado.

Os guerrilheiros no Araguaia também dispunham, em alguns momentos, de mimeógrafo para imprimir cartas e boletins distribuídos à população campesina local, de maioria analfa-

beta (POMAR, 1980). Havia falhas de planejamento dos grupos de combate ao regime que os militares classificam como “erros primários de compartimentação”. Para as forças estatais, os opositores se lançaram em uma guerra sem estar de fato preparados, sem estrutura organizacional (VISACRO, 2009).

De maneira geral, a estrutura de comunicação criada pelos militantes do PCdoB na guerrilha do Araguaia pode ser classificada como inoperante e amadora, comparando-a com a estratégia comunicacional desenvolvida pelo governo militar. A falha e precariedade de todo o processo de comunicação e as redes de comunicação alternativas e clandestinas desenvolvidas pelos comunistas no Araguaia são fundamentos pétreos para que se entenda a situação da falta de noticiabilidade dos casos de sequestro de bebês e crianças filhos de guerrilheiros e camponeses ligados a eles no Araguaia, e a derrota na guerra de narrativas<sup>1</sup>.

A não comunicação das atividades da guerrilha levou ao desconhecimento de toda a situação ocorrida à época. Num primeiro momento, o da censura, ninguém tinha acesso a essas informações. Depois, com o fim do regime ditatorial, a história da guerrilha foi construída com bases em narrativas elaboradas pelos militares. A disparidade entre os processos de comunicação envolvendo as duas partes nessa guerra rural e também no pós-guerrilha foi fundamental para a construção de uma memória coletiva com apenas parte dos envolvidos. Com o olhar de quem venceu a disputa.

1 Pesquisa que está sendo realizada por Eduardo Reina, sob orientação de Camila Escudero (autores deste artigo) revela que, na região do Araguaia, durante o período da guerrilha, foram sequestrados 11 bebês, filhos de camponeses e de moradores locais pertencentes ou não aos grupos de resistência. Os casos, até hoje, permanecem desconhecidos, não tendo sido divulgados na grande mídia, acreditamos, por conta de toda a estratégia de comunicação militar abordada no presente artigo.

Sem comunicação eficaz, a oposição no Araguaia não teve suas ações comunicadas, pouquíssimo difundidas jornalisticamente e historiograficamente. Dentro da estrutura do PCdoB à época para fazer comunicação de massa destaca-se um jornal, *A Classe Operária*, órgão central de comunicação. Circulava nos grandes centros. Mas poucos exemplares chegavam ao Araguaia. Além de todos os problemas para produção, elaboração das notícias, edição, impressão e distribuição, enfrentava também a censura. Militantes do partido garantem que mesmo na clandestinidade nesse período, *A Classe Operária* continuou a circular, sem periodicidade fixa (POMAR, 1980).

Pesquisas junto aos acervos da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro e de militantes do partido apontam que mesmo circulando de forma restrita no fim da década de 1960 e meados de 1970, o jornal continuou sendo feito. Não foram encontrados exemplares referentes às datas da repressão mais forte à guerrilha do Araguaia: 1972-1975. Pomar (1980) descreve o periódico comunista no livro *"Araguaia - o partido e a guerrilha - documentos inéditos"*, mas mantém lacuna no período da guerrilha acima mencionado.

Além da clandestinidade e dificuldade de produzir e fazer circular o jornal no Araguaia, o PCdoB enfrentava obstáculo junto ao público alvo desse vetor de comunicação. A maioria dos habitantes do Araguaia era analfabeta, segundo o *Mapa do analfabetismo no Brasil* (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001). De acordo com o Censo Demográfico do IBGE, na década de 1970, a taxa de analfabetismo entre a população com idade de 15 anos ou mais (público alvo do sistema de comunicação da oposição ao regime militar na região do Araguaia) era de 33,7% do total de brasileiros na região, em meio à floresta amazônica (IBGE, 1970).

Especificamente, o Censo Demográfico Pará revela que a população jovem na região de Marabá, onde se desenvolveu parte da guerrilha do Araguaia, tinha alto índice de analfabetismo. O índice de paraenses com 16 anos de idade, possível público alvo dos guerrilheiros, era composto por 445 pessoas (IBGE, 1970). Somente 109 sabiam ler e escrever, o que aponta a dificuldade de manipulação ideológica através de jornais, livros, boletins. O analfabetismo local, aliado à logística para distribuir um jornal na região, erguiam enorme barreira no processo comunicacional dos guerrilheiros do Araguaia.

Contudo, havia outro meio de comunicação escrita entre guerrilheiros e moradores locais. Eram folhetos e panfletos impressos na própria região através de mimeógrafo. Os comunicados dos guerrilheiros eram produzidos pelos dirigentes do PCdoB que estavam na região, de forma clandestina. Um desses dirigentes e comandante militar da guerrilha era o jornalista Ângelo Arroyo, que produziu relatório sobre as ações comunicacionais da resistência armada no Araguaia em 1974 (ARROYO, 2009). Importante destacar que neste artigo não leva-se em conta a qualidade da informação ou o objeto da informação, mas sim os canais de comunicação dos guerrilheiros, comparados com os meios utilizados pelos militares.

A dificuldade dos guerrilheiros existia na comunicação entre os próprios militantes políticos dentro do Araguaia e para fora da região. Eles ficaram isolados do restante do Brasil e do mundo. Faziam uma comunicação, como se diz, popularmente, "surda e muda", voltada para poucos integrantes da guerrilha. Enquanto isso, as forças militares faziam comunicação ampla e geral, nacional e internacional, além de administrar com mão de ferro a censura. Era eficaz em todos os segmentos da sociedade brasileira. Fortaleceram o sistema de informações na mídia durante o período de combate e depois dele.

Para tentar romper a bolha que espremia a rede de comunicação entre dirigentes e militantes do PCdoB no Araguaia na década de 1970, foi feito uso de transmissão de informações através de duas rádios internacionais. A Rádio Tirana, na Albânia, e a rádio Pequim, da China países comunistas que o PCdoB mantinha estreito contato (SÁ, 2004). As informações do Araguaia eram transmitidas em boletins diários, a partir de informações passadas pelos dirigentes e retransmitidas para bases das emissoras. E mais uma vez se erguia uma barreira comunicacional. Nem todos moradores locais tinham um rádio. Dados sobre posse deste equipamento junto aos camponeses não foram encontrados. Mas há relatos que os moradores se reuniam na casa daqueles que tinham um retransmissor ou em bodegas locais para escutar alguns programas (PCdoB, 2005).

Os guerrilheiros também utilizavam a forma mais primária e milenar de comunicação: a fala. Contar histórias e repassar informações, além de se auto-informar através do boca a boca com os moradores do Araguaia, segundo descreve o guerrilheiro Glênio Sá (2004), que tinha como uma de suas missões diárias sintonizar programas de rádio para manter o grupo informado. “Incentivávamos ao máximo os adjuntos (mutirões) em nossa área, e foi basicamente neles que nos inteiramos do sentimento e das reivindicações mais sentidas pelos moradores da região” (Sá, 2004, p.9). Além disso:

Entre meus deveres estava o de sintonizar diariamente o nosso velho rádio. Cumpria diariamente um mesmo ritual: às 6 da manhã ouvia a rádio Havana; às 7, o noticiário da rádio Guaíba (RS); às 12h, a rádio Bandeirantes (SP); às 19, a de Pequim; às 20, a de Tirana e às 21, a BBC de Londres... Quando chegava alguém com um jornal na área, era a maior disputa (SÁ, 2004, p.10).

Militantes do PCdoB acreditavam que o jornalismo independente e clandestino seria suficiente para informar a situação enfrentada e outros acontecimentos no Araguaia. É o que relata Luiz Carlos Antero em artigo publicado no livro “*Guerrilha do Araguaia - uma epopeia pela liberdade*”, editado pelo próprio partido (2005):

Essas experiências de jornalismo independente e alternativo, como se dizia, eram, por sua vez, encorajadas pelo destemor dos guerrilheiros. Nas redações havia sede pelas notícias de se “front”. E os comunistas não deixavam por menos. Com todas as dificuldades, pernas de muitas léguas e mãos ágeis levavam novidades (PCdoB, 2005, p. 26).

Ainda de acordo com Arroyo (2009), foi tentado utilizar outros meios de comunicação entre o grupo e para com a população e o restante do país, baseados quase que exclusivamente no “mensageiro a pé”. O autor também relata que foi tentado o uso de “meios mais modernos” de comunicação entre os militantes, como wal-talk (PCdoB, 2005, p.65), mas que não deu certo. Tal deficiência de comunicação não foi eliminada nos dois primeiros anos desde o primeiro ataque dos militares, em 1972. “Algumas se agravaram, constituindo sérios problemas para os guerrilheiros”, relatou Sá (2004), evidenciando o enorme fosso existente entre as duas partes na guerrilha.

A desigualdade material entre nós e o Exército era mais do que evidente. Enquanto passávamos uns poucos comunicados aos amigos (impressos em reco-reco) pedindo para passarem de mão em mão e conclamando a população a poiar e a se integrar à guerrilha, o Exército soltava de avião milhares de apelos para que nos rendêssemos, dizendo que a nossa derrota era inevitável (SÁ, 2004, p.18).

O comando militar guerrilheiro do PCdoB no Araguaia definiu regulamento para balizar as ações de seus subordinados. Continha 32 artigos disciplinantes. A regra definia funções do combatente, organização e hierarquia. Foi escrito no início de 1973 e previa organizar o serviço de informações e comunicações (DÓRIA *et al*, 1978, p.76). Contudo, a comunicação, informação e propaganda da luta armada era preceito previsto pela oposição, pouco seguido. Documentos do PCdoB indicavam necessidade de uma rede comunicacional na região do Araguaia (POMAR, 1980), não implementada efetivamente.

A luta armada pode começar, igualmente, pela ação de grupos de propagandistas armados. Para mobilizar as massas do interior e elevar sua consciência política, a propaganda revolucionária desempenha destacado papel. Mas esta propaganda não pode ser realizada facilmente. Nas condições de ditadura em que vive o país, a menor agitação feita entre as massas leva o inimigo a investigar e deter os que a realizam. Daí porque a propaganda revolucionária no interior terá que ser, em boa parte, levada a efeito por elementos capazes de se defenderem da perseguição dos reacionários... Seu objetivo principal é despertar as massas para a defesa de seus interesses, ajuda-las a se organizarem, ganhá-las para a ideia da guerra popular... (POMAR, 1980, p.107).

O comandante comunista Ângelo Arroyo (1974) classificou o problema na área de comunicação da guerrilha desempenhada pelo PCdoB no Araguaia como um “erro grave” porque “não soube dar o necessário equilíbrio entre propaganda armada, criação de uma base política de massa e ações militares”.

Pomar (1980) ainda ressalta a “falta de uma rede de informações, da precariedade de uma rede de comunicações” como fatores delimitados na disputa com as forças militares, des-

tacando a importância do trabalho militar do PCdoB no Araguaia, mas criticando a priorização dessa área em detrimento às outras, como a rede de comunicações (POMAR, 1980).

## Considerações finais

Com uma estrutura precária de comunicação e uma rede de informações inexistente, os guerrilheiros do Araguaia do PCdoB foram sufocados e exterminados pelos militares. A singela rede local de comunicação e informação, posta em prática de forma amadora, era precária e clandestina. Estava configurada e funcionando somente por meio da oralidade e de pouca escrita, diante de uma população local formada quase que totalmente por analfabetos. E a rede voltada para fora do foco guerrilheiro era ainda mais rudimentar. Composta por periódicos clandestinos, jornais sob censura e pesada repressão, além de informações repassadas a rádios internacionais – Albânia e China – tinha alcance e resultado totalmente insignificante, desconhecido e pequeno dentro do Brasil.

Cenário totalmente oposto ao da rede de comunicações desenvolvida pelos militares, cujos resultados pode-se observar ainda hoje, pois são militares as versões do ocorrido na guerrilha do Araguaia registradas na bibliografia historiográfica sobre o tema, bem como documentos, em sua maioria. Essa ampla diferença de projeto comunicacional entre forças militares e oposição ao regime ditatorial permite o direcionamento do leitor brasileiro de jornais e livros e livros de histórias, criando uma abertura interpretativa sobre a questão da ditadura civil-militar brasileira do período 1964-1985 com foco em acontecimentos e informações sob o prisma das Forças Militares que comandaram o país.

Acreditamos que as estratégias comunicacionais desenvolvidas pelas forças milita-

res ao longo dos anos de ditadura, aliada à censura, foi eficiente e sufocou a narrativa da militância comunista. Mostra também que o trabalho desenvolvido pelo PCdoB e seus militantes não teve o suporte necessário para atingir sequer os meios de comunicação ou a população. Assim, criou-se uma imagem com foco em apenas um dos lados envolvidos na guerrilha do Araguaia.

Revelando relações de poderes conforme indica Hall (2005), a construção das identidades - no caso deste estudo, militares e opositores na região do Araguaia - acaba por dar sentido a práticas e relações sociais a partir do registro da memória coletiva. Esta porém, se construída a partir de noções como "história", "lembrança" e "consciência", como propõe Halbwachs (2006), destaca o caráter social e natureza dinâmica do acontecimento que asseguram a continuidade e consciência dos envolvidos, incorporada e refletida em cada um de seus membros.

Quando localizada dentro de um sistema de representação, considera ainda não só a experiência dos sujeitos envolvidos, mas suas condições sociais e materiais (SODRÉ, 2000) que, em casos como o deste estudo, leva a criações de versões históricas veiculadas pela mídia de massa (jornais, livros etc.) com foco nos militares, sobrepondo-se à narrativa da oposição e que fez prevalecer versão oficial dos fatos e o esquecimento das narrativas dos derrotados (CERTEAU, 1998).

## Referências

- ARROYO, Ângelo. *Relatório sobre a guerrilha do Araguaia (PCdoB)*. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. SP, 2009. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/010-relatorio-arroyo.pdf>. Acesso em 10 out. 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- CANCELLI, Elizabeth. *O Brasil na guerra fria cultural: o pós-guerra em releitura*. São Paulo: Intermeios, 2017.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DÓRIA, Palmério; BUARQUE, Sérgio; CARELLI, Vincent; SAUTCHUK, Jaime. *A guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico Brasil, 1970*. Brasília. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=769&view=detalhes>. Acesso em 27 ago. 2018.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice, 2006.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.
- JIMENEZ, José Vargas. *Bacaba: memórias de um guerreiro de selva da guerrilha do Araguaia*. Campo Grande: Edição do Autor, 2007.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1991.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Instituto Nacional de Estduso e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Mapa do analfabetismo no Brasil*, Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.inep.gov>.

br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c-0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3. Acesso em: 27 ago. 2018.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 269-279.

PCdoB. *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.

POMAR, Wladimir. *Araguaia: o partido e a Guerrilha - documentos inéditos*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

SÁ, Glênio. *Araguaia: relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *A narração do fato: Notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 51-61.

VISACRO, Alessandro. *Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. *A guerra na era da informação*. São Paulo: Contexto, 2018.

**Eduardo Reina** - Mestrando em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, com bolsa Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Graduado em Jornalismo, atuou como diretor de redação, editor executivo, editor, colunista e repórter em jornais na capital e interior, além de assessor de imprensa em entidades, empresas e autarquias. **E-mail:** edu.reina@hotmail.com

**Camila Escudero** - Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Metodista de São Paulo. **E-mail:** camila.escudero@metodista.br

**Recebido: 27 out. 2018**

**Aprovado: 16 dez. 2018**



# **A coluna esportiva de Plínio Marcos no jornal *Movimento*: a imprensa alternativa como resistência aos silenciamentos**

## **Plinio Marcos's sports column in *Movimento* newspaper: alternative press as resistance to censorship**

**José Ismar Petrola Jorge Filho**

Universidade de São Paulo  
São Paulo, SP, Brasil

## Resumo

No presente artigo, estudamos o jornal alternativo *Movimento*, no contexto da imprensa alternativa de resistência à ditadura militar, e sua relação com a censura. Procurando mostrar como a imprensa alternativa tentou constituir um espaço de resistência, abrigando profissionais censurados nas artes e na grande imprensa e explorando temáticas e linguagens silenciadas em outros jornais, analisamos um conjunto de 35 artigos publicados pelo dramaturgo e jornalista Plínio Marcos (1935-1988) em *Movimento*, entre 1976 e 1979.

## Abstract

In this article, we study the newspaper *Movimento*, in the context of the alternative press in resistance to the military dictatorship, and its relation with censorship. In order to show how the alternative press tried to constitute a space of resistance, sheltering professionals censored in arts and mainstream press and exploring themes and languages silenced in other newspapers. We analyzed a set of 35 articles published by the playwright and journalist Plínio Marcos (1935-1988) in *Movimento*, from 1976 to 1979.

## Palavras-chave

Imprensa alternativa; Movimento (jornal); Plínio Marcos; censura

## Keywords

Alternative press; Movimento (newspaper); Plínio Marcos; censorship.

## Introdução: a imprensa alternativa

A imprensa alternativa se define por uma tentativa de criar narrativas divergentes daquelas que predominam na grande imprensa. Por imprensa alternativa, aqui, entendemos, principalmente, a profusão de publicações de pequeno porte que se observa principalmente a partir da década de 1960, num contexto de polarização política, após o golpe de 1964. A expressão *imprensa alternativa* foi popularizada pelo jornalista Alberto Dines em sua coluna *Jornal dos Jornais*, que era publicada na *Folha de S.Paulo* no final da década de 1970. Paele, essa imprensa tinha a função de propor uma alternativa a um tipo de jornalismo que se consolidava como padrão na época – alternativa não só com relação aos assuntos noticiados e forma de relatá-los, mas na sua própria gestão como empresa, nem sempre visando ao lucro (CHINEM, 1995, p. 30).

As décadas de 1950 e 1960 são lembradas como um período de consolidação da grande imprensa e de um jornalismo considerado “profissional”. Jornais de grande porte, como *O Globo*, os *Diários Associados*, a *Última Hora*, as *Folhas*, bem como as emissoras de rádio e a incipiente TV se expandem, num contexto marcado por alianças políticas das quais os grandes empresários da comunicação se favorecem. A expansão do jornalismo como uma indústria editorial leva também a uma padronização do texto e dos próprios procedimentos de reportagem.

Algum tipo de jornalismo alternativo sempre existiu desde o surgimento da imprensa – Werneck Sodr e (1966) menciona os panfletos abolicionistas no Brasil Império e uma rica imprensa de movimentos anarquistas e comunistas no início do século XX. Kucinski (2003) e Chinem (1995, p. 31) também registram alguns jornais satíricos que circularam na década de 1950 como precursores da imprensa alternativa. Frequentemente considera-se como inaugurador da imprensa alternativa de resistência   ditadura militar o semanário *Pif-Paf*, fundado por Millôr Fernandes em 1964.

O que diferencia os alternativos surgidos nas décadas de 1960 e 1970   sua profusão e diversidade. Se, por um lado, há uma razão técnica (maior facilidade e menor custo de produ o do jornal), o principal fator que aglutina esses alternativos que surgem   a proposta de uma alternativa enquanto jornal, isto  , buscando formas de narrativa, temáticas e modos de administra o diferentes da grande imprensa, e, principalmente, o fato desses jornais, em sua maioria, se colocarem como oposi o ao regime militar iniciado em 1964. São veículos, em geral, ligados a movimentos políticos de contesta o, existindo como meio de financiamento, divulga o de sua ideologia e órgão aglutinador desses movimentos – em especial após o golpe, com o desmonte da imprensa ligada a partidos de esquerda ou de posi o divergente do regime. Outros fatores contribuiram para essa variedade de jornais alternativos, como a expansão dos cursos superiores de Comunica o e o surgimento de certos nichos experimentais na grande imprensa, como a revista *Realidade* e o *Jornal da Tarde* dos anos 1960, pautados pela proposta de reportagens aprofundadas e com maior presença de elementos literários na narrativa, e mesmo as colunas de Millôr Fernandes em vários veículos com seu estilo híbrido, influenciado pela dramaturgia e pela charge.

Bernardo Kucinski (2003, p. 36) identifica três “grandes linhagens” de jornais alternativos, duas delas fundadas por jornalistas egressos da revista *Realidade* e ligados   A o Popular. Uma vertente “política”, de jornais com temática mais politizada, preocupada com a denúncia de questões políticas e econ micas, com muito espaço para os debates culturais – *Movimento*, *Opinião*, *Politika*, entre muitos outros. Outra vertente seria a “existencial”, mais influenciada por movimentos contraculturais como os *hippies* e o tropicalismo, sem se submeterem ao rigor político e ideológico de muitas organiza es de esquerda – *Flor do Mal*, *Pato Macho*, *Verbo Encantado*. Há jornais influenciados mais por uma ou outra corrente ao longo de sua existência – era frequente que vários grupos políticos

divergentes disputassem o poder dentro de um jornal e, uma vez tomado o controle por um desses grupos, jornalistas divergentes saíssem do veículo, levando a uma mudança radical na linha editorial dos jornais – foi o caso, por exemplo, de *Versus*, que nasceu mais “existencial” e enveredou para uma direção mais “politizada”. Numa terceira vertente, em separado, ficariam os “alternativos cariocas”, como *Pif-Paf* e *O Pasquim*, marcados pelo uso do humor irreverente. Principalmente a partir de 1975, esse panorama se diversifica ainda mais, com a proliferação de jornais menores, ligados a sindicatos, grêmios estudantis, movimentos de base, e a diversificação de temas – feminismo, ecologia, direitos dos homossexuais, etc.

### **O jornal *Movimento*: a imprensa alternativa política**

Na vertente política, destacam-se dois jornais semanais que, em boa parte, compartilham sua origem nos jornalistas egressos da experiência inovadora de *Realidade*. O semanário *Opinião* foi fundado por iniciativa do empresário e professor universitário Fernando Gasparian. A ideia surgiu durante seu exílio no Reino Unido e contou com o apoio de outros exilados brasileiros, como Raimundo Pereira e Bernardo Kucinski. Quando Gasparian volta ao Brasil, em 1972, os dois grupos – de Gasparian e Pereira – dão início ao semanário *Opinião*. O número zero do jornal foi lançado no Rio de Janeiro em 23 de outubro de 1972, com editorias de assuntos nacionais, internacionais, e tendências e cultura. Sua linha editorial era de um jornal de análise de tendências, misturando informação e análise. O jornal foi veiculado sem cortes até a edição número 8, quando passou a sofrer censura prévia, exercida por uma funcionária da Polícia Federal que ficava na redação do jornal. Formado por uma frente de correntes de esquerda, foi um jornal marcado por conflitos ideológicos internos, que culminaram na saída de grande parte de seus jornalistas – o grupo de Raimundo Pereira, que, em 1975, sai de *Opinião* para fundar um novo semanário, *Movimento*.

*Movimento*, por sua vez, já nasceu como um jornal censurado em seu lançamento, em 7 de julho de 1975. Antes de sair o primeiro número, a editora havia divulgado um folheto anunciando o novo jornal, que chamou a atenção da censura. A primeira edição só pôde sair após a censura prévia vetar quatro propostas de capas do jornal, além de 18 matérias inteiras, 8 fotografias, 10 ilustrações e 12 charges. A matéria de capa, *Cenas Brasileiras*, que incluía uma reportagem de Aguinaldo Silva sobre os atrasos nos trens da Central do Brasil que causavam revolta e depredações, teve diversos trechos vetados, e as exigências da censura também prejudicaram o cronograma de fechamento e distribuição do jornal (AZEVEDO, 2011, p. 12). Também houve numerosos cortes nas edições seguintes, e o jornal foi colocado sob censura prévia por três anos, de 1975 a 1978. Maria Aparecida de Aquino (1990, p. 78-120) analisa esses casos de censura em contraste com a censura sofrida pelo tradicional *O Estado de S. Paulo*, identificando grande número de tópicos vetados em *Movimento*: críticas ao regime, repressão política, corrupção governamental, críticas da oposição, violência policial, esquadrões da morte, Anistia, relações Igreja-Estado, críticas do exterior, drogas, crimes polêmicos, críticas à política econômica, exploração do petróleo no Brasil, condições de vida e trabalho da população, problemas de saúde pública, questão agrária, minorias, povos indígenas, movimentos sociais e estudantis, educação, transporte coletivo, poluição ambiental, esporte, cultura, direitos humanos, questões internacionais, e a própria censura. A censura a *Movimento* só foi levantada em junho de 1978. Em matérias publicadas nas edições seguintes, o jornal divulgou um balanço das interdições sofridas: até 8 de junho de 1978, a censura prévia proibira 3.093 matérias na íntegra, além de 450 mil linhas de textos parcialmente cortados e 3.162 desenhos, somando mais de 4,5 milhões de palavras suprimidas – em torno de 40% de todo o conteúdo produzido pelo jornal no período (AZEVEDO, 2011, p. 73). O

fim da censura prévia, porém, não significou que o jornal não viesse a sofrer outras pressões nos anos seguintes, como o terrorismo promovido por grupos de extrema-direita que explodiam bancas de jornal e promoviam atentados a redações.

Assim como *Opinião*, *Movimento* teve sua história bastante marcada por divergências internas entre os grupos de esquerda aos quais se filiavam seus jornalistas. Se, por um lado, o editor-chefe Raimundo Pereira defendia uma proposta mais de “frente ampla” contra a ditadura, o grupo de Bernardo Kucinski defendia um jornal mais “socialista”, sem “frentes com a burguesia” (AZEVEDO, 2011, p. 115). As tensões culminaram na saída, em 1977, de um grupo considerável de jornalistas de *Movimento* – alguns dos quais, mais tarde, fundaram *Em Tempo* e *Amanhã*. Kucinski (2003, p. 353), ao relatar as causas do “racha” em *Movimento*, atribui a divisão ao que considera tomada do controle do jornal por setores do PCdoB. Lutando para sobreviver em meio a dificuldades financeiras cada vez maiores, *Movimento* existiu até 1981.

## Um dramaturgo na imprensa alternativa: Plínio Marcos

Uma característica da imprensa alternativa era sua diversidade de autores, incluindo cartunistas, escritores e dramaturgos, como Millôr Fernandes, cujo estilo peculiar, com uso de recursos do teatro como o diálogo, e principalmente de recursos gráficos da charge e do cartum, influenciou toda uma geração de jornalistas da imprensa alternativa. Para estes autores, a imprensa também serviu como fonte de renda e forma de se expressar num momento em que a censura contra as artes recrudescera.

Plínio Marcos (1935-1999) já era conhecido como dramaturgo maldito quando começou a escrever para jornais da grande imprensa, com uma coluna na *Última Hora*. Desde sua estreia como autor de teatro teve problemas com a censura – sua

primeira peça teatral, *Barrela*, só foi liberada para uma apresentação única, permanecendo proibida por duas décadas. O tema – inspirado no caso real de um garoto violentado na cadeia – e a linguagem, com diálogos violentos, repletos de palavrões chocavam a sociedade da época. Suas obras posteriores foram, em sua grande maioria, censuradas: *Nossa gente, nossa música* (1964) sofreu cortes e teve a estreia no Teatro de Arena proibida pela censura (MENDES, 2009, p. 28). Em 1965, *Reportagem de um tempo mau* foi proibida por ser “obra implicitamente de caráter subversivo, contrariando os preceitos legais do país” (ARQUIVO MIROEL SILVEIRA, 1965). No ano seguinte, *Chapéu em cima de paralelepípedo para alguém chutar*, foi vetada pela censura, que alegou “envenenamento moral do povo” (ARQUIVO MIROEL SILVEIRA, 1966). Em 1967, a peça *Navalha na carne* foi liberada só após protestos da classe artística, organizados pela atriz Cacilda Becker, ainda assim com numerosos cortes. Em 1969, durante uma apresentação de sua peça *Dois perdidos dentro de uma noite suja*, cuja proibição já havia sido levantada, houve intervenção da polícia, barrando novamente o espetáculo, e Plínio Marcos foi preso por desobedecer.

Foi a constante censura a suas peças teatrais que motivou Plínio Marcos a buscar outros meios de expressão, como a televisão – tornou-se conhecido por sua atuação na novela *Beto Rockfeller* – e principalmente os jornais impressos. Em 1972, foi colonista no *Guaru News*, semanário local de Guarulhos (SP) e, em 1975, foi para a revista *Veja*, onde manteve, por quase um ano, uma coluna sobre futebol. Foi demitido da *Veja*, segundo relatos, por pressões políticas após ter publicado uma coluna em que denunciava o problema do amadorismo marrom – jogadores de futebol profissionais registrados pela Confederação Brasileira de Desporto (CBD) como amadores. Também escreveu para *Folha de S.Paulo*, por pouco tempo – perdeu seu emprego no jornal após publicar coluna com críticas à burocracia que criava dificuldades para apresentações de suas peças (MENDES, 2009, p. 271-333).

Censurado nos grandes jornais, Plínio Marcos se volta para a imprensa alternativa, começando a escrever para *Movimento* em maio de 1976, com um espaço fixo. Entre o fim de 1976 e meados de 1978, quase não publicou textos assinados no jornal, embora seu nome continuasse na lista de colaboradores. Sua coluna voltou só em junho de 1978, na edição 154, de 12 de junho de 1978, a primeira após o fim da censura prévia. Porém, só na edição 172, de 16 de outubro, é que foi anunciada na capa a estreia do colunista “maldito”, que lá escreveu até fevereiro de 1979. No acervo de *Movimento* disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, identificamos 35 matérias assinadas por Plínio Marcos, sendo 33 artigos, uma crônica e uma reportagem. Em 15 dos textos, o futebol é um dos temas principais, enquanto os outros textos se dividem entre questões políticas e culturais. A seguir, analisamos os artigos publicados, com destaque para os esportivos, por representarem quase metade do material encontrado.

### **A coluna de Plínio Marcos em *Movimento*: futebol e repressão**

Ao contrário de certo jornalismo esportivo que cobria com ufanismo as campanhas da seleção brasileira, Plínio Marcos mantém, em *Movimento*, a postura crítica com relação à Confederação Brasileira de Desportos que já tinha lhe custado colocações na grande imprensa. Utiliza, em seus textos, uma linguagem característica de suas obras literárias e teatrais, com recurso a gírias, expressões populares e ditados. Logo na sua primeira coluna em *Movimento*, ilustrada por uma charge de Alcy, denuncia incompetência administrativa e corrupção dos dirigentes de clubes como responsáveis perda de qualidade e público do futebol brasileiro, num momento em que o futebol juvenil está abandonado e os campos de várzea são extintos (MARCOS, 1976a, p. 11). Na edição seguinte, volta a denunciar a prática do “amadorismo marrom” – jogadores impedidos pela CBD de

se registrarem como profissionais, mesmo atuando em times profissionais (MARCOS, 1976b, p. 10). A influência política no futebol através de uma atuação autoritária da CBD é o principal tema das colunas de Plínio Marcos: em 21 de junho, questiona a estratégia da CBD, dirigida pelo Almirante Heleno Nunes, de inflar o Campeonato Brasileiro com times de pouca expressão no esporte, mas com potencial de atrair votos para a Arena, partido da situação na ditadura (MARCOS, 1976c, p. 11). Também denuncia censuras e intimidações contra jornalistas esportivos, como a agressão sofrida por Odair Pimentel, dos *Diários Associados*, por “capangas” de um dirigente do Corinthians (MARCOS, 1976d, p. 10). Nesse contexto de interesses políticos e empresariais escusos guiando o esporte, o fracasso da Seleção Brasileira nas Olimpíadas de Montreal em 1976 era a consequência mais provável (MARCOS, 1976e, p. 9). O último artigo de Plínio Marcos em sua coluna fixa, em 1976, é de 13 de setembro, também com críticas a dirigentes esportivos.

Em 13 de dezembro, o autor participou da cobertura extensa que o jornal fez da “invasão corinthiana” no Maracanã, quando milhares de torcedores do Corinthians foram ao Rio de Janeiro ver seu time jogar contra o Fluminense na pré-final do Campeonato Brasileiro de 1976. O Corinthians venceu nos pênaltis, classificando-se para a final. Numa crônica, com uso de recursos literários, Plínio Marcos narra a história de um torcedor que, emocionado com a vitória do time, “morreu suspirando por Baltazar” (MARCOS, 1976f, p. 4).

Durante o ano de 1977, Plínio Marcos não publica em *Movimento*, exceto por uma reportagem que assinou junto com Inimá Simões, em 3 de março de 1977, sobre o Carnaval de rua em São Paulo, cobrindo os diversos casos de vandalismo e brigas registrados na festa e reprimidos pela polícia. Os repórteres mostram, com dados, que esta violência também é resultado da repressão ao carnaval de rua, com as restrições impostas pela prefeitura quanto aos locais, e estrutura insuficiente para os foliões.

Critica-se, portanto, a política do governo brasileiro de transformar o Carnaval brasileiro num produto de exportação para o turismo, reprimindo blocos de rua e incentivando os desfiles no Sambódromo.

No imenso Galpão de Exposições do Parque Anhembi (ideal para exposições de automóveis), sessenta mil pessoas tentaram desajeitadamente brincar um pouco. Mas não dava. Música saindo difusa e rouca dos alto-falantes, absolutamente nenhuma decoração (a Antártica, muito simpática, colocou faixas - Beba Antártica), taxa para a utilização de sanitários, policiamento ostensivo e intensivo, não permitiram que ali houvesse Carnaval. Em vez de alegria, havia frustração: a população mais sem opções parecia haver sido 'despejada' dos subúrbios da cidade para aquele canto isolado da Av. Marginal, por desencargo de consciência da Prefeitura que não se deu ao trabalho de contratar nem uma bandinha mixuruca para alegrar as quatro noites. Da frustração, não é difícil a passagem para a agressividade que se materializava quando alguém se destacava demais (principalmente mulheres ou homossexuais), ou quando se descobriu que as latinhas-chocalho doadas pela HASPA (Caderneta de Poupança) estavam cheias de milho e não de moedas, e elas se tornaram armas de pequenas guerras de lata. (MARCOS; SIMÕES, 1977, p. 11-21)

Em meados de 1978, Plínio Marcos retoma as críticas às políticas brasileiras para o futebol. Comentando uma derrota da seleção brasileira na Copa do Mundo, atribui o desempenho fraco da equipe ao autoritarismo da CBD, que impôs o técnico Cláudio Coutinho, cujo estilo impositivo, trazendo técnicas importadas sem levar em consideração a experiência de seus jogadores, é uma metáfora de um regime tecnicista que não aceita e não dialoga com a cultura popular (Marcos, 1978a: 9). Na semana seguinte, a seleção brasileira ganhou de 3 a 0 contra o Peru e houve vários relatos de violência nas manifestações. Em sua coluna de 19 de junho de 1978 em *Movimento*, Plínio Marcos atribui os

episódios a uma revolta contida da população mais pobre, oprimida pela inflação, desemprego e falta de perspectivas: o futebol seria um circo que já não conseguiria mais servir de válvula de escape (MARCOS, 1978b, p. 23).

Mesmo em colunas cujo assunto principal não é futebol, o autor usa metáforas ligadas ao esporte, como "o povo brasileiro só berra da geral, sem nunca influir no resultado", em referência à falta de democracia. Critica o investimento em grandes estádios como o Morumbi e um maior ainda, planejado para ser o do Corinthians, em vez de "dar comida e espaço para as manifestações espontâneas do povo" (MARCOS, 1978c, p. 28). O autoritarismo nos esportes serve de metáfora para o autoritarismo do regime como um todo:

Mas, o que se poderia esperar de dirigentes de um país que sufoca a inteligência com brutais atos de exceção, ou (como a partir deste ano de 1979) com uma lei de segurança nacional que na verdade deixa inseguro o povo? Nada. Os detentores do poder passaram, prenderam, mataram, exilaram, esmagaram, com sua censura policial, as inteligências mais vivas do Brasil. O resultado é esse aí. Ficaram rodeados, os detentores do poder, por tecnocratas, burocratas, corruptos, sabujos e incompetentes. No futebol, não deu outra coisa. E o resultado só poderia ser o caos. Com eles mesmos dando trombadas neles, pedindo intervenção nas federações, se acusando de trambiqueiros e corruptos. O futebol reflete a imagem deste governo que finda. E vai continuar refletindo a do governo que vai começar. (MARCOS, 1979a, p. 18)

No final de 1978 e início de 1979, Plínio Marcos ironiza as contradições da "abertura" do regime anunciada pelo general Figueiredo e o resultado das eleições gerais de 1978, que definiram a composição do Congresso Nacional, porém com uma série de manobras do governo para impedir que a oposição tivesse maioria e limitar a possibilidade de atuação dos parlamentares de oposição. Prega a deso-

bediência civil contra a ditadura, ao mesmo tempo, sugerindo que a crise econômica e o arrocho salarial dos trabalhadores gerariam a pressão capaz de derrubar o regime (MARCOS, 1978d, p. 10). A corrupção do governo e a violência policial também são temas recorrentes de suas colunas.

A censura também é lembrada: em 27 de novembro, questiona a apreensão ao jornal *Movimento*, “sem a mínima explicação” e defende que a censura às artes, combinada com a importação em massa da cultura de consumo, ameaça a cultura nacional.

Um povo não pode progredir sem liberdade de expressão. Não existe nenhuma possibilidade de se ter respeito integral aos direitos humanos, se não existir liberdade de expressão. A censura esmaga o desenvolvimento de um povo. Em tempos de leis de segurança como essa, que foi aprovada por decurso de prazo, a nação fica envolvida por uma sombria nuvem obscurantista. Nesses tempos, mais do que nunca, se tem que ter fé. Muita fé. Acreditar que vale o risco que se corre por querer gerar luz nas trevas. (...) Quem sufoca a cultura do povo com censura, quem permite a invasão do país pelos veículos de comunicação social não está realmente a serviço da pátria do seu povo. (MARCOS, 1978e, p. 19).

Plínio Marcos também publicou um texto teatral – *Ai que saudades da saúva* – em *Movimento* nº 180, de 11 de dezembro, apresentando-se como “ex-autor teatral”, em referência à perseguição intensa que sofreu da censura e que o fez ir para o jornalismo alternativo. Na cena, “Patriotão” (que representa o governo brasileiro) e “Mister (que representa os Estados Unidos) negociam a venda de madeira da floresta amazônica, com planos de repressão policial contra opositores e uso da televisão para a propaganda oficial (Marcos, 1978f, p. 24).

Como dramaturgo “maldito”, não deixa de questionar a permanência da censura que sofreu por suas peças: ainda em 1979, suas peças *Barrela* e *Abajur Lilás* permaneciam proibidas.

Nesse ano de 1979, ‘Barrela’, minha primeira peça, vai completar vinte anos de proibição. Vinte anos! Essa peça foi escrita quando eu tinha 22 anos e é válida até hoje. Não por culpa da peça, apenas uma reportagem sobre um aspecto da vida carcerária. A peça continua válida por culpa do País, que não evoluiu socialmente. E se continuarmos no ritmo em que vamos, essa peça acaba sendo um clássico. Por Deus, eu juro que gostaria que ‘Barrela’ estivesse superada. Mas não está, por culpa dos detentores do poder, que teimam na política do arrocho salarial, teimam em não fazer uma distribuição de riquezas justa. (MARCOS, 1979b, p. 11).

Na transição de governo, ao longo de janeiro de 1979, o autor não poupa sarcasmo contra os ministros indicados pelo presidente Figueiredo, cuja escolha demonstra, em sua opinião, que a abertura “lenta e gradual” prometida pelo general não passava de promessa. Prova disto é a permanência da censura, não só às diversões públicas, mas também à imprensa – muito embora o governo não poupe elogios ao que considera “imprensa salutar”, os jornais da grande imprensa menos críticos ao regime:

A imprensa é livre. Porém (e sempre tem um porém), o papel tem dono. O jornalista Noaldo Dantas, do Jornal de Alagoas, que é da rede dos Diários Associados, perdeu o emprego. Foi demitido porque fez críticas ao General Golbery e ao General Figueiredo. Por essas e outras é que muito artista, jornalista, político, intelectual e operário prefere ficar incrementando o debate sobre fofoca, do que correr o risco de ter que criticar o governo e se ferrar. Noaldo Dantas perdeu o emprego por ser um jornalista honesto. Foi punido por não ser um bajulador dos detentores do poder. Isso que está aí não é nem uma fresta, quanto mais abertura. O general Figueiredo jurou que vai fazer uma democracia no Brasil. E o jornalista Noaldo Dantas foi punido pelo crime de opinião. Isso quer dizer que o General Figueiredo só dará democracia se todos os brasileiros pensarem igual.

Aí haverá liberdade. Todos poderão passar fome e bater palmas livremente. E quem for contra essa democracia, ele prende e arrebenta, como falou. (MARCOS, 1979c, p. 20).

Em seu estudo sobre a censura a *Movimento*, Aquino (1990, p. 106) aponta que houve censura a duas matérias de Plínio Marcos, de maio e julho de 76 que falam sobre a “cartolagem”, a intervenção de grupos econômicos e políticos no futebol, relacionando a perda de interesse do povo no esporte ao desaparecimento dos campos de várzea e à corrupção da Confederação Brasileira de Desporto. Observa-se, na coluna de 31 de maio de 1976, sobre desvio de dinheiro no futebol, a substituição de um trecho pela frase: “A imprensa do leitor depende exclusivamente das vendas e assinaturas para sobreviver. Leia, divulgue e mobilize seus amigos para assinar MOVIMENTO”. Esta era uma das estratégias do jornal para repor os espaços em branco que sobravam após os cortes da censura. Cabe lembrar que o futebol teve importância fundamental para a propaganda do regime militar. O tricampeonato da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970 permitiu ao presidente Médici alcançar uma popularidade maior que seus antecessores, através do discurso ufanista dos slogans “Este é um país que vai pra frente” e “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Não só nas colunas de Plínio Marcos, mas principalmente em suas reportagens e charges, *Movimento* questionou esse discurso.

### **Conclusões: censura e silenciamento, o alternativo como resistência**

A censura aos jornais guardava suas peculiaridades. Quando se estuda, por exemplo, a censura a peças teatrais, observamos que ela ocorria dentro de um processo regulamentado por lei, havendo uma documentação e arquivamento sistemático dos documentos, e sua existência e decisões eram públicas. Havia, inclusive, certo apoio de setores

conservadores da sociedade, a ponto de terem existido abaixo-assinados pedindo a proibição de peças de autores como Nelson Rodrigues (JORGE FILHO, 2013, p. 143). Já a censura à imprensa, no Brasil, procurava em geral dissimular sua atuação. Beatriz Kushnir (2004) observa que, comumente, a censura proibia a explicitação de sua atuação. Os jornais não podiam, por exemplo, deixar em branco um espaço censurado.

Autores como Kucinski (2003) avaliam que a concentração da imprensa brasileira em torno de oligopólios também facilitou certa complacência dos jornais com o regime militar, quando não por afinidade ideológica, por uma decisão pragmática de evitar prejuízos financeiros causados por censura. Assim, em muitos casos, não há somente uma *censura* imposta pelo Estado, mas um *silenciamento* imposto por várias instâncias – frequentemente, pelas próprias empresas jornalísticas. Kushnir (2004) questiona certa narrativa de resistência dos jornais contra a censura, apontando a frequência com que houve autocensura e até mesmo colaboração de alguns veículos com o aparato repressivo.

A censura foi mais forte contra a imprensa alternativa do que contra veículos mais tradicionais. Também se observa, na década de 1970, um discurso frequente de desqualificação da imprensa, em especial dos jornais alternativos. Quando Figueiredo se refere a uma *imprensa salutar* para o País, subentende-se que há uma imprensa não salutar, nociva à saúde da nação. Note-se que, nas orientações recebidas pelos censores, os jornalistas não alinhados ao regime são automaticamente classificados como boateiros ou mentirosos – hoje talvez se usasse o termo *fake news*. Paolo Marconi, em sua coletânea de discursos oficiais, manuais, telegramas e “bilhetinhos” de censura, destaca, por exemplo, a declaração de um general, já em 1979, para quem “os jornalistas não passam de fomentadores de boatos com o objetivo de criar um clima de tensão” (Marconi, 1980, p. 24). Eram frequentes declarações deste tipo por parte de autoridades, com

a justificativa de proteger o país do perigo comunista e da guerra psicológica promovida por agentes comunistas infiltrados, dispostos a promover a promiscuidade, o sexo livre, as drogas e a subversão. A existência de censura à imprensa não era assumida oficialmente, mas notícias de jornais eram comumente desmentidas. A Lei de Imprensa de 1967 (Lei nº. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967) concedia liberdade à imprensa, mas proibindo “propaganda de guerra” ou “processos de subversão da ordem política e social”, e a Lei de Segurança Nacional de 1969 (Decreto-Lei 898, de 29 de setembro de 1969) previa detenção de até um ano para jornalista que divulgasse “notícia falsa, tendenciosa, ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor o povo com as autoridades constituídas”.

O alternativo representou uma imprensa não “salutar” para a ditadura e um contraponto à grande imprensa, não só nas matérias que são cobertas, mas também nas linguagens exploradas, tentando quebrar não só a censura estatal, mas os silenciamentos que podem ocorrer no interior das empresas jornalísticas. Se os grandes jornais repercutiam o discurso oficial de exaltação da seleção brasileira, *Movimento* abriu espaço para um colunista censurado por denunciar corrupção e autoritarismo no esporte.

A imprensa alternativa dessa geração acabou no início dos anos 1980, por uma combinação de fatores políticos e econômicos. Com a abertura política, não havia mais a necessidade de aglutinar frentes de esquerda fora do meio partidário tradicional, como faziam os jornais alternativos. Na década de 1980 proliferaram veículos menores, ligados associações, sindicatos, mais restritos aos interesses dessas agremiações. Nas décadas seguintes, houve a tentativa de retomar o projeto da imprensa alternativa em veículos como revistas e blogs (PEREIRA FILHO, 2004) e, posteriormente, nas redes sociais, com plataformas que viabilizam a transmissão de conteúdo em tempo real e de forma interativa, trazendo também outras questões,

como a diluição das fronteiras entre o jornalismo e outras formas de expressão. Persistem, contudo, as tentativas de se criar alternativas contra silenciamentos que, hoje, não são mais impostos somente pelo Estado, mas formam uma censura difusa, exercida por vários setores da sociedade, tentando cercear no espaço público as manifestações que contrariem seus interesses (COSTA, 2016).

## Referências

ARQUIVO MIROEL SILVEIRA. *Reportagem de um tempo mau*. Plínio Marcos. Prontuário DDP 5749 do Arquivo Miroel Silveira da ECA/USP, 1965.

ARQUIVO MIROEL SILVEIRA. *Chapéu em cima de paralelepípedo para alguém chutar*. Plínio Marcos. Prontuário DDP 5863 do Arquivo Miroel Silveira da ECA/USP, 1966.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado autoritário (1968-78): o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de S. Paulo e Movimento*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1990.

AZEVEDO, Carlos (org.). *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011.

CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Cristina. Isto não é censura: a construção de um conceito e de um objeto de estudo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2016.

JORGE FILHO, José Ismar Petrola. *Dramaturgos e jornalistas: influência da prática jornalística na dramaturgia no Brasil em meados do século XX, a partir dos prontuários de censura do Arquivo Miroel Silveira*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – São Paulo, Universidade de São Paulo, 2013.

- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira. 1968-1978*. São Paulo: Parma, 1980.
- MARCOS, Plínio. Cadê o dinheiro? *Movimento*, n. 48, p. 11, 14 jun. 1976.
- \_\_\_\_\_. Mais vexame da CBD. *Movimento*, n. 50, p. 10, 14 jun. 1976.
- \_\_\_\_\_. Mumunhas matam o futebol. *Movimento*, n. 51, p. 11, 21 jun. 1976.
- \_\_\_\_\_. Politicagem, vexame e agressão (coisas dos cartolas no futebol). *Movimento*, n. 56, p. 10, 26 jul. 1976.
- \_\_\_\_\_. Não é só o peru que morre na véspera. *Movimento*, n. 57, p. 9, 2 ago. 1976.
- \_\_\_\_\_. Um corintiano foi falar com Deus. *Movimento*, n. 76, p. 4, 13 dez. 1976.
- \_\_\_\_\_. Meia volta, volver. *Movimento*, n. 154, p. 9, 12 jun. 1978.
- \_\_\_\_\_. O circo já não está servindo como válvula de escape. *Movimento*, n. 155, p. 23, 19 jun. 1978.
- \_\_\_\_\_. Sem título, *Movimento*, n. 176, p. 28, 11 nov. 1978.
- \_\_\_\_\_. A tragicomédia do absurdo não pode ser escrita por nenhum dramaturgo. *Movimento*, n. 174, p. 10, 30 out. 1978.
- \_\_\_\_\_. Sem título. *Movimento*, n. 178, p. 29, 27 nov. 1978.
- \_\_\_\_\_. Ai! Que saudade da saúva. *Movimento*, n. 180, p. 24, 11 dez. 1978.
- \_\_\_\_\_. Alguém esperava esporte limpo? *Movimento*, n. 183, p. 18, 1 jan. 1979.
- \_\_\_\_\_. Fazem o que nem a SS de Hitler fez, e falam de abertura? *Movimento*, n. 184, p. 11, 9 jan. 1979.
- \_\_\_\_\_. Vem aí: liberdade total para quem quiser passar fome e bater palmas! *Movimento*, p. 20, 5 fev. 1979.
- MARCOS, Plínio; SIMÕES, Inimá. Um carnaval violento. *Movimento*, n. 88, p. 11-21, 3 mar. 1977.
- MENDES, Oswaldo. *Bendito maldito: uma biografia de Plínio Marcos*. São Paulo: Leya, 2009.
- PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. *Caros Amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2004.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

**José Ismar Petrola Jorge Filho** - Doutorando em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Integrante do Observatório de Comunicação, Mídia e Liberdade de Expressão (Obcom-USP). E-mail: jose.ismar.filho@usp.br

**Recebido: 28 out. 2018**

**Aprovado: 19 dez. 2018**



**História e memória da ditadura militar em  
tempos de (auto)censura:  
o jornalismo brasileiro e seus  
*clichês historiográficos de autolegitimação***

**History and military dictatorship memory  
in periods of (self-)censorship:  
Brazilian journalism and its  
historiographic clichés of self-legitimation**

**André Bonsanto Dias**

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte  
Natal, RN, Brasil

## Resumo

A proposta deste trabalho se dará em problematizar a ditadura militar enquanto um acontecimento fulcral para a constituição das “modernas” identidades do jornalismo brasileiro. Para tanto, nosso objetivo se dará em perceber como este jornalismo – pensando especificamente nos casos da *Folha de S. Paulo* e *O Globo* – articulou uma série de discurso que, entre a memória e a história, acabou por legitimar uma narrativa particular sobre sua atuação no período. Se utilizando da prática de (auto)censura e costurando a posteriori aquilo que definimos como *clichês historiográficos de autolegitimação*, estes jornais acabaram por deliberadamente construir uma história que diluiu e silenciou uma série de ambiguidades discursivas na tentativa de legitimar seu reconhecido protagonismo em tempos de democracia.

## Abstract

The proposal of this work is to problematize the military dictatorship as a central event for the constitution of the modern identities of Brazilian journalism. In order to do so, our focus will be to understand how this journalism - specifically thinking in the cases of *Folha de S. Paulo* and *O Globo* - articulated a series of discourse that, between memory and history, legitimized a particular narrative about its performance in the period. Using the practice of (self)censorship and sewing what we define as *historiographic clichés of self-legitimation*, these newspapers deliberately ended up to construct a history that diluted and silenced a series of discursive ambiguities in the attempt to legitimize its acknowledged leading role in democracy times.

## Palavras-chave

Jornalismo; ditadura; autocensura; memória; história.

## Keywords

Journalism; military dictatorship; (self)censorship; memory; history..

Uma parcela significativa de leituras sobre a história da imprensa e a ditadura militar brasileira é bastante enfática em problematizar o papel preponderante que teve a (auto)censura e o aparato repressivo do regime no sentido de minar a autonomia do fazer jornalístico no país. Memórias, depoimentos e biografias de jornalistas, análises históricas sobre o tema e os próprios discursos de autolegitimação deste jornalismo acabaram por naturalizar aquele como um período sombrio de nossa história, principalmente após o decreto do Ato Institucional nº 5, em 1968.

Sob este panorama constrói-se a narrativa de que todos resistiram, quando não sofreram as devidas imposições e represálias advindas do regime totalitário que então se instaurava. A ditadura, neste sentido, acabou não apenas perpassando todo um contexto de dificuldades pelo qual estas empresas atravessaram, mas chegou inclusive a moldar, orientar e conduzir a sua própria prática, limitando as possibilidades de um chamado jornalismo “profissional” em realizar de forma comprometida a sua atividade. A saber, aquela que, ao menos discursivamente, sempre se pautou pela busca de uma verdade objetiva, independente e calcada na realidade dos fatos.

Ciente desta conjuntura e propondo uma análise mais enviesada de seus discursos, capaz de enxergar ambiguidades nem sempre tão aparentes, o objetivo deste trabalho se dará em problematizar a ditadura como um acontecimento fundamental que acabou por (re)configurar historicamente o próprio percurso do jornalismo e suas práticas. Sob um contexto em que muitos silenciaram, mas muitos também se beneficiaram por simples adesão e acatamento, a proposta é que possamos perceber como estes discursos atuaram de forma bastante paradoxal: ora silenciando, ora potencializando o protagonismo de uma ditadura que auxiliou na consolidação deste jornalismo, ao mesmo tempo em que, aparentemente, lhes coibia profissionalmente.

Quando falamos de um jornalismo “profissional” estamos nos referindo àquilo que ainda podemos definir como uma “grande imprensa” brasileira, insti-

tuição que, inferimos aqui, se configurou sob bases mais modernas e conquistou reconhecido grau de autonomia devido a uma série de conjunturas instauradas pelo regime militar. Vamos nos ater em especial aos casos da *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, dois jornais que, de apoiadores declarados do golpe de 1964, conseguiram angariar forças econômicas, políticas e editoriais para atravessar o período ditatorial como dois grandes baluartes da democracia e do “bom” jornalismo praticado no país, costurando-se sob aquele passado, em presentes bem particulares, a partir de apropriações seletivas de lembranças e esquecimentos.

Ainda que não seja a proposta nos atermos detalhadamente a todo este emaranhado discursivo, limitando-nos aqui a uma análise mais descritiva e contextual dos acontecimentos, o objetivo é que possamos perceber como estes jornais caminharam a eles paradoxalmente, se apropriando inclusive da (auto)censura para consolidar sua própria história ao longo do tempo. Construindo a posteriori aquilo que definimos como *clichês historiográficos de autolegitimação* (DIAS, 2018) estes jornais acabaram por legitimar a narrativa de que foram resistentes, quando não vítimas da ditadura, sobrevivendo a um período que praticamente não era possível se pautar por orientações políticas bem definidas.

A ditadura, entre a memória e a história, será problematizada, portanto, como um acontecimento fundamental para se pensar a própria instituição que este jornalismo diz representar em tempos de democracia, com o intuito de legitimar as capacidades de seu chamado jornalismo “profissional”. Um olhar comprometido a estas questões nos soa essencial principalmente nas atuais conjunturas, em que a suposta autoridade angariada pela instituição passa a ser confrontada cotidianamente com o advento das chamadas “fake news”. A ideia é que possamos dar pistas para historicizar o próprio estatuto de “verdade” construído por estes jornais, uma prática que, para além das notícias, está muitas vezes condicionada às atitudes destes agentes em relação à (sua) história.

## **A ditadura e suas memórias: um incidente crítico e criticado**

O acontecimento, como um constante “vir a ser”, é aquilo que se torna, afetando uma cadeia de relações que se modifica e conflui, entre a memória e a história. (QUERÉ, 2005) Evento multifacetado que demanda múltiplas leituras, de um acontecimento nos interessa perceber as suas dilatações temporais, a “natureza estratégica” (Zelizer, 1992) de discursos constantemente (re)acionados no, com e pelo tempo, a partir de circunstâncias as mais diversas. Para além de nos debruçarmos sob a construção destes eventos, o importante é evidenciar sua “segunda vida” (QUERÉ, 2012). Um processo complexo, atravessado por rupturas e ressignificações e que está condicionado à própria maneira como os atores que lhes carregam o afetam e lhes dão significado.

A ditadura militar será aqui, portanto, relacionada às próprias memórias do jornalismo e às verdades que sua instituição pretende imputar - ou esconder - à sua imagem como dignas de reconhecimento. Isso nos coloca uma série de questões relacionadas diretamente ao papel da memória, da autoridade e das verdades que o jornalismo intenta legitimar frente à (sua) história. Ao potencializar determinadas “verdades” em detrimento de outras, conduzindo os acontecimentos sob fluxos diversos, o jornalismo, seus discursos e atores, procura na verdade legitimar seu próprio protagonismo. Um processo que acabou por reforçar as capacidades de uma instituição que diz praticar um jornalismo mais “profissional”, confiável, legítimo e, portanto, digno de ser reconhecido como tal.

Partindo destas premissas, a ditadura há de ser problematizada como um “incidente crítico” (Zelizer, 1992), aqueles momentos-chave que proporcionam às sociedades avaliar seus próprios valores, fazendo com que os diversos atores que a constituem se insiram em um embate pela nego-

ciação de sentidos, contestando padrões de ação e disputando versões “corretas” sobre os fatos que relatam. Como um acontecimento fundador e traumático para a história recente do país, a ditadura e as narrativas que dela se desdobram estão inseridas nas lutas por reconhecimento. É a partir destes acontecimentos que o jornalismo vai historicamente fortalecendo a sua comunidade de intérpretes, já que seu trabalho não se dá apenas em construí-los, mas também em perpetuar suas histórias na história, re(a)presentando personagens e contextos, dando novos olhares, silenciando algumas vozes, potencializando outras.

Ainda vivendo conosco em seus resquícios, da ditadura sempre nos chegam rastros, (re)suscitados esporadicamente seja para reforçá-los ou lhes dar novas leituras e interpretações. Como um incidente crítico, foi celebrada, refutada, criticada, nem sempre encarada como digna de reconhecimento ou vista com unanimidade. Instrumentalizada pelos usos e abusos da memória e do esquecimento, da ditadura já se teve orgulho e vergonha. Jornais já pediram desculpas por tê-la apoiado, na tentativa de assim reconfigurar a sua própria história e identidade.

Devemos levar em conta, portanto, que a ditadura se constituiu como um acontecimento “recalcado” (SILVA, 2011) difícil de se explicar por sua aparente unidade. Daí a importância de problematizarmos como o jornalismo, sob que pretextos e conjunturas, foi articulando algumas “verdades” do/ sobre o acontecimento, na tentativa de legitimar uma narrativa particular a ser reconhecida frente às suas capacidades. Não queremos afirmar com isso que foi apenas o jornalismo quem “recalçou” o acontecimento, com objetivos estritos de se auto-legitimar. Com o fim da experiência de um regime ditatorial, - em especial quando ocorre uma transição transacionada, sem rupturas, negociada entre os altos escalões do poder, como foi o caso do Brasil - as sociedades em geral acabam por trilhar

a comumente mais segura via do esquecimento.<sup>1</sup> Para que se evite falar de possíveis consensos e consentimentos, em geral prefere-se esquivar daquele passado recente, negá-lo ou até mesmo reformulá-lo. Uma releitura seletiva que, de acordo com o historiador Bruno Groppo (2015, p. 13), acaba criando mitos que não descrevem de forma comprometida o passado como ele “realmente foi”, mas como se “desejava que fosse”.

Dentre estes mitos, alimentados com o intuito de reconfigurar memórias e identidades coletivas, um dos mais importantes e, para nós, fundamental para se problematizar o percurso trilhado pelo jornalismo, é aquele que acabou por legitimar uma parcela da sociedade como simples *vítima e/ou resistente* à ditadura. (GROPPO, 2015). Aqueles que se autoproclamam *vítimas* acabam muitas vezes por afastar de si a questão das responsabilidades, como se nada pudesse ter sido feito a não ser acatar imposições vindas de forma arbitrária. Por outro lado, enquanto seu papel de *resistentes*, estes atores procuram reconhecer-se a partir de uma imagem heroica de combate frente aos ditames do poder.

Assim, no caso do jornalismo, podemos afirmar que a instituição acabou por construir a imagem de que fora ao mesmo tempo *inocente e resistente*. Uma atitude paradoxal que vai caminhar junto às narrativas da instituição e será fundamental para legitimar suas identidades frente à nova democracia que se descortinava. Por ter uma função “terapêutica”, estes mitos auxiliam a suprimir traumas de um passado que se pretende esquecer. Simultaneamente, pela forma como narrativas e memórias sobre aqueles idos são acionadas em presentes particulares, os mitos são utilizados como *álibis*, es-

tratégias que camuflam a história e/ou muitas vezes a simplifica. Mesmo tendo atravessado o período da ditadura como grandes vencedores, já que, conforme veremos à frente, o processo de modernização e crescimento desta chamada grande imprensa se deu justamente sob este contexto, os jornais aqui analisados construíram uma narrativa - a partir do que chamaremos de *clichês historiográficos de autolegitimação* - de que também foram os “vencidos” da história, pertencentes a uma parcela da sociedade que, comprometida única e exclusivamente com os preceitos da legalidade democrática, *resistiu mas sofreu* com a ditadura, uma força externa e estranha que, como uma “chapa de metal” pesado, subjugou e reprimiu a todos. (AARÃO REIS, 2014)

Os “vencidos que venceram” (Rollemberg, 2006) legitimam assim uma memória problemática, que se lembra pelo esquecimento, negando muitas vezes a história inerente aos processos em disputa. Narrativas-*álibi* como estas são fundamentais aos agentes que a constituem pois os auxiliam a criar versões políticas mais seguras e “apaziguadoras” sobre os acontecimentos, onde todos acabam por encontrar seu lugar. Virando as costas para o passado, preferiu-se assim demonizar a ditadura, como que se dela fosse preciso exorcizar-se, um “tempo de trevas”, superado e vencido. Esta arquitetura simplificada constituída por raciocínios binários e polarizados, - ditadura x democracia, opressão x liberdade, repressão x resistência - fez com que se legitimasse uma “incômoda e contraditória” memória sobre os tempos da ditadura no Brasil, acredita Aarão Reis (2000; 2014).

Obviamente que com isso não estamos querendo relativizar o caráter opressor e autoritário de um regime como a ditadura militar brasileira. O objetivo é que possamos pensar estes regimes como constructos sociais, desmistificando memórias que os enxergam apenas a partir de suas práticas manipuladoras e de coerção. Estamos aqui dialogando com os trabalhos de Rollemberg e Quadrat (2010) na tentativa de diagnosticar um panorama

1 A ditadura militar no Brasil encerrou seu ciclo com uma espécie de acordo estabelecido entre grupos de civis e militares, tendo como marco a promulgação da Lei de Anistia, em 1979, que “perdoou” os dois lados de uma suposta guerra travada entre o regime e seus opositores. Para uma leitura mais detalhada sobre aquilo que ainda “resta” da ditadura no ainda frágil processo de transição democrática brasileiro, consultar as obras de Teles e Safatle (2010) e Pinheiro (2014).

mais abrangente e pensar a ditadura para além de suas vítimas e algozes em um viés maniqueísta. É preciso, como bem apontam estes estudos, analisar a “construção social” dos regimes autoritários sem o apego muitas vezes sedutor das necessidades do presente. Apego que por vezes acaba encobrendo sutilezas, continuidades e rupturas de um passado que está sempre a descortinar futuros possíveis.

É preciso que saibamos fugir de dicotomias, discursos que encobrem as nem sempre evidentes relações entre a sociedade e seus regimes políticos. Ao pensar nas “ambivalências” dos jornais e suas ditaduras queremos perceber um processo que não lhes é estranho. Pelo contrário, lhes está nas entranhas fazendo parte de seus discursos e da constituição de suas identidades. Afinal, se todos de fato resistiram e repudiaram o regime, como então teria a ditadura militar brasileira durado longos 21 anos, voltando constantemente a nos assombrar? Só nos será possível encarar melhor esta complexa questão se verificarmos como criaram-se consensos, acomodações e redes de interesses que em tese refletiram em ganhos, sejam simbólicos e/ou materiais para muitos atores que participaram ativamente deste ainda conturbado acontecimento. (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010)

Como resultado de uma construção social, a história da ditadura não é portanto uma história do bem contra o mal. Quando falamos em “ambivalência”, por exemplo, estamos nos referindo ao termo proposto por Pierre Laborie (2001; 2010) para problematizar o “duplo pensar” dos franceses ao longo do regime de Vichy na Segunda Guerra Mundial. O termo, apropriado pela corrente historiográfica brasileira sob a qual estamos aqui dialogando, nos auxilia a pensar como determinados atores atuaram não sob posturas aparentemente “antinômicas”, contra e/ou a favor mas, em certos casos, sendo “um pouco dos dois ao mesmo tempo”. Esta “cultura do duplo” nos abre assim uma série de possibilidades para identificar como determinada sociedade poderia ter agido sob sentimentos opos-

tos onde, para sobreviver, “tiveram de aprender a existir com duas imagens de si mesmos: um rosto para mostrar publicamente a fim de subsistir e um para esconder a fim de preservar uma maneira de ser e agir. (LABORIE, 2010, p. 39-40)

Pensar as “ambivalências”, neste sentido, nos possibilita problematizar as “imagens de si” de um jornalismo que constantemente se (retro)alimenta de seus próprios discursos. Com o intuito de se autolegitimar e assim circunscrever a sua autoridade, suas memórias na história, este jornalismo necessitou realizar uma série de elaborações discursivas de natureza estratégica. Dizer isso é afirmar mais uma vez que as ambivalências de um regime conservador-autoritário como a ditadura militar brasileira estiveram permeadas por estratégias que transbordam a lógica binária da colaboração x resistência. Se houve adesão e resistência, também houve um processo de “acomodação” entre sociedade e regime. Ou seja, não houve efetivamente uma ruptura radical entre grupos que ora se conflitavam, ora se beneficiavam mutuamente. Estas ações, muitas vezes paradoxais e contraditórias são inerentes à cultura política brasileira e foram fundamentais para configurar as particularidades de nossa ditadura, acredita o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2014).

No caso específico dos jornais aqui analisados, pensar a construção das memórias da ditadura a partir de suas “ambiguidades” pode nos auxiliar a perceber como as mais diversas narrativas sobre o acontecimento foram se dilatando, assumindo diferentes perspectivas de acordo com seus sucessivos presentes da enunciação. Pela forma como vai sendo lembrada, reatualizada e também, muitas vezes silenciada e esquecida, a ditadura para estes jornais vai se configurando sob uma memória mutável, dinâmica e permeada de vicissitudes. (NAPOLITANO, 2015) Dialogando junto a diversos atores, o jornalismo acabou assim por se legitimar como um dos principais responsáveis pela articulação de uma dita “memória hegemônica” da ditadura (NAPOLITANO, 2014; 2015),

uma memória repleta de contradições, desvios e revisões de sentido, que auxiliou na configuração de uma imagem particular sobre o acontecimento e, acima de tudo, caminhou junto à instituição em seu processo de reconfiguração de identidade ao longo da história.<sup>2</sup>

Esta memória começou se delinear justamente quando se evidenciou uma orientação de hostilidade/repulsa em relação ao regime, constituída por um processo de afastamento de setores liberais da sociedade e os militares então no poder. Ganhando força a partir do final dos anos 1970, no período de distensão política, e se consolidando nas décadas seguintes, este “divórcio entre antigos sócios” (Napolitano, 2014), fez com que se legitimasse a imagem dos “vencedores-vencidos” da história. Emerge progressivamente a partir daí, sob o signo da *resistência*, um discurso crítico sobre a ditadura que convergia elementos de uma esquerda “moderada” - a saber, daqueles que não compactuavam com a luta armada e os movimentos de guerrilha -, com a de uma crítica “liberal”, protagonizado por parcelas do empresariado e a intelectualidade nacional, bem como pelo dito jornalismo “profissional”.

<sup>2</sup> Há um longo e extenso debate sobre como as memórias da ditadura vêm permeando a sociedade brasileira em seu processo de transição democrática. Neste constante embate entre lembrança e esquecimento, podemos afirmar que em um primeiro momento optou-se por certa “amnésia coletiva” sobre o passado ditatorial, decorrente do caráter “apaziguador” de nosso processo de transição. Com a forte emergência das chamadas “memórias de esquerda”, a partir de meados dos anos 1970-1980, passou-se a se consolidar uma memória hegemônica sobre o regime, constituída por militantecons políticos e uma série de atores que procurou legitimar o papel da resistência democrática em oposição à ditadura. Panorama que se consolidou, - ao mesmo tempo em que se complexificou - no início do século XXI, quando de fato começaram a aparecer análises historiográficas mais críticas e contundentes sobre o período. Os embates pelas versões “corretas” sobre o passado da ditadura no Brasil ainda estão em processo, sob um panorama que vêm sorrateiramente se reconfigurando, já que, na atual conjuntura, memórias até então consideradas “subterrâneas”, - como aquelas que chegam a negar a existência de uma ditadura no país e que por vezes pedem a volta dos militares ao poder - passam a emergirem com reconhecida força. Não é nossa intenção aqui nos ater a este recente debate. Para um panorama geral sobre a questão, consultar os trabalhos de Cardoso (2012), Napolitano (2015) e Wainberg (2010).

Ao procurar silenciar um passado colaboracionista em relação ao regime e legitimar com isso certo protagonismo, as críticas advindas desta “memória hegemônica” da/sobre a ditadura perpassaram complexos e contraditórios processos de construção, caminhando ambigualmente entre setores que ora apoiaram, ora enfrentaram o regime. Este deliberado jogo de lembranças e esquecimentos não deve ser problematizado como “mero cinismo” dos atores que a constituem, como bem pontua Napolitano (2015), mas como parte de todo e qualquer processo de construção da memória social, marcado por rememorações seletivas a partir de presentes particulares. Pensar, portanto, a construção social desta memória hegemônica pela imprensa não é falar apenas de memória, mas de uma memória que se quer história. Uma história particular que os próprios jornais pretendem construir sobre a verdade dos acontecimentos que relatam, na tentativa de legitimar sua autoridade e reconhecimento.

Alimentando-se sob este constante paradoxo e definindo-se por uma heterogeneidade de vozes e discursos, as mutações da memória hegemônica são inerentes aos enquadramentos da “operação midiográfica” (SILVA, 2011), atividade jornalística que consiste em não apenas construir os acontecimentos, mas recontar e ressignificá-los historicamente sob seus termos. Sendo assim, devemos lembrar mais uma vez que ao portar estas memórias, o jornalismo está inserido nos embates para legitimar determinadas fatias de verdade, o que implica em um trabalho de apropriação seletiva dos acontecimentos em momentos específicos e em conjunturas bem determinadas.

Alicerçada sob “dobras” de tempo histórico (NAPOLITANO, 2017), estas memórias comumente realizam pontos de virada, dilatações onde se efetuam revisões críticas e/ou sínteses do que se deve ou não ser significativamente lembrado. Como “dobras” são também momentos em que seu processo de ressignificação entra em “tensão máxima”, justamente por causa dos rearranjos que sofrem em seus

enviesamentos discursivos. Ao percebermos estas tensões poderemos então problematizar como e quando os acontecimentos mudam qualitativamente de sentido “podendo ser reinterpretados radicalmente, subsumido por outros eventos, apagado da narrativa ou, no limite, inventado ou monumentalizado como tal.” (NAPOLITANO, 2017, p. 350)

## **A moderna tradição do jornalismo brasileiro: a ditadura e sua história**

Ainda que tenhamos diagnosticamos este complexo e multifacetado fluxo que emana das memórias e da história da ditadura militar brasileira, não é pretensão de nosso trabalho ater-se detalhadamente às suas conjunturas. Nossa proposta se dará em perceber apenas como o jornalismo, inserido neste contexto, acabou por legitimar para si alguns “álibis”, discursos de autolegitimação que o colocaram posteriormente sob o signo paradoxal de *vítimas-resistentes*, carregando consigo aquilo que poderíamos definir ainda como uma “memória hegemônica” da/sobre a ditadura.

Estes discursos foram fundamentais para alicerçar as bases de um jornalismo que diz representar uma prática “moderna”, legitimada institucional e profissionalmente por uma série de atributos, ancorados na suposta imparcialidade, na objetividade e na verdade factual de seus relatos. Fato é que, quando falamos de institucionalização de um jornalismo dito “profissional” no Brasil, não há como negligenciarmos o contexto da ditadura e seus desdobramentos. Mesmo que tenha se construído uma espécie de “mito” sobre o processo de modernização do jornalismo brasileiro, tendo como marco uma série de transformações técnicas que se potencializaram a partir de meados da década de 1950 (ALBUQUERQUE, 2008; 2010), acreditamos que esta profissionalização tenha se dado, para além de suas práticas, *discursivamente* e sob conjunturas históricas e políticas estritamente delimitadas. Desta forma, o objetivo é que possamos atrelar a ditadu-

ra como um fator constituinte à própria identidade “moderna” destes jornais, fundamental para perceber a importância das articulações discursivas acionadas pelas empresas na tentativa de ressignificar os acontecimentos e sua história em relação a eles.

Se partirmos desta premissa podemos nos apropriar da tese de Renato Ortiz (1989) para pensar que a concepção de um ideal moderno de jornalismo no Brasil seguiu uma espécie de “moderna tradição”, já que ocorreu de fato “fora do lugar”, antecipando mudanças que na verdade iriam se concretizar de forma mais efetiva apenas posteriormente. Se há a tentativa de legitimar um ideal moderno de jornalismo neste momento é possível afirmar que ele ocorreu “sem modernização”, no sentido de que se institui sob uma série de atributos que ainda dialogavam com a tradição e que se fizeram muito mais no âmbito discursivo do que efetivamente na prática.

Neste muitas vezes contraditório percurso, o período marcado pela deflagração da ditadura militar no Brasil, especialmente entre as décadas de 1960-1970, tem para nós valor fundamental. Pensado em um contexto político e econômico mais amplo é este o período onde transformações estruturais mais complexas vão se costurar na sociedade brasileira, consolidando um mercado mais estritamente articulado sob os moldes de uma moderna “indústria cultural”. Vale pontuar aqui que a expansão desta indústria se deu sob uma estreita relação entre o empresariado e o Estado em um viés bastante paradoxal. Presenciávamos neste momento uma (auto)censura que era tanto repressiva quanto “disciplinadora”, ou seja, que não se dava apenas pelo veto, mas por orientações que demandavam silêncios e acatamentos. (SMITH, 2000) Desta forma, havia controle mas também incentivo àqueles que se aproximavam das cercanias do poder, seja por adesão explícita e/ou relações de cumplicidade. Isso se dava, acredita Ortiz (1989), por duas vias que obviamente não eram excludentes: havia censura e repressão político-ideológica ao mesmo tempo em que houve uma significativa expansão

dos bens e produtos culturais ligados aos veículos de comunicação no país, já que o próprio Estado era o maior promotor e incentivador de seu desenvolvimento, reconhecendo, portanto, a importância do papel das mídias e do jornalismo neste processo.

Comumente, os estudos e memórias ligados ao período da ditadura no país são enfáticos em relatar o constante embate que o jornalismo e seus jornalistas travaram com a censura e o Estado autoritário (ALVIM, 1969; CONY, 1964; COTTA, 1997; MARCONI, 1980). No entanto, precisamos focar nossa análise não apenas na atuação do Estado em seu papel repressor e/ou da imprensa em sua atuação combatente e de imanente resistência, atuando como em uma via de mão única. O fundamental aqui é que enxerguemos uma relação que se deu também por ambíguos, e por isso nem sempre tão visíveis, movimentos de acomodação, resistência, adesão e proximidade.

A própria ideia de censura, por exemplo, precisa ser relativizada para que possamos perceber uma prática que às vezes fora um pouco mais complexa quanto se parece. A leitura de Aquino (1999) nos chama a atenção para este ponto, ao repensar a ideia maniqueísta de uma censura executada de forma unilateral por um Estado onipresente e opressor e, de outro, uma imprensa vítima, órgão que sempre lutou pela liberdade de expressão e que, no momento da ditadura, nada ou pouco poderia fazer visto que encontrava-se cerceada. Como nos mostra Kushnir (2004), a censura existia inclusive dentro das redações, executada muitas vezes pelos próprios jornalistas em situações que extrapolavam a ideia de uma atividade autoritária e inequívoca. Ao tratar sobre a experiência do jornal *Folha da Tarde*, - então pertencente ao grupo *Folha* - a autora diagnosticou aquilo que ela definiu como os “cães de guarda”, espécie de jornalistas-censores-policiais que atuavam com o regime de forma colaborativa. Assim, não devemos nos esquecer que o desenvolvimento dessa indústria só foi possível àquele momento a partir de uma “ponte de interesses” entre o

empresariado e os militares, que se deu sob objetivos econômicos e também políticos.

Colocada a questão sob estes termos Ortiz (1989) acredita que a questão da censura ajuda a nos evidenciar os movimentos de interesse e proximidade que estão relacionados ao processo de modernização tanto das mídias quanto do Estado. Este é um momento em que, acredita ainda o autor, as mídias, em seu processo de modernização, circunscreveram-se à necessidade de “conquistar o mercado a qualquer preço”, com o intuito de ampliar um leitorado que gradativamente vinha sendo conquistado nas décadas anteriores. Portanto, se o jornalismo procurava se inserir discursivamente em uma fase que se distanciava cada vez mais da política, consolidando-se enquanto uma atividade técnica - “isenta”, “apartidária” e “objetiva” - e profissional, não podemos negligenciar que isto se dava em um momento de forte “repolitização” do aparelho do Estado, o que significa que “o processo de despolitização que estávamos considerando, exclusivamente a nível de mercado, se beneficia de um reforço político.” (ORTIZ, 1989, p. 155)

O que nos parece fundamental, reforçamos mais uma vez, é perceber que este amplo processo da chamada “modernização” por qual passou a imprensa brasileira ao longo de uma parcela significativa do século XX teve um momento fulcral com a emergência da ditadura. Isso porque acreditamos na importância de seu papel para moldar aquilo que se definiu como uma “grande imprensa” no Brasil, consolidando importantes conglomerados jornalísticos que perduram na maioria dos casos até os dias de hoje.

Por isso devemos pensar que a história da modernização da imprensa no país é também, como bem aponta Ribeiro (2007, p. 207), a “história do desaparecimento de parte dela”, visto que neste processo de reformulação e ampliação do chamado jornalismo “profissional”, se descortinava concomitantemente um cenário de forte concentração empresarial. Evidente que existiram circunstân-

cias particulares que auxiliaram no fortalecimento e desaparecimento de cada uma destas empresas. Muitas delas também, pondera Ribeiro (2007; 2014), tiveram seu declínio simplesmente por má gerência e administração mas, em muitos casos, devemos levar em consideração aspectos que não se deram meramente pelo caráter econômico desta conjuntura.

Isso significa que havia fatores para além da livre concorrência de mercado que regiam o cenário de uma imprensa “moderna” em transformação. A ditadura militar vigente no Brasil por mais de duas décadas (1964-1985) acabou por influir diretamente neste processo, seja por meio da censura – que favorecia o consentimento e a adesão –, seja por meio da regulamentação e controle de subsídios, impostos e da publicidade oficial. Diante de um cenário como esse é evidente que as empresas necessitavam se “blindar” a partir de técnicas administrativas mais organizadas, o que exigia certo jogo de cintura para negociar com um regime que oprimia, mas também incentivava aqueles que com ele dialogavam (RIBEIRO, 2007).

Praticamente todos os jornais foram afetados por este conturbado cenário, apesar de que os “maiores” e “mais eficientes” (RIBEIRO, 2007), acabaram por de fato conseguir melhores condições para enfrentá-la. A questão é que os jornais “vencedores” que se “beneficiaram com o processo de concentração, não o fizeram sem a ajuda do poder público.” (RIBEIRO, 2007, p. 209) Concentração aqui não diz respeito, portanto, apenas ao fortalecimento de certas empresas em detrimento de outras, mas a todo um processo de reconfiguração do modo de se fazer e pensar o mercado e o campo do jornalismo no Brasil em sua relação com o Estado ditatorial então vigente

Como consequência dessa reorganização/concentração podemos afirmar que as empresas jornalísticas “vencedoras” saíram deste processo de reformulação com autoridade suficiente para conduzir uma trajetória de autonomização do campo. Para

nós este é um dado extremamente significativo para pensar o processo de modernização do jornalismo no Brasil em sua íntima relação com os ditames da política. A “modernização” aqui não está sendo necessariamente pensada como o aperfeiçoamento e o resultado de técnicas de profissionalização, mas primordialmente como uma atitude de tato político, fundamental para o seu resultado e eficácia.

Neste momento de expansão, mas também de evidente crise e cerceamento da imprensa, sobreviveu quem soube se apropriar da delicada situação política para conquistar significativos avanços econômicos e legitimar assim seu reconhecimento e autoridade. Nem sempre é pela notícia que vemos ler o jornalismo e seus discursos. As “verdades” que intentam ser instauradas por uma instituição que se diz “moderna” só podem ser de fato problematizadas se colocadas sob suas devidas conjunturas e contextos, o que nem sempre emerge de forma aparentemente clara àquilo que o jornalismo diz ser e representar.

Dito isto, podemos de uma vez por todas desnaturalizar “mitos” e pensar de forma mais comprometida a modernização do jornalismo no Brasil. O jornalismo brasileiro foi ao mesmo tempo, ambígua e paradoxalmente, agente e vítima deste processo de modernização autoritária.

### **(Auto)censura e jornalismo: a ditadura entre a memória e a história**

Ao realizarmos este breve diagnóstico, partimos do pressuposto de que a grande imprensa no Brasil se configurou àquele momento como um dos principais atores que deram legitimidade e sustentação ao golpe de 1964. Por essa razão, boa parte da historiografia brasileira prefere atualmente se referir ao golpe como “civil-militar” e não apenas como “militar”, já que houve de fato uma movimentação significativa de parcelas da população na deposição

do governo de João Goulart.<sup>3</sup> Dentre estas análises, há leituras mais taxativas que chegam a definir o golpe como “midiático-civil-militar” (SILVA, 2014), procurando enfatizar supostos colaboracionismos, adesões explícitas de empresas que teriam apoiado a conspiração dos militares, lhes garantindo legitimidade primordial e necessária para a sua sustentação (LARANJEIRA, 2014).

Cientes disso, partimos do pressuposto de que tanto a *Folha* quanto *O Globo* apoiaram e legitimaram o golpe que deflagrou a ditadura militar no Brasil, fato já assumido inclusive pelas próprias empresas. Mas isso para nós é apenas um ponto de partida a orientar nosso percurso, visto que buscamos problematizar aqui, ainda que brevemente, uma série de ambiguidades discursivas utilizadas deliberadamente pelas empresas com o intuito de não apenas dilatar e ressignificar o acontecimento no tempo, mas a suas próprias histórias em relação àqueles idos.

Após consumado o golpe, ambos os jornais assumiram em suas páginas uma postura de clara celebração e otimismo. Caminhando junto ao discurso oficial dos militares, viam na “revolução” a retomada da democracia e da legalidade no país, então comprometida pelo mal do comunismo e pela corrupção generalizada. Campanhas cívicas era criadas pelos jornais para celebrar os grandes feitos do regime, o trabalho e o progresso da nação. As próprias empresas, concomitantemente, vangloriavam-se de seus avanços técnicos, com o crescimento das vendas batendo recordes de tiragem, a aquisição de novos e modernos maquinários e a potencialização da distribuição de suas novas edições. Ainda que críticas

pontuais aparecessem com relação aos desmandos do governo, a “revolução democrática” era construída discursivamente como os “tempos gloriosos”<sup>4</sup> de um governo que seguia seus “nobres ideais”<sup>5</sup> dentro da legalidade e com reconhecida plenitude.

A adesão destas empresas aos preceitos do regime era neste momento tão claro e explícito que, de acordo com Napolitano (2017), era como se os jornais sentissem pertencentes a uma espécie de “clã dos revolucionários de primeira ordem”, autoridades morais que não apenas caminhavam junto ao regime, mas que deveriam também pautar possíveis rumos a serem tomados por ele. Não à toa, *O Globo*, por exemplo, afirmava apoiar o governo “de peito aberto e bem consciente da posição assumida” e que suas críticas, quando feitas, deveriam pautar-se sob um papel construtivo, sem causar “danos maiores” ao processo “revolucionário” em curso.<sup>6</sup> Aliás, era preciso seguir firme com a “limpeza de terreno” para dar continuidade às políticas do regime, lutando contra falsos alarmismos e boatos. Era hora de “reforçar e não de afrouxar”, já que um governo não se torna popular “à custa de sorrisos e pancadinhas nas costas”, enfatizava o jornal, às vésperas da deflagração do Ato Institucional nº 5.<sup>7</sup>

Considerado o momento de ruptura de um regime que “escancarava-se” de fato em uma ditadura (GASPARI, 2002), o período pós-AI-5 é comumente visto também como uma fase em que se encerrou as possibilidades de uma chamada “autonomia jornalística” (KUCINSKI, 1998). Se a grande imprensa brasileira conquistara um papel ativo frente à construção e legitimação do golpe e do regime, agora se iniciava, de acordo com essas

3 Estamos aqui nos utilizando dos trabalhos de Aarão Reis (2014), Napolitano (2014) e Ferreira e Gomes (2014), este último essencial para pensar particularmente o contexto e as conjunturas que deflagraram o golpe. Para uma análise minuciosa sobre a relação do empresariado e de parcelas da sociedade civil para a consolidação do golpe, consultar o trabalho de Dreifuss (1981). Sobre o papel das mídias e do jornalismo, consultar Abreu (2005) e Carvalho (2010). E, mais especificamente, sobre os casos da *Folha* e *O Globo*, ver as obras de Dias (2014; 2018) e Costa (2015)

4 RESSURGE A DEMOCRACIA. *O Globo*, ano XXXIX, nº 11.625, p. 1, 2 de abril de 1964.

5 Volta à normalidade. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.716, p. 4, 9 de abril de 1964.

6 Um marco de esperança. *O Globo*, ano XL, nº 11.859, p. 1, 5 de janeiro de 1965.

7 Não é hora de afrouxar. *O Globo*, ano XLIII, nº 12.656, p.1, 10 de agosto de 1967; Hora difícil. *O Globo*, ano XLIV, nº 13.021, p.1, 17 de outubro de 1968.

leituras, o período em que não era mais possível se fazer jornalismo. Não aquele dito “moderno” e independente, profissional, pautado na objetividade e na busca comprometida pela verdade dos fatos. Havia agora uma censura rigorosa cerceando a informação, limitando a prática profissional e calando suas vozes, mesmo para aqueles jornais que ainda se mantinham defensores da “revolução” e/ou pediram seu gradativo endurecimento.

Logo após decretado o AI-5 tanto a imprensa paulista quanto a carioca receberam separadamente dos generais um “manual de comportamento”, orientando como deveriam a partir de então conduzir suas práticas frente ao novo cenário político. Em linhas gerais, ambos os documentos continham as mesmas premissas, tendo como objetivo fazer com que os jornais seguissem algumas normas prescritas. O “total respeito à Revolução de 1964” precisava ser preservado e para isso era necessário:

Evitar a divulgação de notícias tendenciosas, vagas ou falsas. [...] as notícias devem ser precisas, versando sobre fatos consumados. [Não deverão ser divulgadas notícias que possam] desmoralizar o governo e as instituições; veicular críticas aos Atos Institucionais; comprometer no exterior a imagem ordeira e econômica do Brasil; veicular declarações, opiniões ou citações de cassados; veicular atividades subversivas, [...] notícias sobre atos de terrorismo, explosão de bombas, assaltos a bancos, [...] formação e preparação de guerrilhas, [...] mesmo se tratando de fato consumado e provado.<sup>8</sup>

Mesmo com uma censura prévia ainda não legalmente institucionalizada, - principalmente para a *Folha* e o *Globo*, que não contaram com censores em suas redações - a ditadura passava a delinear um horizonte que demandava dos jornais certas escolhas e posicionamentos. Para o regime, a “falsidade” e as notícias “tendenciosas” eram aquelas

que diziam respeito à sua instabilidade e que, portanto, deveriam ser evitadas. Os fatos, mesmo consumados, deveriam ser utilizados sob critérios previamente estabelecidos e, diante disso, os jornais passaram a legitimar a narrativa de que fizeram o “possível” para articular as “verdades” de um jornalismo que em tese passaria por filtros, como se aquilo que se poderia ou não relatar dependia de responsabilidades que muitas vezes não lhes competiam diretamente.

Não há de fato como negarmos que a implantação de um regime de exceção criou uma série de obstáculos para a prática jornalística. E que a partir daí muitos resistiram, mas muitos também silenciaram-se ou até mesmo aderiram às imposições para responder a projetos e causas particulares. Outros, no entanto, apenas seguiram fazendo o seu jornalismo como antes, se (auto)censurando para poder seguir com as regras do jogo.

Por isso, é importante frisar que a ideia de “autocensura” funcionou como um tipo de “acordo forçado” (SMITH, 2000) entre o regime e uma grande imprensa que, salvo exceções pontuais, consentiu com as proibições. Banalizando-se como uma prática cotidiana que se dava por “modalidades diárias de inércia” este consentimento se dera tanto pelo endosso e/ou acatamento da repressão, como por mera obediência às regras impostas. Um “oportunismo pragmático” que, portanto, nunca era transparente, pois diluía as responsabilidades tanto daqueles que impunham as restrições, quanto dos que as acatavam. Como uma cumplicidade baseada por restrições auto impostas e, ao mesmo tempo, veladas, - pois não chegavam diretamente a seu público e nem foram formalmente “oficializadas” pelo regime -, o jornalismo costurava assim seus acontecimentos sob uma “verdade” que se dava por uma questão de valoração: “Existe algo a dizer, você sabe disso mas não diz. Não é o silêncio da ignorância ou da falta de discernimento, e sim o da abstenção consciente.” (SMITH, 2000, p. 136)

<sup>8</sup> As notas, condensadas aqui, foram publicadas pelo jornal *Resistência* no dia 21 de janeiro de 1969 e cedidas a Kushnir (2004, p. 108) pelo jornalista Elio Gaspari.

A prática da autocensura não deixava sequer cicatrizes, como bem aponta Kucinski (1998), visto que suprimia a própria premissa de que a informação estava sendo controlada. O jornalismo só publicaria assim as verdades que lhes fossem convenientes e/ou adequadas para manter a continuidade de suas empresas. Uma “fraude” baseada na supressão intencional de informações e naquilo que poderia ser considerado como uma “mentira ativa, oriunda não de uma reação instintiva, mas da intenção de esconder a verdade.” (KUCINSKI, 1998, p. 51) Se o decreto do AI-5 teria dado um fim à “autonomia jornalística”, não há como negarmos também que este jornalismo soube muito rapidamente se adaptar à nova situação imposta. O jornalismo “possível” se fazia sob um leque de possibilidades que os tornava assim complacentes com relação aos desmandos da ditadura.

A autocensura ajudava a criar consensos necessários para a legitimidade de ambos os empreendimentos. Por ser um tipo de censura “envergonhada” e “defensiva” para o regime, tornara-se a “solução preferida” para os proprietários dos grandes jornais, já que ela não chegava a afetar drasticamente o modo de produção de seu jornalismo, como fizera por exemplo a censura prévia e permanente. (KUCINSKI, 1998) Mesmo quando calados e/ou silenciados, estes jornais optaram assim por se manter ao lado do poder, tornando-se paradoxalmente “agentes” e “vítimas” da autocensura. Ao que parece, àquele momento, “permanecer no palco das decisões era mais importante que a busca e a publicação da verdade.” (KUSHNIR, 2004, p.52)

Fato é que, mesmo com uma censura em curso que orientava os jornais a não explicitar as inquietudes do regime, os acontecimentos relacionados às “atividades subversivas” foram dos que mais ganharam destaque nas páginas de ambos os jornais àquele momento, alimentando a narrativa de que havia uma “guerra psicológica” sendo travada no país e um evidente

mal a se combater. Eram frequentes as reproduções de fotos e perfis dos “terroristas” procurados pela ditadura e a constante publicação da “caça” travada para desbaratar estes grupos e seus “ninhos” subversivos.

Se apropriando apenas das versões oficiais dos órgãos de segurança, a cobertura sobre a oposição à ditadura no país era, portanto, retratada a partir de uma imagem bastante negativa, “às vezes até mesmo doentia” (ABREU, 2000, p. 167) dos militantes políticos procurados pelo governo. Caracterizados muitas vezes como criminosos comuns, indivíduos fora da lei, perigosos e agressivos, os jornais destacavam estes acontecimentos sob uma narrativa de cunho muito mais policial do que político. Editados como *fait divers*, ganhavam assim características espetaculares de grande apelo jornalístico, facilitando uma associação direta entre os “criminosos” e seus atos. A autocensura, como uma atitude deliberada, se mostrava uma escolha que por vezes poderia potencializar seu jornalismo, mais do que o restringir.

Para nos atermos a um breve exemplo, podemos mostrar com a *Folha*, ao mesmo tempo em que continuava auxiliando o regime na caça aos “terroristas”, chegava a omitir deliberadamente os cada vez mais crescentes casos dos desaparecidos políticos no país. Em um de seus editoriais o jornal questionava inclusive a existência de presos políticos em um dos períodos mais duros da ditadura. Afirmar isso seria uma clara “distorção da verdade”, proferida por aqueles que procuravam apenas denegrir a imagem de um país em ascensão. Esta interpretação equivocada poderia até ser admitida no exterior, “por falta de melhor conhecimento” de nossa realidade. Mas, prosseguia a *Folha*, o que não se entendia, “não se admite, e choca, assim, a nossa própria sensibilidade” é que alguém no próprio Brasil poderia dar eco a estas falaciosas versões.”<sup>9</sup>

<sup>9</sup> Presos políticos? *Folha de S. Paulo*, ano LII, nº 15.720, p. 6, 30 de junho de 1972.

A verdade, ela tem um preço. Talvez um pouco caro àquele momento, talvez relativamente “irrelevante”, porque o próprio jornalismo compactuava em termos com as “verdades” que a ditadura lhe exigia que fossem reveladas. A postura tomada por nossos jornais neste momento não pode ser, desta forma, relativizada como uma simples perda de autonomia. Paradoxalmente, era preciso perde-la para se continuar “autônomo”. As críticas pontuais ao regime, ao que parece, poderiam ser deixadas de lado. Havia uma verdade maior posta em jogo: a continuidade do processo revolucionário, de um lado, e a independência” do jornalismo dito moderno e profissional, de outro. O jornalismo possível exauria suas possibilidades ao mesmo tempo que as ampliava.

Podemos considerar, neste sentido, que a autocensura exercida pelos jornais naquele período era uma espécie de prática que se dava tanto pela *convivência* quanto pela *conveniência*, já que suas vozes silenciavam quando se julgava oportuno, mas também se posicionavam explicitamente quando se pretendia defender supostos interesses. Poderiam assim ser um e outro ao mesmo tempo, pelo que falavam ou deixavam de dizer. Atitude que facilitaria inclusive um posterior embaralho destes posicionamentos nos jogos da memória e esquecimento, acionados em sucessivos presentes do futuro. Dizer que estes jornais “silenciaram” simplesmente porque não podiam resistir às pressões exercidas pela ditadura acaba por diluir uma série de estratégias que também se costuravam sob bases muito mais ambíguas e contraditórias.

### **Uma memória que se quer história: o jornalismo e seus *clichês historiográficos de autolegitimação***

O discurso da *resistência*, que passou a configurar aquilo que Napolitano (2014) definiu de uma “memória hegemônica” da/sobre a ditadura, começou a ser construído, a partir de uma série de

ressignificações do acontecimento, já no processo de distensão política do regime, quando este passa a ser re(a)presentado, sutil e gradativamente, como um movimento a ser superado, diante de seu visível esgotamento. Assim, os jornais, já livres de uma censura oficialmente institucionalizada e fortalecidos política e economicamente, passam a caracterizar a “revolução” como um “movimento militar” repleto de contradições e ambiguidades, ainda que *O Globo* tivesse caminhado com o regime até praticamente seu estertor.

É evidente que estes discursos foram sendo costurados de maneira bastante enviesada ao longo do tempo, ampliando uma chamada política de pluralidade e de autonomia editorial que estas empresas almejavam conquistar ao longo da ditadura. Não nos cabe aqui analisar todo este contexto, mas sim perceber que a emergência e potencialização destes discursos auxiliou as empresas a fazer reconhecido seu protagonismo frente ao período de redemocratização política que se descortinava no país, reconfigurando as suas próprias identidades e do chamado jornalismo profissional frente àqueles anos.

Dilatando o acontecimento sob uma série de releituras e revisões críticas, estas narrativas tornaram-se marcos significativos para legitimar não apenas as “verdades” construídas por este jornalismo, mas também e acima de tudo, foram fundamentais para evidenciar as próprias capacidades de uma instituição que se dizia autorizada a revelar e portar tais verdades, como se estas fossem de fato a – “*verdadeira*” - *história* dos referidos acontecimentos. Se apropriando destes discursos, o jornalismo passava assim a legitimar a sua própria história, delimitando as capacidades de uma instituição que pretendia ser reconhecida como mais “verdadeira” do que as outras, pela forma como revelava e dava novas vidas a fatos até então omitidos e/ou silenciados.

Para auxiliar neste processo de reconfiguração do acontecimento e de sua própria história em relação a ele, fundamental para redefinir suas identida-

des em tempos de democracia, estes jornais se utilizaram de uma série de estratégias discursivas sob as quais definimos de *clichês historiográficos de legitimação* (DIAS, 2018), termo utilizado mais metaforicamente do que como conceito, para designar um tipo de história particular que os jornais, - com o auxílio de seus pares e uma “comunidade interpretativa” (ZELIZER, 1992) específica - procuraram cristalizar no, com e pelo tempo. Uma história que, pela constante rememoração, acabou por reconfigurar algumas narrativas oficiais sobre sua atuação na e sobre a ditadura, legitimando assim seu papel de protagonismo e resistência.

A emergência destes *clichês* se deu com a gradativa publicação de obras oficiais sobre a história dos jornais, bem como por biografias, depoimentos e memórias de jornalistas, alimentadas e propagadas nas próprias páginas dos jornais, em edições comemorativas e nos momentos de efeméride das empresas.<sup>10</sup> Com isso, passa-se a caracterizar a ditadura e/ou o regime militar - não mais uma “revolução”, é preciso frisar neste momento - como os

10 Temos como marco do surgimento destes *clichês* a publicação da obra “História da Folha de S. Paulo” (1981), produzida pelos historiadores Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato a pedido da direção do jornal, em virtude das comemorações dos 60 anos da empresa. A ela se seguiram outras importantes referências, publicadas por iniciativa do próprio jornal (Folha, 1985; 1991; 2003) ou a partir de sua editora, como obras de encomenda (Paschoal, 2007; Pilagallo, 2011; Pinto, 2012). No caso de *O Globo*, este processo se deu de forma relativamente mais tardia, tendo como marco a biografia de Roberto Marinho, publicada pelo jornalista Pedro Bial (2004), o livro sobre a história do Jornal Nacional (2005) e a biografia de Boni (2011), importante personagem dentro do grupo. Além destas obras, a empresa foi responsável por articular um amplo projeto de memórias intitulado “Memória Globo” ([www.memoriaglobo.com](http://www.memoriaglobo.com)), onde são construídas uma série de narrativas sobre sua história com o intuito, inclusive, de responder a “erros e acusações falsas”, incluindo temas tabus como o seu apoio dado ao golpe de 1964. Para uma análise mais detalhada sobre a construção e utilização destes *clichês* por parte das empresas, consultar Dias (2018).

“tempos agônicos”, um “período negro”, onde sequer havia condições de se atuar politicamente. Ainda que estas narrativas assumam o apoio dado pelos jornais ao golpe, este apoio é muitas vezes relativizado, silenciando um processo que se deu sob aparentes ambiguidades. Como *clichês*, portanto, estas narrativas simplificam e retroalimentam discursos dicotômicos. Se houve censura, esta atuou apenas de forma unilateral e repressiva, restando aos jornais apenas acatar as imposições, silenciar. Quando não o fizeram, sofreram as devidas sanções, represálias que acabaram por potencializar o contundente papel de *vítimas-resistentes* destes jornais, circunscrevendo “álubis” sobre suas atuações ao longo da ditadura.

Surge a partir daí alguns discursos máximos de autolegitimação das empresas, como a identificação da *Folha* como o “jornal das diretas”, por sua atuação política incisiva frente ao processo de redemocratização, bem como a máxima dos “comunistas do dr. Roberto”, em referência ao suposto caráter combativo assumido pelo proprietário de *O Globo*, jornal que abrigava reconhecidos jornalistas de esquerda em suas redações. Estes discursos, que caminham junto à “verdadeira” história construída pelos jornais e a uma identidade que se quer fazer reconhecida a partir dela, tem como intuito potencializar as capacidades do próprio jornalismo profissional enquanto instituição, por isso a importância desta constante e incisiva retroalimentação.

Ao nos referirmos a estes *clichês historiográficos* não estamos tratando de uma escrita da história propriamente dita, mas de discursos que, constantemente rememorados, acabaram por se legitimar como história pela forma como foram (re)apropriados pelos jornais ao longo do tempo. Vale ressaltar também que estamos tratando de discursos díspares que se retroalimentam e se inscrevem historicamente sob diferentes perspectivas, na medida em que são acionados por uma gama complexa de agentes, conjunturas e temporalidades, das quais não poderemos

dar conta neste estudo em questão. O que vale pontuar aqui é que, a partir destes *clichês*, foi se legitimando uma história “verdadeira” sobre a “verdadeira” história dos jornais e seu jornalismo em relação àqueles idos. Uma história que acaba por silenciar uma série de vicissitudes inerentes à atuação destes jornais ao longo da ditadura.

Devemos partir da premissa, portanto, de que não se pode contar “tudo” sobre o passado quando este é articulado narrativamente. Pelo contrário, o que fazemos são sempre apropriações seletivas, visando objetivos particulares no presente. (HALBWACHS, 2004; POLLAK, 1989, 1992). Estamos tratando de uma história que, pela memória, se utiliza concomitantemente de lembranças e esquecimentos. Uma memória que realiza usos mas também “abusos” sobre o passado, que pode ser manipulada deliberadamente pela forma como é articulada e narrada, com o intuito de “impedir” que determinadas memórias emergam, sacralizando um presente que se projeta ao devir. (RICOEUR, 2007)

### **Considerações finais: os *clichês* como um ponto de chegada e partida**

Quando propomos percorrer as “dobras” destas memórias construídas pelo jornalismo estávamos cientes de que precisávamos colocar alguns destes discursos entre parênteses, com o intuito de não relativizarmos uma história que se faz mais complexa. Aqui nos coube diagnosticar, de forma breve e contextual, apenas a emergência deste processo, fundamental para perceber as ambiguidades de uma prática que se deu sob deliberados e paradoxais usos da lembrança e do esquecimento. Mais do que problematizar discursivamente as relações do jornalismo com a ditadura, discutindo suas adesões e consentimentos durante as práticas de (auto)censura, nos propomos em demonstrar como, entre a memória e a história, a própria ditadura esteve atrelada à constituição da identidade destes jornais.

Ao trilharmos um caminho onde determinadas narrativas potencializam-se em detrimento de outras, com o intuito de legitimar “verdades” que se pretendem reconhecidas, procuramos demonstrar não apenas como os acontecimentos são passíveis às mais diversas re(a)propriações discursivas ao longo do tempo, mas como, ao afetar esta cadeia de relações, o jornalismo acaba por deliberadamente ressignificar a si mesmo e sua própria história. Destrinchar os meandros destes discursos nos soa fundamental para problematizar o próprio estatuto de “verdade” construído pelo chamado jornalismo “profissional”, instituição que vêm procurando se legitimar historicamente como portadora autorizada a relatar os fatos que acontecem no mundo. Evidenciar a constituição destes *clichês* para irmos além deles, foi a que nos propomos neste breve trabalho de historicização de um percurso.

### **Referências**

AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ABREU, Alzira Alves de. A imprensa e a queda do governo de João Goulart. In: BRAGANÇA, A.; MOREIRA, S. V. (orgs.) *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: Intercom, 2005.

ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Aconteceu num carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno. *Eco-Pós*, Rio de Janeiro. v. 11, n. 2, ago-dez, 2008.

\_\_\_\_\_. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. *Alceu*, Rio de Janeiro, v.10, n.20, jan/jun. 2010.

- ALVIM, Thereza Cesário (org.). *O golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.
- BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CARDOSO, Lucileide Costa. *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas : UFRB, 2012.
- CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961/64)*. Niterói: Eduff, 2010.
- CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- COSTA, Edwaldo. *Mea culpa: O Globo e a ditadura militar*. Florianópolis: Insular, 2015.
- COTTA, Pery. *Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- DIAS, André Bonsanto. *O presente da memória: uso do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o 'golpe de 1964' e a "ditabranda"*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- \_\_\_\_\_. *A verdade dita é dura: "Histórias da verdade" do/no jornalismo e a ditadura militar no Brasil*. Tese (Doutorado em Comunicação) – Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2018.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FOLHA DE S. PAULO. *Primeira Página*. 1925-1985. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1985.
- \_\_\_\_\_. *20 textos que fizeram história*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Um país aberto: reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o jornalismo contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2003.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- GROPPO, Bruno. *Amnésia, repressões, mitos: como se conta o passado após uma ditadura*. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. (org.) *1964: 50 anos depois: a ditadura em debate*. Aracaju: EDISE, 2011.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004
- KUCINSKI, Bernarndo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LABORIE, Pierre. *L'opinion française sous Vichy. Les Français et la crise d'identité nationale. 1936-1944*. Paris: Seuil, 2001.
- \_\_\_\_\_. 1940-1944. Os franceses do pensar duplo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.) *A construção social dos regimes autoritários: Europa, vol. I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- LARANGEIRA, Álvaro Nunes. *A mídia e o regime militar*. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. 2. ed. São Paulo: Global, 1980.

- MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Imprensa, 1981.
- MOTTA, Rodrigo P. Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- \_\_\_\_\_. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15, p. 09-44, nov. 2015.
- \_\_\_\_\_. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio/ago. 2017.
- OLIVEIRA SOBRINHO, José Bonifácio de. *O livro do Boni*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PASCHOAL, Engel. *A trajetória de Octavio Frias de Oliveira*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2007.
- PILAGALLO, Oscar. *História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- PINHEIRO, Milton (org.) *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PINTO, Ana Estela de Sousa. *Folha*. São Paulo: Publifolha, 2012.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- \_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*. Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.
- \_\_\_\_\_. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana de (Orgs.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- \_\_\_\_\_. Os anos 1960-1970 e a reconfiguração do jornalismo brasileiro. In: SACRAMENTO, Igor; MATHÉUS, Leticia Cantarela (Orgs.). *História da comunicação: experiências e perspectivas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2006.
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.) *A construção social dos regimes autoritários*. 3 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SILVA, Juremir Machado da. *1964. Golpe midiático-civil-militar*. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- SILVA, Sônia Maria de Meneses. *A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação - a Folha de São Paulo e o golpe de 1964*. Tese (Doutorado em História) - Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2011.
- SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

WAINBERG, Jacques Alkalai. O embate pelo controle da memória traumática brasileira. *Intexto*. Porto Alegre, v. 2, n. 23, p. 50-68, jul./dez. 2010.

ZELIZER, Barbie. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory*. Chicago & London: University of Chicago Press, 1992.

**André Bonsanto Dias** – Bolsista de pós-doutoramento (PNPD/CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) **E-mail:** andrebonsanto@gmail.com

**Recebido: 23 nov. 2018**

**Aprovado: 19 dez. 2018**



# **Ditadores militares nas ruas de Vilhena (RO): história e memórias na constituição dos espaços públicos**

## **Military dictators in Vilhena (RO) streets: history and memories in the formation of public spaces**

**Allysson Viana Martins**

Universidade Federal de Rondônia  
Rondônia, RO, Brasil

**Khauane Oliveira Farias**

Universidade Federal de Rondônia  
Rondônia, RO, Brasil

## Resumo

As cidades carregam marcas temporais que revelam aspectos históricos e memoriais de sua existência, na mesma medida em que escondem outros. O objetivo deste artigo é avaliar as memórias dos moradores das ruas que homenageiam os ditadores militares em Vilhena, interior de Rondônia, a saber: Castelo Branco, Costa e Silva e Presidente Médici. Por meio de entrevistas estruturadas com metade dos habitantes desses espaços, observa-se um desconhecimento da maior parte deles, mesmo daqueles que não gostariam de alterar o nome daquele lugar, por serem acostumadas com a sua nomenclatura, por não compreender a importância da alteração ou mesmo por desconhecer o trâmite desse processo. Ainda assim, o conhecimento sobre os ditadores e o período em que governaram não revela, necessariamente, interesse na mudança.

## Abstract

The cities conserve spatial and temporal logics that reflect their historical and memorial marks, to the same extent that they hide others. The objective of this article is to evaluate the memories of the residents of the streets who honor the military dictators in Vilhena, country city of Rondônia, namely: Castelo Branco, Costa e Silva and Presidente Médici. Through structured interviews with half the inhabitants of these streets, we noticed an ignorance of most of them, even of those who don't want to change the name of that streets, because they are accustomed to its nomenclature, they don't understand the importance of the alteration or they don't know this process. Even so, knowing about the dictators and the period in which they governed doesn't necessarily reveal an interest in change.

## Palavras-chave

Memória; Ditadura Militar; Ditadores; Vilhena; Ruas..

## Keywords

Memory; military dictatorship; dictators; Vilhena; streets.

## Introdução

A historiografia do golpe civil-militar de 1964 desperta questionamentos, sobretudo, após os avanços sociais que proporcionaram visibilidade a quem foi um dia calado, levando escuta e representatividade às vítimas da recém-instaurada ditadura militar. Com o país assombrado pelo temor do comunismo, as forças armadas não criaram condições para o golpe sozinhos, mas com setores conservadores da sociedade, como políticos, grupos agrários, empresários, profissionais da mídia, igreja católica e até o governo estadunidense.

Os EUA contribuíram financeiramente, através do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), além do apoio armístico, não necessário. O cenário político que antecipou o golpe é apresentado como à beira do colapso, com o presidente pressionado pelos militares e sem apoio da população, devido a uma inventiva proximidade com o comunismo, graças às suas propostas reformistas, intensificadas em março de 1964, poucos dias antes do golpe (FERREIRA, 2003; FICO, 2004). A trajetória percorrida por João Goulart é utilizada como justificativa para a sua derubada. Após a renúncia repentina de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, que ansiava o apoio da população para sua continuidade no poder, o que não houve, o vice-presidente quase não conseguiu assumir por causa dos militares. Em uma viagem diplomática à China, teve dificuldades até para retornar ao país, quando o governador do Rio Grande do Sul e seu cunhado, Leonel Brizola, o auxiliou.

Mesmo no país, a posse do presidente ocorreu apenas com a limitação dos seus poderes, quando, no dia 2 de setembro de 1961, foi instaurado o parlamentarismo, com Goulart assumindo a presidência em 7 de setembro de 1961. Em 1963, um plebiscito restaurou o presidencialismo, demonstrando a força e aceitação de Jango, algo que não se manteria no início do ano seguinte. A proximidade com Brizola e com membros mais à esquerda do partido

afetou negativamente a imagem do presidente; “seu radicalismo, sua intolerância, seu sectarismo e sua pregação revolucionária teriam minado a autoridade do presidente e aberto caminho para sua deposição” (FERREIRA, 2003, p. 356).

Durante a tarde de 31 de março de 1964, Jango foi informado da movimentação da tropa de Olímpio Mourão Filho com o auxílio do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, mas o presidente preferiu não reagir às investidas a fim de evitar uma guerra civil. No dia seguinte, o golpe foi efetivado e a ditadura militar foi instaurada. Uma Junta Militar comandou interinamente o país, antes da nomeação de Castelo Branco como presidente no dia 15 de abril de 1964, com a promessa de um breve governo de transição. Os militares, no entanto, permaneceram ilegitimamente no poder por mais de duas décadas, de 1964 a 1985, quando criaram uma nova Constituição Federal, fecharam o Congresso Nacional, promulgaram Atos Institucionais, cassaram direitos políticos e civis, elegeram indiretamente políticos, censuraram produtos culturais e jornalísticos, exilaram, torturaram e assassinaram.

O primeiro presidente, Castelo Branco, morreu em um acidente aéreo em 18 de julho de 1967, com o seu inquérito de investigação questionado até hoje. Costa e Silva foi empossado em 15 de março 1967, momento em que entrava em vigor a constituição de 1967. Já ocorriam protestos contra a ditadura por todo o país, desde a instauração do golpe em 1964, mas as manifestações cresciam cada vez mais, levando estudantes e trabalhadores às ruas, e operários entrando em greve, parando fábricas. Em meados de agosto de 1964, Costa e Silva adoeceu, o poder foi assumido pelos ministros militares, com o auxílio do AI 2, em 1 de setembro de 1969. A repressão foi fortalecida quando a presidência foi assumida por Emílio Garrastazu Médici em 30 de outubro deste ano, interligando a vigilância e as informações do regime e implementado o sistema de espionagem que subdividia o país em seis zonas, de acordo com as suas regiões.

O município de Vilhena, no interior de Rondônia, foi fundado em 1977 durante o governo de Ernesto Geisel. O seu desenvolvimento aconteceu devido à sua posição estratégica na região, com aproximadamente 700 km de distância das capitais Porto Velho e Cuiabá, e ao auxílio na construção da BR-364. A cidade possui praticamente 100 mil habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018. A região se beneficiou, também durante o governo militar, com o fluxo migratório, graças às estratégias para a ocupação realizada pelos militares, que desenvolveram o slogan “Integrar para não entregar”.

A ideia era trazer para o Norte do país famílias de todas as outras regiões, em especial do Sul e do Centro-Oeste, para o trabalho com a terra. Por ter sido projetada durante a ditadura militar, Vilhena carrega marcas e homenagem a figuras que contribuíram com aquele período, como as ruas Castelo Branco, Presidente Médici e Costa e Silva, além da Escola Municipal de Ensino Fundamental Castelo Branco. Em Rondônia, existe ainda uma cidade nomeada como Presidente Médici.

No Brasil, os principais personagens da ditadura militar ganham espaço em homenagens nos espaços públicos, como ruas, escolas, monumentos e pontes (RODRIGUES, 2014; MARTINS; MIGOWSKI, 2016). A rememoração desse período histórico, todavia, oferece escuta aos que foram calados durante muitos anos, com as efemérides de 40 e 50 anos do golpe de 1964 ou com a Comissão Nacional da Verdade. Instituída pela Lei Nº 12528, em 16 de maio de 2012, no governo da presidenta Dilma Rousseff – militante no período da ditadura e vítima de tortura dos militares –, a intenção era investigar a violação dos direitos humanos ocorridos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, com especial atenção ao período da ditadura militar, os vinte anos mais sombrios da história recente do país.

Este trabalho avalia as memórias – através de entrevistas sobre o conhecimento acerca do homenageado na rua em que mora, uma possível altera-

ção do nome e o período de vivência naquele lugar – de metade dos moradores das ruas Castelo Branco, Costa e Silva e Presidente Médici, tensionando questões relacionadas à história da ditadura militar e de Vilhena, além dos resquícios que esse período deixou na cidade por meio das ruas que homenageiam os ditadores militares.

## Entre história e memória

A história é uma ciência que (re)constrói os fatos do passado através do olhar do presente, com narrativas imagéticas que se baseiam nos indivíduos e trazem uma impressão do tempo (LE GOFF, 2013). Para compreender as representações históricas, é necessário entender o passado como uma reinterpretação do que ocorreu, na qual a imaginação está presente e diretamente ligada à maneira como as memórias serão recordadas. Ou seja, o passado utiliza de suportes do presente para solidificar a sua existência. A ligação entre passado e presente pode ser demarcada como função social, pois é através do hoje que se (re)constitui o que ocorreu.

A história pode ser compreendida segundo duas características, a ciência histórica e os acontecimentos passado (LE GOFF, 2013). A primeira se refere às ações que são realizadas pelo ser humano, que é caracterizada como o fazer científico. A segunda compreende os objetos que estão entre a produção da história e o seu acontecimento, que é realizado através de uma narrativa, sendo então a narração o seu terceiro sentido. A história se torna singular, analisando acontecimentos que ocorreram uma única vez, uma maneira de interpretar o mundo, constituída através de memórias. Ainda assim, nesse processo, é fundamental, por vezes, reparações históricas para se dar espaço para quem foi calado durante períodos da sua constituição, como no caso da ditadura militar brasileira, em que os seus opositores lutaram pela liberdade do país e foram silenciados durante esse período instável social e politicamente.

As noções de tempo e espaço são fundamentais para se observar esses acontecimentos, por conta disso é possível a realização de ajustes em elementos históricos, ao se pontuar os fatos e localizá-los nas recordações. As cidades, por exemplo, estão carregadas de memórias, habitadas por indivíduos formados a partir de sua absorção do mundo. Vilhena foi desenvolvida durante o contexto ditatorial, trazendo em suas marcas o militarismo, como as ruas e a escola que carregam o nome de presidentes ditadores, além de ter em suas principais avenidas homenagens a militares, como Marechal Rondon, Major Amarante e Capitão Castro. As pessoas são uma construção social constante, moldadas de acordo com o caminho que lhes é apresentado; todavia, através das políticas memoriais, é possível realizar homenagens para quem auxiliou no crescimento e na libertação do país, segundo as perspectivas dos vencedores dos combates da narrativa histórica.

Os fatos históricos são direcionados por aqueles que o constituem, orientados pelas crenças e ideologias dos dirigentes de uma nação. Os historiadores evidenciam esses fatos com uma maior aproximação do real, da verdade, porém, por serem agentes dentro da sociedade, são moldados também de acordo com visões ideológicas do mundo. É necessário elucidar o papel do historiador nesse âmbito, sobretudo a sua função na construção, contraposição ou preservação de uma história. Por meio de um conjunto temporal, carregando em relatos, de algum modo, a visão de mundo de quem a narra, a história é contada de diversas perspectivas ao longo tempo e recontada a partir de suas descobertas. Le Goff (2013, p. 11) afirma que “ela só pode ser uma ciência da mudança e da explicação da mudança”.

A história é questionada, evidenciada e recontada, mas dificilmente esquecida quando demarcada. Embora “a melhor prova de que a história é e deve ser uma ciência é o fato de precisar de técnicas, de métodos, e de ser ensinada” (LE GOFF, 2013, p.

87), a atuação do historiador ultrapassa apenas a narração dos fatos, pois, em sua investigação, ele não apenas verifica o que é falso ou verdadeiro, mas avalia os documentos e as memórias com técnicas científicas. Le Goff (2013, p. 39) considera “os historiadores como os principais intérpretes da opinião coletiva, procurando distinguir as suas ideias pessoais da mentalidade coletiva”. Os jornalistas também exercem o papel de narradores históricos, relatando primeiramente os acontecimentos, ainda que estejam destinadas aos historiadores a constituição da história oficial, sobretudo pela cientificidade.

A narrativa da história é realizada de acordo com o local de fala de quem tem possibilidade de ser ouvido, surgindo então a história dos vencedores e dos vencidos; como no caso da ditadura militar, que, mesmo no seu fim, silenciou visões diversas, sem representação da trajetória e luta dos opositores. A história pode ser ainda uma maneira de resistência, narrada nas salas de aula de acordo com o interesse da nação, porém, a importância é dada de acordo com quem está no poder, ficando gravada na concepção social e resistindo ao tempo; ainda assim, para que isso aconteça, é necessário que seja recordada por uma perspectiva divergente.

Os militares acreditam que, após a derrota da esquerda, os militantes se esforçaram para vencer, ao menos no campo das letras – na propagação das memórias e na constituição historiográfica da ditadura militar –, o que perderam na arma. A memória vencedora – dos militantes – possui recordações esquecidas, silenciadas, sendo algumas até contraditórias, embora o principal já tenha sido extraído. Os vencedores das memórias tiveram uma pluralidade de memórias silenciadas e esquecidas, pois, embora publicadas, não foram incorporadas à narrativa histórica oficial.

No caso da ditadura militar, a história ressaltou a memória dos marginalizados e das minorias, opondo-se à memória que normalmente é a oficial, a dos vencedores do embate bélico. Os vencidos têm sua história esquecida, enquanto os vence-

dores perpetuam sua perspectiva. Porém, no caso brasileiro, ocorreu o inverso, no qual se pode verificar o embate, de maneira ampla e geral, de duas perspectivas diferentes: de um lado, os militares procuram o esquecimento e o silenciamento dos fatos, procuram “virar a página”; enquanto os militantes deixam a “cicatriz aberta”, sempre que possível lembrando os acontecimentos dos tempos idos (MARTINS FILHO, 2002; ROLLEMBERG, 2006; SCHMIDT, 2007; TEDESCO, 2012).

Os vencedores buscam esquecer e os vencidos, recordar. Esquecer concilia. Os militares buscam o esquecimento, sobretudo, das torturas, dos assassinatos e da violação dos direitos humanos. Os regimes autoritários e totalitários, normalmente, temem a memória dos vitimados, fazendo com que adotem o máximo de rituais possíveis a fim de criar uma identidade nacional. Com os 50 anos do golpe de 1964, a instalação da Comissão Nacional da Verdade e a proliferação das memórias dos militantes, o esquecer para conciliar dos militares – observado principalmente após a finalização da ditadura – parece ter se modificado. A ordem agora não é mais esquecer, mas mostrar que existem outras perspectivas memorialísticas – não apenas a da esquerda –, como se esses agentes do poder militar não tivessem imposto uma versão da história durante os 21 anos do seu regime autoritário.

Ao remeter a seu povo tradições mantidas ao longo do tempo, a hegemonia preserva sua dominação, agindo na construção do pensamento e do modo de vida, mesmo que costumes populares e hábitos sejam renovados, consolidando um imaginário coletivo que transmita pertencimento aos indivíduos, dentro de ideais estabelecidos. A história se apresenta como uma realidade relatada através do tempo em diferentes narrativas, que acompanha povos distintos e seu posicionamento no mundo, de maneira cultural e ideológica. Ela pode transcender barreiras para deter o etnocentrismo, com o eu e o outro coexistindo no mesmo momento histórico, ainda que permaneçam separados diante de suas

diferenças, concebendo a idealização de uma única história, linear, que ocorreu de uma única maneira perante diferentes povos.

Nora (1993) destaca características da história e da memória como elementos que se distinguem. A história seria sentida através da reconstrução do que não existe mais, de tal forma, “a concepção de história está ligada à ideia civilização” (LE GOFF, 2013, p. 50). A memória estaria ligada à vida, acontecendo a todo instante, em constante transformação, vivendo à beira do esquecimento, vulnerável a manipulações que são realizadas de acordo com a perspectiva de quem a expõe, podendo ser coletiva e individual, plural e singular. Uma representação do passado com o olhar do presente, exigindo um discurso para se concretizar, a história pertenceria a todos e ao mesmo tempo a ninguém. A memória é pertencente ao indivíduo, mesmo as coletivas e sociais.

A memória é uma representação do que ocorreu e, por residir no imaginário de cada indivíduo, pode sofrer alterações recorrentes do espaço e tempo. Pollak (1989) destaca que a memória também entra em conflito com as perspectivas oficiais da história e das memórias individuais e coletivas, sendo preciso o suporte para sua continuação, uma escuta para os silenciados. O mapeamento das ruas e as entrevistas baseadas na memória individual, por exemplo, poderiam ser utilizadas para compreender os saberes de quem habita esses lugares e apresentar uma nova perspectiva da história, especialmente aquela silenciada e com ausência de representações, ainda que isso não tenha se apresentado de fato.

A memória é ideológica, para Nora (1993), carrega os direcionamentos de quem a narra, prescindindo de cientificidade e, por vezes, de objetividade. A impressão sobre o mundo é única para cada pessoa, mas é direcionada de acordo com seu meio, pois “memória e imaginação partilham do mesmo destino” (RICOEUR, 2007, p. 27). Ao ser acionada, a memória pode se transformar, de maneira que

sua veracidade é questionada e pode se perder ao longo do percurso. As sociedades seriam construídas através de pilares solidificados principalmente pela memória, uma vez que “é a memória que dita e a história que escreve” (NORA, 1993, p. 24) e as recordações estão impressas nos hábitos que são transmitidos através de gerações, por isso, “os discursos da vida cotidiana são atribuídos à memória” (RICOEUR, 2007, p. 40).

## Memórias e seus lugares

A organização temporal é dividida de maneira social, com as atividades desenvolvidas em momentos estabelecidos, fazendo parte de uma estrutura pré-definida, como a hora de acordar, alimentar, trabalhar, descansar, entre outras ações rotineiras. Os afazeres cotidianos são orquestrados de acordo com o ponteiro do relógio e as suas representações, por exemplo, dos segundos às horas, dos dias aos meses, aos anos e às décadas, através do calendário. “O tempo, concebido como se estendendo ao conjunto dos seres, é apenas uma criação artificial, obtida pela adição, combinação e multiplicação de dados emprestados às durações individuais, e somente a elas” (HALBWACHS, 2006, p. 95). O tempo foi domesticado de acordo com a necessidade e o desejo do ser humano; e a memória é seu elemento constituidor, guiado a interpretar o mundo através de suas recordações, com a sua identidade construída constantemente.

A memória individual, segundo Halbwachs (2006), pode ser moldada de acordo com a coletiva e, em determinados momentos, misturar-se a ela. Como sempre segue seu próprio caminho e singularidade, a memória individual é abrangida pela coletiva, por fazer parte da sua constituição. Mesmo que as sociedades sejam baseadas na singularidade de cada indivíduo e em suas recordações, elas se transformam pelos aspectos coletivos. A memória de uma nação é a mais completa composição de uma memória coletiva, porém, são necessários

pontos de apoio e consenso popular para que ela resista ao tempo. A memória individual é construída através de uma perspectiva coletiva, mudando de acordo com a posição de quem a observa.

A concepção social, todavia, pode ser alterada ao longo do tempo, pois é formada através de fundamentos presentes na geração do sentido, de forma que a “impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros” (HALBWACHS, 2006, p. 25). O coletivo é constituído através do individual, que é moldado conforme a interpretação de mundo de cada um. Ao compartilhar lembranças, os indivíduos se conectam criando laços que os aproximam ou os distanciam. O nome das ruas que homenageiam ditadores militares, por exemplo, desenvolve familiaridade entre os locais e os seus moradores.

A construção da memória individual acontece por meio do coletivo. Halbwachs (2006) destaca que a interpretação do mundo e a percepção de sentido é inerente a cada um. Tentar recordar um fato e não encontrar um caminho é sinal de que não há mais vínculo com as características que produziram esse acontecimento. As lembranças são alteradas de acordo com a interpretação do presente, enquanto as memórias marginalizadas da história nacional são transmitidas informalmente. Para recordá-las, é possível recorrer ao outro, mas a narrativa do momento é particular de cada indivíduo e do direcionamento com o qual enxergou. Deste modo, a lembrança também é constituída no coletivo, porém, a sua interpretação é única a cada um, mesmo que compartilhada. As recordações isoladas são subjugadas e lutam contra o esquecimento.

O esforço da recordação possibilita a reconstrução da memória, o ato de lembrar corrobora o ato de lutar contra o esquecimento, uma vez que o indivíduo é assombrado pelo temor da ausência, motivando-o a recordar. “Lembrar-se de alguma coisa é, de imediato, lembrar-se de si” (RICOEUR, 2007, p. 23). Halbwachs (2006) elucida que lembrar é reedificar o passado, com informações do presente e com o

auxílio da memória do outro. Os elementos duradouros são apresentados como objetos temporais, que acompanham o tempo e possuem longa duração; a “representação presente de uma coisa ausente” (RICOEUR, 2007, p. 27). Sempre que rememorada, uma recordação se transforma e a forma agora em que se é enxergada muda a cada instante e de acordo com a perspectiva em que é observada.

A compreensão da memória é realizada através do tempo, a narrativa constrói o sentimento de pertencimento a uma sociedade, mas também o seu distanciamento. Por não se reconhecer no relato histórico, o indivíduo pode se sentir distanciado. Para Pollak (1989), a fronteira social pode ser solidificada com a divergência ideológica, assim como a narrativa, oferecendo espaço somente aos opressores, calando os oprimidos de tal forma que é solidificado o distanciamento da população e a perpetuação de uma história hegemônica e homogênea, com a ocultação das vítimas e dos seus relatos.

Os períodos históricos que não possuísem marcadores poderiam cair no esquecimento, contudo, como não existe sociedade sem história, mesmo na era primitiva, essas marcas são sempre deixadas, como pinturas rupestres e impressões por onde os povos passaram, com sua origem explicada através de mitos. Ainda assim, nem sempre existem maneiras de se diferenciar e traduzir historicamente caminhos percorridos por povos tão antigos, sendo esquecidos por insuficiência no método investigativo. Le Goff (2013) revela que a negação perante a marcação da história de determinadas culturas foi ocultada dos relatos, por se diferenciar dos modelos convencionalmente aceitos.

As recordações que constroem a memória são caracterizadas de acordo com a fase em que ocorreram. As lembranças da infância, por exemplo, ganham sempre suporte das histórias que são relatadas, pertencendo ao momento de reconhecimento de cada um no mundo como agente transformador, absorvendo os primeiros sentidos e se posicionando. Essas ações são realizadas naturalmente; ao

se presenciar momentos coletivos e individuais de um mesmo fato, no entanto, as memórias são reflexos da individualidade de cada impressão. O modo como cada um se posiciona no mundo e o interpreta reflete a carga histórica presente.

A construção da memória acontece a todo instante, porém, é realizada através do auxílio de outros. Halbwachs (2006) afirma que, com a narrativa realizada, as recordações ganham um cenário e um detalhamento. Uma criança, por exemplo, praticamente não permanece sozinha, quase sempre rodeada de outras pessoas e novas impressões do mundo a cada instante. Cada imagem está relacionada a lembranças, mas é necessário elucidar que a imaginação não é parte da lembrança, porque se remete ao fictício, enquanto acessar a memórias acontece por meio da recordação de algo vivenciado, por si ou por outros. Mesmo que o tempo transforme as lembranças, elas não podem se confundir completamente com a narrativa fictícia, ainda que sofra alterações durante suas rememorações.

O próprio passar do tempo contribui para o esquecimento, por isso, para poder narrar os acontecimentos, é necessário que se tenha um local de escuta. Como a memória hegemônica por vezes é a única reconhecida, outros ângulos da história são colocados à parte da sociedade, com reconhecimento tardio ou, em alguns casos, jamais alcançando isso, ficando à margem da população e sendo acessado apenas por um grupo restrito. Pollak (1989) cita a memória clandestina como aquela perpetuada nos limites das sociedades, como os opositores da ditadura militar fizeram por muitos anos. Mesmo quando reconhecidos, ocupam lugares secundários, em detrimento da evidência que recebem as figuras que conduziram o país ao silenciamento da democracia (MARTINS; MIGOWSKI, 2016). Esses silenciamentos acontecem pelo negligenciamento de espaço e escuta nas narrativas históricas.

Os silêncios da memória podem ser causados também por um trauma (HALBWACHS, 2006). A sociedade se volta aos seus acontecimentos, mas

pode não compreender a dimensão dos fatos submersa na memória; entretanto, apesar de nem tudo ser de fato esquecido, pode-se possuir obstáculos na tentativa de rememoração, como o terror dos acontecimentos, silenciando a vítima que é assombrada ao se recordar. Pollak (1989) afirma que o silenciamento acontece ainda para proteção das vítimas de um acontecimento traumático. Antes de conseguir narrar os fatos, os envolvidos em situações impactantes precisam encontrar uma escuta, para que não recaia sobre os ombros dos oprimidos o sentimento de culpa.

As lembranças aparecem através das alterações do tempo, estando presente nas impressões de determinados objetos, que direcionam a mente a uma situação, ainda que transformações aconteçam no agente que carrega consigo as lembranças. A recordação está presente numa indagação contínua, no momento em que a impressão é executada e que a recordação transita, sendo que “os atos de recordação se produzem quando uma mudança sobrevém após outra” (RICOEUR, 2007, p. 37). Para Le Goff (2013), a morte e a memória estão diretamente relacionadas, sendo pilares formadores das sociedades, como na 2ª Guerra Mundial (1939-1945), quando foram erguidos monumentos aos mortos. A fotografia contribuiu para uma revolução da memória ao capturar o momento e ao guardá-lo na pretensa eternidade de uma foto. A escolha das imagens, contudo, é realizada de acordo com seu sentido de importância, como o álbum de família, que representa a singularidade de um indivíduo, mas que o encaixa também no coletivo.

Como a recordação é a luta contra o esquecimento, alguns não são baseados no apagamento da memória, mas na dificuldade de se encontrar o caminho para seu entendimento e acesso, como os abusos do esquecimento (RICOEUR, 2007). Enquanto se busca encontrar uma memória, quando não silenciada, outras são postas em seu lugar, por exemplo, quando a manipulação da memória, através de uma narrativa, ocorre para beneficiar o relato de quem se está no poder, que transforma a informação que

melhor se encaixa no contexto evocado. A memória oficial muitas vezes não abre espaço para as minorias, que ficam à margem, distanciadas da narrativa nacional, tendo suas histórias ocultas, privilegiando apenas a história oficial e causando o silenciamento e até o esquecimento das perspectivas das vítimas da ditadura militar, por não terem espaço para contar o que houve durante o período. O silêncio, entretanto, pode acontecer pelo trauma e pelo medo de expor seus relatos, por conta das punições e do direcionamento da culpa. Ao não serem ouvidas, essas histórias podem se perder ao longo do tempo.

Quando não há mais um meio de se conectar ao contexto apresentado, os lugares de memória são apresentados e significados. Pelo temor de cair no esquecimento, esses meios de se recordar são elaborados, como as datas históricas e as representações de acontecimentos que serão significados com o olhar do presente, “substituindo uma memória para a herança voltada de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade” (NORA, 1993, p. 8). A diferença entre lugares de memória e de história está na continuação dos fatos, pois a memória acontece através das tradições realizadas cotidianamente, enquanto a história é a junção dos elementos da memória dividida por período. “A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo” (NORA, 1993, p. 9). A existência do lugar de memória é justificada no distanciamento que ocorre entre os indivíduos e as suas ações no mundo, sendo necessário uma referência para se recorrer quando se constitui um acontecimento.

Vilhena não possui realmente lugares de memória constituídos, garantindo espaço para suas narrativas, ainda que existam lugares de preservação da história, como os monumentos, os arquivos públicos e o cemitério. Os lugares de memória devem ser obrigatória e simultaneamente material, simbólico e funcional, coexistindo em diferentes níveis e carregando a simbologia da memória. Os lugares de história são elementos que se abstraem à intenção de memória, enquanto os de memória:

São lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, [...] só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança (NORA, 1993, p. 21-22).

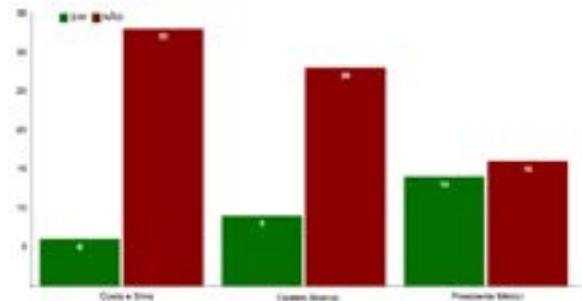
## Memórias nas ruas dos ditadores

Para investigar a memória dos habitantes das ruas que homenageiam os ditadores militares em Vilhena, foram realizadas entrevistas com 50% das residências, com base na contagem das moradias, sendo 37 da rua Castelo Branco, 39 da rua Costa e Silva e 30 da rua Presidente Médici. As entrevistas buscaram analisar o conhecimento dos moradores a respeito dos homenageados e da proposta nacional para a alteração do nome das ruas com logradouro dos ditadores militares. Cabe elucidar que se considera, nesta investigação, o conhecimento sobre o homenageado algo mínimo, desde saber que o personagem foi um presidente, um militar ou até mesmo um político brasileiro.

Sobre o conhecimento acerca dos homenageados (ver Gráfico 1), apenas 9 entrevistados da rua Castelo Branco e 6 da rua Costa e Silva confirmaram ciência, enquanto 14 moradores da rua Presidente Médici disseram saber de algo relacionado ao ex-presidente. Mesmo que conheçam o homenageado e o contexto no qual ele se inseriu, muitos utilizam argumentos para defender a ditadura que não encontram eco nos historiadores, como o milagre econômico. Apesar de ter mergulhado o país em dívidas externas e aumentado o fosso entre as classes sociais, houve quem afirmasse que “hoje, a

ditadura não ia ser ruim, não, porque [naquela época] não tinha desemprego, não tinha roubo, [tinha] mais oportunidade para as pessoas”.

**Gráfico 1 - Conhecimento sobre o homenageado**



Fonte: Elaborado pelos autores

Um entrevistado traz uma perspectiva favorável à ditadura: “eu prefiro que voltasse o regime militar”, enquanto outro, com teor preconceituoso, diz que “não existia tanto viado, não existia tanto esse LGBT. Não tinha tanta corrupção, era um país organizado”, contrariando, por exemplo, a perspectiva de Carlos Fico (2005).

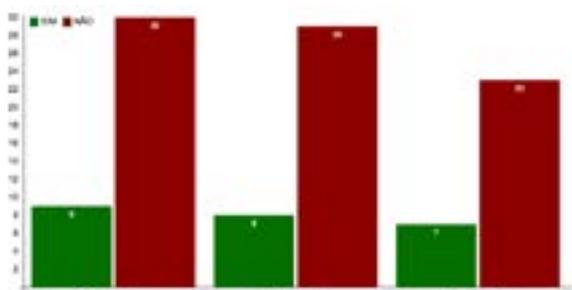
A pesquisa revela o desconhecimento a respeito dos homenageados, com 28 na rua Castelo Branco, 33 na rua Costa e Silva e 16 na rua Presidente Médici, mesmo com o nome desta rua sendo um indicativo. Essa desinformação, por exemplo, reflete, inclusive, numa oposição à mudança: “eu nunca estudei sobre ele, teria que ver porque ele foi tão ruim, eu não sei se isso faz diferença na cidade ter o nome dele na rua”, ou em uma total confusão nas ações históricas, quando se é contra a alteração porque o ditador em questão seria comunista: “é história, mesmo ele sendo comunista, né?”. Há quem, mesmo apresentando conhecimento sobre o período, seja contrário às mudanças:

independentemente do que o regime militar trouxe de consequência e tudo, eu acho que faz parte da nossa história (...) eu sou da opinião favorável à democracia. Acho muito equivocado quando vemos nas redes sociais, quando tem gente que pede a volta do regime militar... eu peguei, no começo da

minha adolescência, o final do regime militar, então, a gente sabe como é não ter a liberdade de dar a nossa opinião. Músicas que a gente houve, com certeza no regime militar não poderia (...) eu não vejo essa necessidade de mudar os nomes das ruas, é um fato histórico, faz parte da nossa história, eu sempre falo que a gente nunca deve esquecer o que aconteceu, até para não se repetir, eu sou dessa opinião. Eu não vejo essa necessidade.

Do total de 106 entrevistados, são favoráveis à mudança do nome do homenageado apenas 8 na rua Castelo Branco, 9 na rua Costa e Silva e 7 na rua Presidente Médici (ver Gráfico 2). Essa reparação, contudo, seria fundamental para libertar a voz de quem já foi calado, conforme percebe um dos entrevistados: “boa iniciativa, não que possa mudar o que houve, mas não vamos continuar a chamar o lugar em que moramos por pessoas tão cruéis com o outro”. A maioria, contudo, se posiciona contrária à alteração, como os 29 na rua Castelo Branco, os 30 na rua Costa e Silva e os 23 na rua Presidente Médici. Quase todos defendem o mesmo, “que o nome não vai influenciar em nada”, enquanto outros são mais diretos: “poderia deixar o presidente malvado mesmo”.

Gráfico 2 – Favorável à mudança do nome da rua



Fonte: Elaborado pelos autores

Na rua Castelo Branco, dos 28 moradores que não conhecem o homenageado, 21 não mudariam o nome. Na rua Costa e Silva, dos 33 que não sabem nada do presidente, 28 preferem manter a homenagem. Na rua Presidente Médici, dos 16 que não conhecem o presidente, 12 não retirariam a homena-

gem. É importante elucidar que os dados são referentes às pessoas que não conhecem os indivíduos que nomeiam a rua em que moram e mesmo assim não concordam com a transformação do seu nome. De acordo com um entrevistado, “eu acho melhor não, apesar de que eu não sei quem foi”. Embora nas ruas Castelo Branco e Presidente Médici a maioria que conhece os homenageados também não deseje a mudança dos nomes, 2/3 dos entrevistados que sabem quem foi o presidente Costa e Silva escolheriam a alteração do homenageado.

## Considerações finais

Ao articular conceitos sobre história e memória com aspectos da ditadura militar e seus reflexos em Vilhena, cidade no interior de Rondônia que foi emancipada e se desenvolveu no governo de Ernesto Geisel e de João Figueiredo, neste artigo, foram investigadas as memórias dos moradores das ruas Castelo Branco, Costa e Silva e Presidente Médici. Com a entrevista de 50% dos moradores de cada rua, a pesquisa verificou a memória de 106 pessoas, 37 na rua Castelo Branco, 39 na rua Costa e Silva, 30 na rua Presidente Médici, com a intenção de observar o conhecimento dos moradores sobre os homenageados da sua rua, além da sua opinião acerca da alteração dos nomes.

Durante as entrevistas, foi possível perceber que a maioria não conhece os homenageados que dão nome às ruas que moram, sendo provável que os índices de conhecimento dos moradores da rua Presidente Médici estejam mais equilibrados – com quase 50% para cada lado – porque o próprio logradouro o identifica. De modo geral, é possível observar ainda que a maioria das pessoas é contrária à transformação do nome das ruas, por serem acostumadas com a sua nomenclatura, por não compreender a importância da alteração e por desconhecer o trâmite desse processo.

Com a realização do cruzamento de dados, foi possível notar uma correlação entre os moradores

de todas as ruas, sendo que a maioria desconhece o homenageado e mesmo assim deseja a manutenção do seu nome. Enquanto a maioria dos entrevistados, nas ruas Castelo Branco e Presidente Médici, que sabe quem foram estes presidentes também não alteraria o nome da rua, os resultados na rua Costa e Silva demonstram uma diferença, com 2/3 dos entrevistados que conhecem o presidente esboçando um desejo pela alteração na sua nomenclatura.

## REFERÊNCIAS

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-425.

FICO, Carlos. *O regime militar no Brasil (1964/1985)*. São Paulo: Saraiva, 2005.

HALBWACHS, Michel. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 2013.

MARTINS, Allysson; MIGOWSKI, Ana. Ditadura militar brasileira e novas formas cartográficas: memórias coletivas e mapas digitais colaborativos. In: ARAUJO, Denize Araujo; MORETTIN, Eduardo; REIA-BAPTISTA, Vitor (Orgs.). *Ditaduras revisitadas: cartografias, memórias e representações audiovisuais*. Eletrônico: Suporte, 2016, p. 383-402.

MARTINS FILHO, João. A guerra da memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, n. 28, p. 178-201, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Lucas. Presidentes da ditadura militar dão nome a mais de 700 escolas. *UOL*, São Paulo, 15 abr. 2014. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2014/04/15/presidentes-da-ditadura-militar-dao-nome-a-mais-de-700-escolas.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João. (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: UFSCar, 2006. p. 81-91.

SCHMIDT, Benito. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 127-156, 2007.

TEDESCO, João. Memórias em batalhas: dimensão política da memória. *Cadernos do CEOM*, ano 25, n. 34, p. 15-44, 2012.

**Allysson Viana Martins** – Professor de Jornalismo e coordenador do Grupo de Pesquisa em Espaços e Temporalidades Comunicacionais (COMtatos) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: allyssonviana@unir.br

**Khauane Oliveira Farias** – Estudante de Jornalismo da Universidade Federal de Rondônia. Integrou o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) de 2016 até 2018. E-mail: khauane.99@gmail.com

Recebido: 28 nov. 2018

Aprovado: 16 dez. 2018





Artigos

# Reportagens radiofônicas expandidas: a construção de um conceito<sup>1</sup>

## Expanded radio reports: the construction of a concept

**Luana Viana**

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais  
Belo Horizonte, MG, Brasil

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão revisada e ampliada do trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

## **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo compreender reportagens radiofônicas pensadas para web, que ocupam novos espaços, são desvinculadas da identidade editorial do dial e se apropriam das características do meio digital para incorporar novos elementos. Após apresentarmos a reportagem radiofônica, a reportagem multimídia e o rádio expandido como contexto, propomos a construção de um conceito: o de reportagem radiofônica expandida.

## **Abstract**

This essay aims to understand radio productions designed for web, which occupy new spaces and are different from those transmitted by radio waves, besides using the characteristics of the digital medium to incorporate new elements. After presenting the radio report, the multimedia report, and expanded radio as a context, we propose the development of a concept: the expanded radio report.

## **Palavras-chave**

Radiojornalismo; rádio expandido; comunicação.

## **Keywords**

Radiojournalism; expanded radio; communication.

## Introdução

Esta pesquisa retrata como reportagens radiofônicas na *web* possuem características derivadas de produções radiofônicas tradicionais e de reportagens multimídias. A hibridização desses formatos quando observada sob uma ótica do rádio expandido (KISCHINHEVSKY, 2016) resulta no que propomos chamar de reportagens radiofônicas expandidas. Estas construções buscam elementos de produções multimídia para atenderem aos objetivos da produção de rádio e efetuam isso, por exemplo, lançando mão de um viés humanizado, além de utilizarem os elementos da linguagem radiofônica na composição da narrativa sonora. Por outro lado, se apoderam de elementos multimidiáticos com a finalidade de diversificar a audiência, complementar as informações presentes nos áudios e possibilitar múltiplos caminhos de leitura para o ouvinte-internauta.

A reportagem radiofônica, entre outros elementos, se caracteriza pela participação do ouvinte – principalmente no que diz respeito à sugestão de pautas –, pela linguagem sonora com viés radiofônico, a narrativa linear, a efemeridade da informação e o aprofundamento do acontecimento. Já as produções multimídias permitem a participação do usuário, caracterizam-se por uma linguagem multimídia, utilização de hipertextos, narrativa multilinear e o registro da informação, entre outros.

Ao se apropriar da *web*, o rádio expande suas possibilidades narrativas apoderando-se, inclusive, das características correspondentes às reportagens multimídias sem deixar de lado a essência da narrativa radiofônica. O conceito de rádio expandido abrange a existência do meio na internet, espaço em que ocorre a hibridização do formato radiofônico com o multimídia, como dito acima, e é com base nessas três vertentes – reportagem radiofônica, reportagem multimídia e rádio expandido – que construímos nossa proposta.

Como metodologia, optamos por apresentar

uma revisão bibliográfica que indica o caminho teórico percorrido para a construção do conceito. A partir disso, este trabalho tem como objetivo discutir como o rádio pode explorar os potenciais oferecidos pelas plataformas digitais sem que haja uma perda de sua identidade e apresentar a reportagem radiofônica expandida como formato do rádio expandido.

## Três embasamentos para a construção do conceito

O primeiro eixo condutor utilizado como base desta pesquisa é a reportagem radiofônica que, diferentemente daquelas publicadas no impresso ou das veiculadas pela televisão, não possui originalmente imagens ou ilustrações para compor a narrativa. A sua linguagem é exclusivamente sonora, mas para contextualizar e prender a atenção do ouvinte utiliza-se de algumas particularidades na produção, como elementos sonoros e não sonoros – palavra, música, efeitos sonoros e silêncio (BALSEBRE, 2005) que, por meio da tecnologia, levam a mensagem ao ouvinte. Este, por sua vez, possui percepção sonora e imaginativo-visual que vão constituir o processo de decodificação da mensagem.

Considerado um componente intrínseco à linguagem verbal, engana-se quem pensa que o silêncio é utilizado apenas para separar palavras e frases ou permitir que o locutor respire. Este item “potencializa a expressão, a dramaticidade e a polissemia da mensagem radiofônica, delimita núcleos narrativos e psicológicos e serve como elemento de distância e reflexão” (FERRARETTO, 2014, p.35). Desse modo, também podemos afirmar que “a música e os efeitos exploram a sugestão, criando imagens na mente do ouvinte. São auxiliados pelo tom e pela flexão da voz. Os efeitos, em geral, permitem ao público ver o que está sendo descrito, e a música possibilita ao ouvinte sentir o que se transmite” (FERRARETTO, 2014, p.194).

Para Balsebre (2005), a palavra é imaginada, tornando-se fonte evocadora de uma experiência sensorial mais complexa. O autor afirma, inclusive, que o texto escrito é um texto sonoro, “por isso é necessário integrar na redação todos os recursos expressivos que conotam a referida impressão de realidade acústica, dando a mesma sensação de naturalidade e espontaneidade do discurso improvisado” (BALSEBRE, 2005, p. 330). Já a música radiofônica produz uma multiplicidade de sensações que contribuem para a criação de imagens auditivas e possui duas funções estéticas básicas: “expressiva, quando o movimento afetivo da música cria ‘clima’ emocional e ‘atmosfera sonora’, e descritiva, quando o movimento espacial que denota a música descreve uma paisagem a cena de ação de um relato” (BALSEBRE, 2005, p. 333).

O efeito sonoro tem quatro funções: a) ambiental; b) expressiva; c) narrativa; e d) ornamental. Na ambiental pode-se representar a divisão de ambientes, a passagem de tempo, entre outros, enquanto que como função atmosférica pode-se representar tonalidades psicológicas, como mistério, suspense, alegria, etc. A função narrativa “se desenvolve quando o efeito sonoro produz o nexos entre duas cenas de narração. Por exemplo, doze badaladas representando a noite e o canto do galo e dos pássaros, o dia” (BALSEBRE, 2005, p. 334). Por fim, a ornamental se apresenta mais como estética, dando harmonia e fortalecendo a produção de sentido imaginário do ouvinte. Acrescentamos que “a sonoridade (...) tem seu papel também nos objetivos de quem fala. Isto é, o perfil da fonte que analisa ou conta sua história, sua função na reportagem e a visibilidade dada aos sons do espaço são definidores da estrutura do gênero” (VIANA, 2017, p. 176).

A reportagem radiofônica também é caracterizada por sua efemeridade, pois a mensagem depois de transmitida se perde, não há o registro como ocorre no impresso. A composição de sua narrativa é linear, o ouvinte segue uma ordem de consumo previamente definida pela emissora, e esse tipo de

produção permite ao repórter a possibilidade de trabalhar com mais liberdade, determinando os rumos e angulações do produto. Para Ferraretto (2014, p. 153), a reportagem radiofônica “é uma ampliação quantitativa e qualitativa. Em dose variável, pode aparecer um toque pessoal do repórter, certo estilo na estruturação da narrativa, dependente da maior ou menor criatividade do profissional, das circunstâncias do ocorrido e das características do público”, enquanto para Barbosa Filho (2003, p. 89), o estilo reportagem amplia o caráter minimalista do jornalismo e oportuniza aos ouvintes uma noção ampla mais aprofundada a respeito do fato narrado.

Como há tempo limitado de veiculação, essa ampliação apontada pelos dois pesquisadores pode ocorrer, dentre outras maneiras, por meio da reconstituição de memória, na qual recursos são utilizados – como, por exemplo, áudios históricos – para maior contextualização do tema tratado: ao contar histórias baseadas em depoimentos e lembranças, o rádio permite ao ouvinte resgatar e vivenciar o passado no tempo presente. Esse tipo de produção é construído visando o interesse do público e, no rádio, a audiência sempre foi participativa. Quando nos referimos ao envolvimento dos ouvintes, remetemos às cartas, aos telefonemas e às visitas às emissoras. Na reportagem, o público participa, principalmente, sugerindo pautas. Por fim, essa produção

permite também que o jornalista atenda a uma das funções essenciais do radiojornalismo: contar histórias. É nelas que o personagem assume protagonismo e permite a construção de uma ponte entre os sujeitos que compõem a audiência, a emissora e o acontecimento em si (VIANA, 2017, p. 173).

Quando o rádio passa a ocupar outros espaços, a reportagem radiofônica mantém algumas de suas particularidades cruciais, mas também se apropria das potencialidades das novas platafor-

mas para a construção da narrativa. O áudio, por exemplo, permanece em destaque nas produções e é construído como um eixo condutor, principalmente quando os textos que o acompanham ocupam o papel do narrador explícito. Já a sua linguagem, por exemplo, divide espaço com outros formatos como vídeos e fotografias. Seguimos, então, para a segunda perspectiva que compõe esse trabalho, a reportagem multimídia.

Freire e Carreiro (2010, p. 324) consideram “a webreportagem como uma potencialização da reportagem categorizada pelos estudos de gêneros oriundos do gênero impresso” e apontam que o hipertexto, a interatividade e a multimídia são os principais elementos desta adequação ao novo meio que permitem a incorporação de diferentes estilos.

No início da internet, e em paralelo às ações de inovação, produtos jornalísticos do meio digital utilizavam – ou adaptavam – os formatos de gêneros textuais até criarem uma própria identidade. Não há, ainda, uma definição consolidada para as novas plataformas, mas algumas características se destacam e as tornam diferentes dos estudos direcionados para o impresso.

A maioria dos autores que trabalhou na classificação de gêneros jornalísticos esteve baseada na separação entre forma e conteúdo, o que gerou a divisão por temas, pela relação do texto com a realidade (opinião e informação) e deu vazão ao critério de intencionalidade do autor, que realiza uma função (opinar, informar, interpretar, entreter) (SEIXAS, 2004).

Com o ambiente digital, a tendência é caminhar para a hibridização, não separando mais forma e conteúdo. O produto é feito diretamente na web para ser consumido na web. Isso significa que ainda não há uma estrutura bem definida, as mídias que agora também coexistem na internet, como o rádio ou a TV, ainda estão experimentando e descobrindo

as potencialidades apresentadas pelo meio digital na composição de seus respectivos conteúdos.

Segundo Bertocchi (2005, p. 1296-1297), “o meio digital provoca o surgimento de espécies *sui generis*, como, por exemplo, os infográficos interativos”, ou seja, essas espécies são únicas, originais e só existem nesse meio. Esses formatos estão disponíveis, muitas vezes, nas reportagens em plataformas digitais, que utilizam da multimídia e da linguagem hipermídia para desenvolverem a narrativa jornalística. As reportagens multimídias, ou “formatos noticiosos hipermediáticos”, são produtos informativos produzidos e distribuídos nos meios digitais de comunicação e informação que contêm as características de multimídia, interatividade, conexão e convergência de linguagens próprias da hipermídia e do ambiente digital e *online* de informação (LONGHI, 2014).

Estas produções são constituídas por uma linguagem multimídia decorrente da convergência das mídias, já que vários formatos estão juntos para compor a narrativa. Esta, por sua vez, ganha uma nova identidade deixando de ser linear tornando-se multilinear, pois o usuário pode escolher os caminhos que deseja percorrer ao consumir os produtos em ambiente digital. A hipertextualidade também está presente nas produções, diferentes blocos de informações estão interconectados, *links* e *hiperlinks* permitem maior contextualização da informação. Essas mudanças implicam em novas produções jornalísticas e, conseqüentemente, na formação de novas audiências. As possibilidades de construção das narrativas ganharam dimensões ínfimas, potencializando a participação do público ao qual elas são destinadas.

O envolvimento dos consumidores no processo de construção e de difusão da informação é inevitável. Ao acompanharmos essas transformações, compreendemos que o compartilhamento de conteúdo não é exclusivo dessas ferramentas tecnológicas, pois há muito tempo dividimos histórias e experiências boca a boca, transmitindo diversas

informações. E que, desde sempre, compartilhar faz com que a mensagem chegue a pessoas não envolvidas inicialmente nas produções, potencializado a diversificação de audiências.

A construção de uma reportagem multimídia busca maior profundidade e contextualização do tema tratado e, na maioria das vezes, seu produto é exclusivo para a plataforma digital, ou seja, a web é o único lugar no qual ele é veiculado. Apontamos um grande diferencial para esse tipo de produção, que é a possibilidade de atualização contínua do conteúdo, o que não pode ser realizado pelos outros meios de comunicação.

A cada novidade acerca do tema, a reportagem multimídia pode conter mais informações e manter a característica de sempre trazer novidades, se esse for seu objetivo. Tal fato decorre de uma das particularidades da web, que consiste em não possuir limites de tempo e espaço, o que intensifica a criação de banco de dados. Outra possibilidade oferecida é a imersão na narrativa, pois as ferramentas multimídias permitem, cada vez mais, uma representação da realidade trazendo ousadia e inovação para os produtos jornalísticos. A tendência que se percebe na construção dessas reportagens multimídia é

a proposta de consolidar a passagem do trabalho de justaposição, onde peças de diferentes mídias são diagramadas em conjunto em uma mesma seção online, mas sem necessariamente estarem realmente integradas; para uma experiência de imersão proporcionada por peças que se complementam e formam uma nova unidade multimídia (LENZI, 2016, p. 164).

O ideal é que o conteúdo de cada mídia utilizada seja diferente do que o texto traz para que os usuários encontrem conteúdos novos a cada experiência. Isso facilita o interesse do público pela produção diante de tantas opções oferecidas no universo digital. Para Winques (2016, p. 59), "a grande

reportagem multimídia se consolida como um dos principais modelos expressivos do webjornalismo contemporâneo", mas ainda é um gênero em pleno desenvolvimento que acompanha a evolução da plataforma em que se insere.

Quando uma grande reportagem é publicada no meio impresso, utiliza-se de apenas imagens e texto, enquanto que quando veiculada por uma rádio, somente do áudio. O espaço destinado a essas grandes produções na web permite a junção de todas essas mídias, como já apresentado. Então, quando uma reportagem radiofônica é produzida em meio digital, além de considerarmos que o áudio compõe a espinha dorsal dessa estrutura, temos em mente que outros elementos midiáticos estão presentes na narrativa radiofônica. Essas outras ferramentas, como imagens, texto, vídeos, infográficos, entre outros, são elementos parassonoros (KISCHINHEVSKY; MODESTO, 2014) que acompanham os áudios em ambiente digital sem descaracterizar a comunicação radiofônica. Dessa forma, acreditamos que as reportagens radiofônicas nessa plataforma, além de representarem uma nova composição de conteúdo, retratam a ocupação de outros espaços, retomando a definição de rádio expandido, nossa terceira perspectiva.

Kischinhevsky (2016) aponta que o rádio transbordou para outras plataformas. Para o pesquisador, é agora um meio expandido que extrapola as ondas hertzianas e está presente em diversos espaços – como nas TVs por assinatura, mídias sociais, telefones celulares, etc. Essa definição é o conceito chave para essa pesquisa, por isso apresentamos um olhar mais detalhado através da construção de um quadro que ilustra a sua evolução:

**Quadro 1 - Evolução da definição de "rádio expandido"**

| <b>Autor (es)</b>             | <b>Definição</b>  |
|-------------------------------|---|
| Kischinhevsky (2012a, p. 431) | Permite o compartilhamento de arquivos digitais de áudio. |

| Autor (es)                            | Definição   |
|---------------------------------------|---|
| Kischinhevsky (2012b, p. 147)         | Transborda para mídias sociais e <i>microblogs</i> .  |
| Kischinhevsky (2013, p.5)             | Transborda para as plataformas digitais.  |
| Kischinhevsky e Modesto (2014, p. 13) | Transborda para a telefonia móvel, a TV por assinatura, a rede mundial de computadores.   |
| Kischinhevsky (2014, p. 148)          | Integra um complexo industrial de radiodifusão que abarca, ainda, a TV por assinatura, as webrádios, o <i>podcasting</i> e serviços de rádio social.  |
| Kischinhevsky (2016, p.133)           | É conformado pela emergência de múltiplas formas de interação (...) Práticas como compartilhamento e etiquetagem, seja nos perfis das emissoras em ondas hertzianas, nas mídias sociais, seja nos serviços de rádio social, são ricas em sentido (...). |

Fonte: elaboração própria

Em sua versão mais recente, Kischinhevsky (2016) inclui na discussão sobre o potencial de interação: "o rádio expandido, remediado pelos meios digitais, pode oferecer não apenas seus elementos sonoros tradicionais – voz, música, efeitos –, mas também imagens, vídeos, gráficos, links para blogs e toda uma arquitetura de interação" (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 133). Essa estrutura é composta por botões de compartilhar, etiquetar, curtir, espaços para comentários, menus, entre outros.

Além de destacar a arquitetura de interação como uma das unidades presentes no rádio expandido, Kischinhevsky (2016) aponta outras quatro<sup>1</sup>: multimídia; hipertextualidade; per-

1 Essas unidades são baseadas nas categorias estabelecidas por Palacios et al. (2002) para análises de portais de jornalismo (interatividade; hipertextualidade; multimídia/convergência; personalização e memória). Kischinhevsky (2016: 82) acredita que essas categorias adaptadas podem ser úteis para uma melhor compreensão do rádio expandido.

sonalização; e memória. Por empregar esses elementos em paralelo ao áudio, as reportagens radiofônicas para a internet são frequentemente classificadas apenas como reportagens multimídia, sem a percepção de que o áudio é o principal fio condutor da história. O que caracteriza esse papel principal dos arquivos sonoros é a maneira como ele é construído e utilizado com base nos elementos característicos da linguagem radiofônica, como música, palavra, efeitos sonoros e silêncio, e na composição de histórias, seja por meio de personagens ou as de interesse humano. Visto isso, é a partir da multimídia que as reportagens radiofônicas expandidas serão construídas, considerando que as produções para rádio – assim como o próprio meio – também ocupam novos espaços e se apropriam das características disponíveis para reconfigurar sua linguagem.

### A reportagem radiofônica expandida

Propomos aqui um conceito de reportagem radiofônica expandida a partir da definição de rádio expandido, cruzando-o com características das reportagens radiofônicas e multimídia. A escolha por esses atributos parte do desenho conceitual feito por meio da nova ecologia midiática (CANAVILHAS, 2011), que abrange três fatores: os meios e suas relações, como ocorrem os consumos midiáticos e a ação do consumidor no ecossistema.

Essa proposta é um formato para o rádio expandido a partir dos três eixos principais apontados. Na reportagem radiofônica expandida, observamos os potenciais usos do áudio reiterando a característica de proximidade da composição sonora radiofônica – que utiliza a exploração de história de vida, personagens e da emocionalidade através da trilha sonora e efeitos – com a complexificação característica das produções multimídia e produções especiais.

Como vimos, a linguagem radiofônica é construída a partir da voz humana, música, efei-

tos sonoros e silêncio (FERRARETTO, 2014; BALSEBRE, 2005) e precisa ser composta por frases claras e concisas. Utilizando-se desses elementos, a reportagem de rádio tem como objetivo proporcionar uma noção mais aprofundada do fato narrado através de histórias de interesse humano, com destaque para o relato da vida humana, e do uso mais intenso, expressivo e diverso dos diferentes elementos da linguagem sonora com a utilização de diversas vozes. O ouvinte pode ter participação nessas produções (como na sugestão de pautas), que são compostas, inclusive, por uma narrativa linear e efêmera. Já a reportagem multimídia oferece uma narrativa multilinear com linguagem multimídia e hipertextualidade presentes nas produções e, conseqüentemente, pode possuir maior profundidade e contextualização do tema tratado.

Reiteramos que o conceito de rádio expandido tem suas raízes nos princípios de midiamorfose<sup>2</sup> (FIDLER, 1998) e de remediação<sup>3</sup> (BOLTER; GRUSIN, 2000), e que a ocupação de novos espaços por essa mídia vai incorporar algumas de suas características originais utilizando-se de outras presentes no meio remediador: enquanto algumas são potencializadas, outras são apagadas. Dessa forma, apontamos que a nossa proposta de conceito se apropria de particularidades da reportagem radiofônica desenvolvida em ambiente multimídia com características do rádio expandido, como podemos observar no quadro abaixo:

**Quadro 2 - Formação do conceito de reportagem radiofônica expandida**

|                           |   |                          |  |
|---------------------------|---|--------------------------|--|
| Reportagem Radiofônica    | Reportagem Multimídia                   | Rádio Expandido          | Reportagem Radiofônica Expandida   |
| Participação do ouvinte   | Participação do usuário                 | Arquitetura da interação | <b>Espaço de interação com os ouvintes-internautas e compartilhamento de arquivos de áudio</b> |
| Linguagem sonora          | Linguagem multimídia                    | Multimedialidade         | <b>Linguagem multimídia com destaque para o áudio</b>  |
| Produção sem linkagem     | Hipertextualidade na produção           | Hipertextualidade        | <b>Hipertextualidade na produção</b>   |
| Narrativa linear          | Narrativa multilinear                   | Personalização           | <b>Narrativa multilinear</b>   |
| Efemeridade da informação | Registro da informação - banco de dados | Memória                  | <b>Formação de banco de dados</b>  |

Fonte: elaboração própria

No conceito proposto, a arquitetura da interação vai ser caracterizada pelos espaços disponíveis na reportagem para interação com os ouvintes-internautas e pelo compartilhamento dos arquivos de áudio, elementos que partiram da participação do ouvinte/usuário nas radiofônicas e multimídias e que foram reconfiguradas para o rádio expandido. São importantes por agregarem as duas perspectivas de contribuição do público, fato primordial tanto no rádio quando na *web*.

A multimídia aparece em uma linguagem multimídia com destaque para o áudio, característi-

2 Conceito que explica as transformações dos meios de comunicação, "sendo estas resultado de interações entre necessidades percebidas, pressões políticas e de competência e de inovações sociais e tecnológicas" (FIDLER, 1998, p. 21).

3 A remediação acontece quando uma mídia representa ou renova as formas de outra mídia, recebendo um novo propósito, assim como uma estrutura inédita e um uso original.

ca protagonista no conceito proposto. A hipertextualidade vai permitir que blocos de informações sejam unidos através de links, proporcionando um aprofundamento do tema tratado ao explorarem o espaço disponível pela plataforma para complementar narrativas, esse aprofundamento é importante para integrar informações presentes no áudio.

A personalização pode ocorrer por meio da narrativa multilinear, na qual o ouvinte-internauta pode escolher os caminhos percorridos dentro da produção; e a memória aparece com a formação de banco de dados que podem retomar conteúdos já tratados ou trazer elementos complementares. Isso se torna exequível com a possibilidade de armazenamento de conteúdo por parte das emissoras, "se a internet trouxe para os outros media uma das mais poderosas características, a imediatez e a instantaneidade, para a rádio trouxe aquilo que no éter não era possível, a possibilidade de congelar o tempo e de se converter num imenso arquivo sonoro vivo" (REIS, 2015, p. 37).

Em relação à estética desses arquivos sonoros e considerando as possibilidades oferecidas pelo meio digital, a exploração de um cenário acústico tem potencial para ser diferente de uma produção para antena, em que, por exemplo, a música é explorada primordialmente através do BG ou de inserções informativas emocionais, mas normalmente coordenada com *offs*, sonoras e efeitos. No caso da reportagem radiofônica expandida, os elementos da linguagem podem ser explorados sozinhos para criar uma ambientação isoladamente da voz, o que é raramente encontrado no radiojornalismo de antena. Entretanto, destacamos que o perfil geral da informação ainda se aproxima das características do rádio, que é próximo e intimista, utiliza-se da humanização do relato por meio do uso de personagens e oferece uma perspectiva mais aprofundada do fato, contribuindo, inclusive, para a criação do imaginário do ouvinte-internauta.

Propomos que, para se caracterizar como uma reportagem radiofônica expandida ideal, a produ-

ção voltada para as plataformas digitais deve possuir destaque para o áudio que é acompanhado de elementos parassonoros que vão servir como complementação. Deve, prioritariamente, transcender o dial, atingindo novas plataformas, como redes sociais ou aplicativos de dispositivos móveis através de compartilhamento ou *download* desses arquivos. A reportagem deve ser multilinear, permitindo que o ouvinte-internauta escolha o caminho que deseja seguir ao acessar as informações que também podem ser encontradas em bancos de dados disponibilizados e possibilitar a interação com ouvintes, seja através de espaço para comentários ou por meio de contato com os produtores:



Figura 1 – Reportagem Radiofônica Expandida.  
Fonte: elaboração própria

Reiteramos que esses atributos são apontados como uma tendência geral de construção de reportagens radiofônicas expandidas. Essa produção é importante não apenas para que o rádio se enquadre na linguagem digital como uma forma de adaptação, mas para aprofundamento da informação, ampliação da audiência e por oferecer novas possibilidades de leitura. Essas apropriações decorrem das características da audiência e do cenário contemporâneos, que possuem um perfil de consumidores de comunicação em ambientes digitais, reverberando na linguagem, no formato, nos conteúdos apresentados e nos espaços ocupados pelo rádio (LOPEZ et al, 2015).

## Aplicação do conceito

Para exemplificar, indicamos a reportagem “Marvila. O lado invisível de Lisboa<sup>4</sup>”, da Rádio Renascença, emissora portuguesa. Nesta produção, encontram-se todos os itens sugeridos que compõem uma reportagem radiofônica expandida.

A linguagem radiofônica está presente na composição de todos os áudios dessa reportagem. A Renascença usa em seus áudios quatro tipos de estratégia narrativa: 1) áudios sem intervenção do jornalista; 2) sem palavra ou efeitos sonoros, exclusivo de trilha sonora; 3) edição simples, quando há mais de uma fonte, com alternância entre as vozes; e 4) edição complexa, com todos elementos da linguagem radiofônica, edição de trilha combinada com efeitos sonoros e vozes.

O especial traz personagens como fontes para compor a narrativa, humanizando o relato. O uso planejado dessa linguagem, pensando numa composição sonora que se aproxime da radiofonia e que aliado ao emprego de personagens na narrativa com o objetivo da humanização da produção e proximidade com o ouvinte-internauta, reforça o caráter do rádio dentro da reportagem radiofônica expandida. Há elementos parassonoros que complementam as informações disponibilizadas pela linguagem sonora, em fotografias, infográfico e textos e dá destaque para os áudios.

A produção portuguesa possibilita a circulação desse conteúdo através do compartilhamento de nove dos dez dos arquivos sonoros do especial. No entanto, o ouvinte-internauta não consegue baixá-los, ou seja, não pode consumi-los *off-line*, nem colecioná-los como se faz com *podcasts*. A emissora também faz uso do banco de dados em suas produções, ao lançar mão de um infográfico interativo com um mapa da região de Marvila para disponibilizar áudio e fotografias, constituindo um banco de informações.

A narrativa é multilinear, proporcionada pelos links na reportagem que podem ser acessados da maneira que o usuário desejar. Para ser caracterizada como uma reportagem radiofônica expandida, é importante essa apropriação do espaço digital na composição de banco de dados, pois apesar de romper com a efemeridade característica da radiofonia ao arquivar informações, se aproxima do meio na construção de lugares de memória, unindo assim, suas características com potenciais do multimídia. Esse tipo de narrativa, atributo da plataforma digital, se sobrepõe à linearidade do rádio para permitir que o ouvinte-internauta percorra o especial como desejar.

Encontramos na reportagem todos os elementos que apontamos como critério para reportagem radiofônica expandida. Seu especial é elaborado unindo os atributos de um rádio expandido e das reportagens radiofônicas e multimídia. É uma produção voltada para as mídias digitais que se apropria das características do radiojornalismo explorando as diferentes utilizações da linguagem sonora e das potencialidades da web em relação à circulação de conteúdos e participação da sua audiência.

No entanto, há potencial para que esse tipo de produção incorpore ainda mais recursos da plataforma em que está inserida através de simples inserções, como a possibilidade de *download* os áudios, interação com os usuários que comentaram a reportagem, disponibilização de contato com os responsáveis, entre outros. Apontamos que essa produção é plenamente adequada ao conceito de reportagem radiofônica expandida, reforçando, como vimos, sua identidade de referência em produção de reportagens radiofônicas em meios digitais. De acordo com o que apresentamos na definição do nosso conceito, os elementos apontados são tendências gerais para a construção dessas narrativas.

<sup>4</sup> Disponível em: [http://rr.sapo.pt/especial/48500/marvila\\_o\\_lado\\_invisivel\\_de\\_lisboa](http://rr.sapo.pt/especial/48500/marvila_o_lado_invisivel_de_lisboa) Acesso: 1 jul. 2017.

## Considerações finais

Ao ocupar espaços que vão além da transmissão via antena, o rádio somou forças: com a ubiquidade da internet é possível consumi-lo em qualquer lugar que se tenha acesso à rede, seja por meio de *smartphones*, *tablets*, computadores, *notebooks*, televisão, entre outros. No entanto, há muito a se construir em relação às produções que estão disponíveis na *web*, pois o rádio ainda não se apropria de todas as potencialidades oferecidas por essa plataforma. As reportagens radiofônicas começaram a se hibridizar com as multimídias, resultando no que propomos a conceituar nessa pesquisa como reportagens radiofônicas expandidas.

As produções que se enquadram de forma ideal nesse conceito são caracterizadas por possuírem o áudio como destaque; seus arquivos sonoros devem ser multiplataforma e apresentarem possibilidade de compartilhamento, o que proporciona a circulação de conteúdos; os arquivos sonoros devem ser construídos com uma linguagem radiofônica e com um relato humanizado; deve haver utilização de elementos parassonoros e criação de banco de dados; e a reportagem tem que oferecer uma leitura multilinear e interação com os ouvintes-internautas. Esses atributos se encaixam nas cinco categorias que Kischinhevsky (2016) acredita serem úteis para uma melhor compreensão do rádio expandido: arquitetura da interação, multimidialidade, hipertextualidade, personalização e memória, como vimos.

Mesmo que um especial possua todos os atributos do conceito proposto, as produções podem ser bem diferentes entre si de acordo com a quantidade de itens presentes e com a organização editorial, de enquadramento, de temática, sempre de acordo com o que cada pauta necessita. Ao apresentarmos atributos definidores da reportagem radiofônica expandida, acreditamos que as produções em geral podem possuir a maior parte das características, mas não necessariamente todas, pois a questão do eixo sonoro é a mais importante,

formato que deve aparecer como elemento principal da narrativa com características radiofônicas e elementos parassonoros.

Diante do atual cenário de estudos relacionados ao fazer radiofônico, apresentar uma proposta de formato para o rádio expandido consiste em prenciar investigações cada vez mais específicas sobre novos formatos dentro de uma nova ecologia de mídias. Assim como os meios se modificam para se adaptarem às novas tecnologias e às mudanças sociais, políticas e econômicas, os conteúdos também se reconfiguram e cabe a nós, pesquisadores, acompanharmos o que surge e o que deixa de existir.

## Referências

- BALSEBRE, Armand. A linguagem radiofônica. In: MEDITSCH, Eduardo. (Org.). *Teorias do rádio: textos e contextos*. v. 1. Florianópolis: Insular, 2005.
- BARBOSA FILHO, André. *Gêneros Radiofônicos*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- BERTOCCHI, Daniela. Gêneros jornalísticos em espaços digitais. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 4., 2005, Aveiro. *Anais...* Aveiro: Universidade de Aveiro, 2005.
- BOLTER, Jay David; GRUSIN, Richard. *Remediation: understanding news media*. Cambridge: The MIT Press, 2000.
- CANAVILHAS, João. El nuevo ecosistema mediático. *Index Comunicación*, v. 1, p. 13-24, 2011.
- FERRARETTO, Luiz Artur. *Rádio: teoria e prática*. São Paulo: Summus, 2014.
- FIDLER, Roger. *Mediamorfosis*. Compreender los nuevos medios. Buenos Aires: Granica, 1998.
- FREIRE, Marcelo; CARREIRO, Rodrigo. Áudio sli-deshow como formato para reportagens multimídia baseadas em som. In: KLÖCKNER, Luciano; FERRA-

RETTO, Luiz Artur (Org.). *E o Rádio?* Novos Horizontes Midiáticos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 318-330.

KISCHINHEVSKY, Marcelo; MODESTO, Cláudia Figueiredo. "Interações e mediações, instâncias de apreensão da comunicação radiofônica." *Questões Transversais: Revista de Epistemologias da Comunicação*, v. 2, p. 12-20, 2014.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. "O Facebook da CBN na Copa das Mobilizações ? Notas sobre as articulações entre rádio e mídias sociais." *Interin (UTP)*, v. 16, p. 4-17, 2013.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. *Rádio e mídias sociais: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, v. 1. 152p. 2016.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Radiojornalismo comunitário em mídias sociais e microblogs Circulação de conteúdos publicados no portal RadioTube. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 9, p. 136-149, 2012b.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Rádio social: mapeando novas práticas interacionais sonoras. *Revista Famecos*, Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 19, n. 2, p. 410-437, maio-ago. 2012a.

LENZI, Alexandre. Multimídia como valor-notícia de construção: a experiência do UOL TAB. *Âncora: revista latino-americana de jornalismo*, v. 3,

p. 159-174, 2016.

LONGHI, Raquel Ritter. O turning point da grande reportagem multimídia. *Revista Famecos*. Porto Alegre, v. 21, n. 3, set/dez. 2014. p. 897-917, 2014.

LOPEZ, Debora Cristina; VIANA, Luana; ALVES, Ticiane; FERREIRA, Laís; SANTOS, Priscila. Audiência radiofônica: a construção de um conceito a partir da metamorfose do meio. *Revista Ação Midiática: Estudos em Comunicação Sociedade e Cultura*. Universidade Federal do Paraná. n. 10, p. 181-198, 2015.

REIS, Ana Isabel. *O Áudio nas cibernetícias das rádios*. Lisboa: Media XXI, 2015.

SEIXAS, Lia. "Gêneros jornalísticos digitais. Um estudo das práticas discursivas no ambiente digital". In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 13., 2004, São Bernardo do Campo. *Anais...* São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2004.

VIANA, Luana. "Discussão a reportagem radiofônica expandida: o áudio como fio condutor da narrativa". In: HOMSSI, Aline; RUGGIERI, Ana Luísa; BARBOZA, Dayana; CAMARGO, Fernanda; REIS, Flávio. (Org.). *Tempos de rupturas: críticas dos processos comunicacionais*. Mariana: UFOP, 2017, v. 1, p. 172-189.

WINQUES, Kérley. *Tem que ler até o fim?* O consumo da grande reportagem multimídia pelas gerações x, y e z nas multtelas. Dissertação (Mestrado Profissional em Jornalismo) - Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

**Luana Viana** - Doutoranda em Estudos de Linguagens no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Mestre em Comunicação e Jornalista pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Membro do Grupo de Pesquisa Convergência e Jornalismo (ConJor) e do Grupo de Pesquisa Mediações e Interações Radiofônicas (PPGCOM/UERJ). **E-mail:** lviana.s@hotmail.com

**Recebido: 29 maio 2018**

**Aprovado: 28 dez. 2019**

# **Ethicalities of television on Facebook: a proposal for an innovative model that already exists**

## **Ethicalities of television on Facebook: the innovative proposal for a model that already exists**

**William Mayer**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
Porto Alegre, RS, Brasil

## Resumo

A partir de uma análise da construção do fluxo televisivo no Facebook, nos interessa aplicar os conceitos de Ethicidades Televisivas propostos por Kilpp, operando na intenção de realizar aproximações entre as molduras televisivas e as construções da interface, dos algoritmos, do modo de reprodução dos vídeos e do modelo de negócio do Facebook. Acreditamos que grande parte do modo como o Facebook constrói sua experiência carrega lembranças das audiovisualidades.

## Abstract

From an analysis of the construction of the television stream on Facebook, we are interested in applying the concepts of Television Ethics proposed by Kilpp, operating in the intention of making approximations between the television frames and the interface constructions, algorithms, the video playback mode and Facebook's business model. We believe that much of the way Facebook builds its experience carries memories of audiovisuals.

## Palavras-chave

Ethicidades; facebook; televisão.

## Keywords

Ethicities; Facebook; TV.

## Introdução

Segundo dados do próprio Facebook, no ano de 2018, somente no Brasil a rede já possuía mais de cem milhões de usuários ativos mensais e mais de noventa milhões de usuários móveis ativos mensais. Com quase quinze anos de Facebook, inúmeras mudanças já ocorreram dentro da estrutura da rede social para que ela culminasse no modo como nós a experimentamos hoje. E mesmo com tão pouco tempo o site já é uma das maiores plataformas de compartilhamento de informação e notícia dos dias atuais. Mas o que podemos aprender desta informação?

Sempre do surgimento de uma nova mídia se acreditou que a anterior tenderia a desaparecer. De acordo com as proposições de McLuhan (1999), os meios de comunicação, historicamente, sempre foram transformadores. Cada nova tecnologia que surge é capaz de redimensionar os meios que a antecederam. Procedendo em mudanças estéticas e nas maneiras como as pessoas se comunicam. Acreditamos que o Facebook é capaz de suscitar mudanças na comunicação. Contudo, pretendemos apontar neste artigo como a estrutura que o Facebook tem criado para se comunicar, virtualmente, ainda atualiza modelos televisivos em várias esferas do seu modo de agir comunicacional.

O Facebook hoje já começa a dar pistas de um interesse em se tornar um produtor de conteúdo audiovisual, no entanto, ainda precisa dos seus usuários para produzir conteúdos que outros usuários queiram consumir. O site utiliza a estrutura da internet e a rede de compartilhamento criando uma relação de interdependência entre produtores e público médio. Contudo, quando observamos a interface e principalmente o que está por trás dela, percebemos que a interface, o software, os algoritmos e roteiros de vendas utilizados pelo Facebook não passam, segundo Kilpp (2010), de molduras televisivas reproduzidas neste meio. Se novas mídias costumavam reproduzir os mesmos conteúdos das

anteriores, o Facebook parece ir além, aproveitando-se também das *ethicidades* da televisão. E são estas *ethicidades* televisivas que tentaremos desvendar neste artigo, entendendo a *ethicidade* como uma característica particular, neste caso da televisão. No entanto, entendo esta *ethicidade* como algo capaz de durar em outros meios.

Entendendo-se as *ethicidades* como as subjetividades virtuais (durações, personas, objetos, fatos e acontecimentos que a televisão dá a ver como tais, mas que são, na verdade, construções televisivas) (KILPP, 2002, p.2).

Acreditamos que estas construções televisivas que hoje são tão características deste veículo podem ser reconhecidas nas redes sociais. Apesar de a rede social carregar o gene das 'novas tecnologias' isso não faz dela uma nova mídia. Ao contrário, as chamadas novas mídias, se aproveitam das *ethicidades*, das molduras de outros meios, criando uma ideia de semelhança, produzindo construtos de rede social, que não são mais do que construtos, em grande parte produzidos a partir de construções e *ethicidades* televisivas e de outros meios. Neste artigo, no entanto, vamos falar das *ethicidades* televisivas. Para tal, precisamos compreender as redes sociais, agindo como o flâneur de Benjamin (1986).

Na rede social somos constantemente instigados pelo feed a buscar aquilo que está por vir, descartando logo em seguida o que acabamos de experimentar. A notícia/novidade perde seu caráter de imediatismo no momento que é lida ou vista, assim como na televisão. É como se os algoritmos fossem feitos "precisamente para recalcar a quase totalidade do passado no inconsciente e só introduzir na consciência o que for de natureza que esclareça a situação presente, que ajude a ação em preparação, que forneça, enfim, um trabalho útil". (BERGSON, 2006, p. 48).

Para entender o funcionamento deste fluxo de dados é preciso que sejamos capazes de compre-

ender o contexto em que as redes sociais estão envolvidas. Por isso, compreender como estes devires televisivos se atualizam no Facebook é importante na atualização de conceitos. É preciso observar a rede social para além dos seus conteúdos, compreendendo o modo como ela constrói a experiência do usuário através da interface, dos algoritmos e até mesmo do seu modelo de negócio. Os programas são também parte das *ethicidades televisivas*, no entanto, não podemos tomar:

[...] os programas por referência - e em especial, o conteúdo dos mesmos -, estendendo a crítica, das representações de um programa, para a programação, para essa mídia como um todo, e até mesmo para o conjunto das emissoras e dos canais. Há, no entanto, práticas enunciativas, de ordem técnica e estética, que precisam ser levadas mais em conta para compreender a especificidade dos programas de TV - sua própria subjetividade. A meu ver, há nessas práticas algo que torna a televisão televisiva, e que faz os programas de TV serem programas propriamente televisivos. Ou seja: uma das mais importantes *ethicidades televisivas*, o programa, é enunciado pela tevê como tal no interior de certos quadros de experiência ou significação, aqui chamados de molduras. (KILPP, 2003, p. 1-2).

## A Ditadura da Publicidade

As semelhanças entre o Facebook e a Televisão já começam na própria história dos meios. Segundo Kilpp,

O surgimento da TV em 1959 não significou apenas um novo meio: ela veio na esteira da mundialização da economia iniciada a partir da II Grande Guerra, situação na qual aperfeiçoam-se e generalizam-se rapidamente as técnicas da comunicação reprodutível e configura-se mais claramente a indústria cultural. Nesse ínterim mudaram as posições até então ocupadas pelos meios de mas-

sa e, num mercado cada vez mais competitivo, as empresas tiveram de adequar-se aos novos tempos. Na empresa de comunicação o jornal perdeu espaço para o rádio, primeiro. Depois, a TV abocanhou a maior fatia desse espaço, e se estendeu para novos, passando a ser a ponta da indústria cultural. [...] Comunicação é um negócio, e seduzir audiências e leitores é parte fundamental das estratégias empresariais para angariar consideráveis verbas publicitárias. (KILPP, 2000, p.5)

Quando lemos esta colocação sobre o surgimento da televisão, reconhecemos inúmeras semelhanças com as mudanças advindas do surgimento da internet, das redes sociais e aqui, especificamente, do Facebook. Segundo a revista Forbes<sup>1</sup>, no que diz respeito ao mercado publicitário, as redes sociais já dominam o mercado nacional, pelo menos quando o foco está nos jovens. Segundo pesquisa divulgada, mais de 60% dos brasileiros entre 17 e 30 anos afirmam lembrar mais de campanhas em meios digitais, como Facebook, WhatsApp, Instagram e Twitter. Com destaque para o Facebook que concentra 35% dos entrevistados. De acordo com a publicação este número é superior a mídias tradicionais, que concentram mais verba, como a TV aberta, com 32% das lembranças.

Outra questão importante a ser levada em consideração na história de ambos os meios de comunicação é o interesse ao acesso do próprio meio. Em 1950, mesmo o Brasil não produzindo aparelhos de TV e o mercado publicitário sendo iniciante, Chateaubriand conseguiu espaço publicitário de televisão. Outra questão importante a ser levada em consideração na história de ambos os meios de comunicação é o interesse ao acesso do próprio meio. Segundo Fernando Morais (1994), escritor do livro *Chatô: Rei do Brasil*, em 1950, mesmo o Brasil não produzindo aparelhos de TV e o mercado publicitário sendo iniciante, Chateaubriand já encontrava

<sup>1</sup> <http://www.forbes.com.br/negocios/2016/09/jovens-brasileiros-lembram-mais-da-publicidade-no-facebook-do-que-na-tv-aberta/>

espaço para vender anúncios publicitários de televisão para algumas empresas.

O que colaborou com a expansão do aparelho de TV no Brasil foi o Regime Militar. Durante o período foram criados diversos órgãos estatais que congelaram as taxas dos serviços de telecomunicação, dando isenção às de importação para compra de equipamento, proporcionando, assim, a construção de uma estrutura nacional de telecomunicações em redes. As políticas de crédito tornaram possível adquirir um televisor em várias vezes com juros muito baixos. O número de aparelhos de TV aumentou e, conseqüentemente, o número de telespectadores.

O Facebook, de modo semelhante, começou a investir em 2016 no Aquila<sup>2</sup>, um drone projetado para ampliar o acesso à Internet para populações que vivem em áreas de difícil acesso. A equipe do Connectivity Lab da rede social já realizou o primeiro voo na fase de testes, e afirma que teve um resultado bem-sucedido. A intenção é levar internet para os 4 bilhões de usuários ao redor do mundo que ainda não possuem acesso à rede. O drone não é tripulado e almeja oferecer Internet economicamente acessível, via wireless. A meta é atingir centenas de milhões de pessoas, em locais remotos da terra, que não têm banda larga móvel.

Historicamente, por motivos distintos, tanto a televisão quanto o Facebook precisaram levar o acesso à tecnologia para seus usuários. Contudo, indiferente dos motivos, a razão principal para esta tomada de decisão é bastante simples. Quando você vende publicidade, precisa de um público em potencial para consumir os produtos que são vendidos em sua rede, seja ela televisiva ou social.

### Assistindo ao Facebook

Os vídeos no Facebook, apesar de serem hoje já difundidos, são bastante recentes na história da rede social. Em comparação com sites como o

YouTube, o Facebook começou somente em 2017 a dar passos mais significativos para uma experiência condizente com o que já se podia experimentar em outras plataformas até então. Até 2013 os vídeos eram pouco utilizados no site e grande parte dos mais assistidos eram vídeos do YouTube *embedados*<sup>3</sup> na página. Mas em setembro de 2013 o site começou a testar um jeito novo de os usuários assistirem aos Vídeos do Facebook<sup>4</sup>. Inicialmente, quando o usuário assistia a um vídeo em seu feed de notícias ele automaticamente começava a rodar. Iniciava sua reprodução sem som e se o usuário tivesse interesse poderia clicar no vídeo para escutar o áudio e assistir ao material em tela cheia. No ano seguinte o Facebook percebeu a potencialidade que os vídeos possuíam não somente como ferramenta de marketing, mas também como construtor do movimento necessário para que as pessoas seguissem no Facebook participando. Os vídeos redefiniram o modo de agir do feed de notícias. O usuário ainda precisa agir, mas eventualmente pode tirar uma pausa e assistir a um dos vídeos certamente muito bem divulgados e que renderão lucros para o Facebook.

Em menos de um ano, o aumento nas visualizações de vídeos ultrapassou os 50% e desde então, há uma média de mais de 1 bilhão de visualizações no Facebook todos os dias. O vídeo no Facebook foi desenvolvido primeiro para dispositivos móveis, e hoje mais de 65% das visualizações de vídeo são nesses dispositivos. É preciso mencionar que no momento inicial do aprimoramento do vídeo, a contagem de visualizações, a falta de controle sobre quem publicava os vídeos e o fato de que os vídeos iniciavam automaticamente, tiravam credibilidade dos números apresentados pelo Facebook. Desde

<sup>2</sup> <https://code.facebook.com/posts/268598690180189>

<sup>3</sup> Embed é um tipo de tag HTML para media, usada para incorporar arquivos multimedia de áudio e vídeo. Uma música pode tocar, quando uma página é exibida. Portanto, pode-se inserir arquivos de som dentro de um documento HTML, há extensões cujos arquivos são grandes, exigindo um tempo maior de download.

<sup>4</sup> <http://br.newsroom.fb.com/news/2014/09/as-novidades-de-videos-do-facebook/>

então foram feitas diversas melhorias que procuram garantir o direito daqueles que produzem conteúdo e principalmente o levantamento real do número de visualizações dos vídeos.

Ainda em 2014 a classificação de vídeos para o feed de notícias foi aperfeiçoada para mostrar mais vídeos relevantes e interessantes para as pessoas. Outro recurso incorporado nesta época e que hoje é bastante utilizado, mostra vídeos relacionados ao último vídeo assistido pelo usuário, recurso este que exploraremos melhor no final do artigo. Para o site, os vídeos são certamente uma aposta na manutenção de um feed sempre ativo.

Em fevereiro de 2017 o Facebook lançou novas atualizações que na sua maioria procuram deixar a experiência do usuário ainda mais simplificada e automática. Após, segundo o Facebook, testar o som ativo no Feed de Notícias e receber um feedback positivo, o site pretende trazer aos poucos este recurso para mais pessoas. Com esta atualização, o som surge e desaparece à medida que você navega pelos vídeos no Feed de Notícias, trazendo esses vídeos “à vida”.

Outra atualização apresentada foi o vídeo vertical. Com a mudança no formato dos vídeos produzidos por celulares, o Facebook também fez alterações para tornar os vídeos verticais visualmente melhores em dispositivos móveis. Em 2016, a empresa começou a testar uma pré-visualização maior de vídeos verticais no feed de notícias em dispositivos móveis e hoje o formato maior já está disponível para todos em iOS e Android.

Ainda foram lançadas duas outras funcionalidades. Uma delas permite minimizar o vídeo que você está assistindo, para uma exibição que continua sendo reproduzida no canto da tela enquanto você navega por outros conteúdos no Feed de Notícias. Você pode arrastar o vídeo para qualquer canto da tela e pode manter o vídeo tocando, como é possível ver na imagem abaixo.



**Figura 1 – Prinstscreen da tela do celular com um vídeo no canto esquerdo, enquanto o usuário segue observando o Feed de Notícias.**

Fonte: Página do Autor do Artigo<sup>5</sup>

A segunda trata-se de um novo aplicativo de vídeo do Facebook para TV. O aplicativo de vídeo para TV busca uma nova maneira de possibilitar aos usuários assistirem os vídeos do Facebook em uma tela maior como uma televisão. Outros aplicativos como o YouTube já vinham oferecendo este tipo de serviço. A nova aplicação permite ao usuário dar continuidade a sua experiência audiovisual em uma televisão, enquanto simultaneamente segue curtindo e compartilhando no Facebook.

Por isso, quando falamos em assistir ao Facebook, pretendemos trazer para o debate este processo de reestruturação das mídias. Com o surgimento da Internet muito se fala sobre o fim do jornal, a extinção da televisão, do rádio e de outras mídias nos formatos como elas são hoje. Em nosso estudo nos interessa observar que apesar de todas as novas funcionalidades propostas pelas redes sociais, a maior parte do que é produzido, o modo como é produzido e principalmente o modelo comercial, pouco evoluíram. O que vemos são constru-

<sup>5</sup> Facebook.com

ções televisivas se atualizando no Facebook. A experiência pode propor novas interações, no entanto, as ethcidades televisivas, o ato de sentar em frente ao aparelho e consumir vídeos que seguem sendo reproduzidos, é própria da televisão. É como se as redes sociais emulassem a experiência televisiva.

Apesar de um constante anseio por algo novo, as novidades nestes casos não garantem mudanças no modo como são estruturadas as relações comunicacionais. Apesar da revolução tecnológica, o que ainda rege a estrutura do Facebook são ethcidades e molduras televisivas.

O eixo das MOLDURAS, entendendo-se:

- as molduras como as molduras, quase-molduras e molduras virtuais, em geral sobrepostas, que instauram, no interior de suas bordas ou manchas (incluindo aí as molduras filtro), territórios de significação;
- a molduração como um procedimento de ordem técnica e estética que realiza certas montagens no interior das molduras;
- e o emolduramento como o agenciamento dos sentidos (pessoal e culturalmente referenciado). (KILPP, 2002, p.3)

## Ethcidades Televisivas no Facebook

Antes de falarmos sobre as Ethcidades Televisivas no Facebook é importante que possamos entender o que são as Ethcidades na própria televisão, realizando assim no decorrer do texto uma descrição comparativa entre pontos que acreditamos que se encostam no que diz respeito às semelhanças entre a televisão e o Facebook. Segundo Kilpp,

As mais sólidas ethcidades televisivas são as “emissoras televisivas”, os “canais de televisão”, os “gêneros”, os “programas”, as outras unidades televisivas autônomas (os “promos” e os “comerciais”), os “panoramas televisivos” com suas moldurações intrínsecas, a “programação” e a própria “televisão”. (KILPP, 2002, p. 5)

Uma das molduras próprias da televisão e que para Kilpp (2002) “as emissoras mais resistem em alterar” é a relação entre a grade de programação e o fluxo, ou no caso a própria programação. Ao observarmos o Facebook enxergamos uma semelhança na forma de construção de movimento dentro do site, o que nos conduziu a realizar um atravessamento prático/conceitual entre a Grade de Programação com a Linha do Tempo e o Fluxo com o Feed de Notícias, a partir de suas molduras, moldurações e ethcidades.

Nos termos do emolduramento desta abordagem, a televisão é virtualmente (eticamente) um composto de molduras, moldurações e ethcidades televisivas que dão a ver, com certos sentidos, os imaginários televisíveis. Ela se atualiza de certos modos nas práticas de emissoras de TV, produtores e criadores de programas e outras unidades autônomas, para o que intervêm, mais ou menos decisivamente, não apenas os espectadores, mas todas as pessoas e organizações que ingerem sobre o mundo das mídias. A televisão, na medida em que também se enuncia eticamente e está assujeitada nas práticas das moldurações que pratica, ela mesma é televisiva como todas as ethcidades de cuja enunciação participa. (KILPP, 2002, p. 9)

Contudo, para compreendermos quais são estes atravessamentos é importante explicar o que são a Linha do Tempo e o feed de notícias. A Linha do Tempo é onde o usuário pode ver suas publicações ou as publicações em que foi marcado, organizadas por data. A Linha do Tempo também faz parte do perfil. Nela você pode adicionar uma foto de capa, editar suas informações básicas, ir para histórias do passado, visualizar um registro de sua atividade no Facebook, mostrar as histórias que deseja destacar, adicionar eventos cotidianos, atualizar seu status, ver e adicionar fotos, compartilhar suas atividades em aplicativos e ver os destaques de cada mês. Na linha do tempo estão listadas cronologicamente todas as

ações acima mencionadas, contudo, você também pode acrescentar informações anteriores a sua data de entrada, ou relativas a momentos os quais você gostaria de registrar em uma data específica na qual não foi possível. Por exemplo, você pode registrar no Facebook a sua data de nascimento e colocar uma foto na sua linha do tempo no ano em questão. Assim como você pode encontrar uma foto de formatura, acrescentar ao ano em que você finalizou a graduação e registrar esse momento na data do ocorrido, marcando amigos e familiares por exemplo. A Linha do Tempo, representada abaixo na figura 2, é uma maneira de organizar suas informações dentro do seu perfil. Você constrói um espaço com informações, fotografias, aplicativos, jogos, preferências, gostos que são arranjados temporalmente nesta linha. É um modo bastante linear e, aparentemente, pouco interessante de observar os fatos em si no Facebook, pois estrutura a *narrativa* temporal através de uma ideia de espaço. Assim como a grade de programação da televisão, completamente espacializada. A grade apenas fornece a informação sobre o que já está ali disponível, apresenta linearmente o que será possível 'ver' na programação. É importante, neste caso, fazer uma abstração no caso do Facebook. Na rede social, cada Linha do Tempo de um usuário ou página seria uma espécie de canal de televisão, cada atividade ou postagem, um novo programa, e os números de curtidas e compartilhamentos, a audiência. Ao entrar na Linha do Tempo seria possível ver a grade de programação, mas assim como na televisão, a grade é responsável por uma organização espacial mais do que por uma característica que gere fidelização do usuário. É a relevância do programa que leva o usuário a procurar o canal. O Feed de Notícias simularia o ato de assistir televisão com o controle remoto na mão. São apresentadas inúmeras atualizações (programas) que apesar de especializadas na Linha do Tempo (grade de programação) aparecem no fluxo. O usuário (telespectador) escolhe se quer ler uma notícia, se assiste ao vídeo, se irá comentar ou compartilhar a publicação. Ao mesmo tempo, pode pas-

sar pela publicação sem nenhuma interação. Seria como trocar de canal, descartando o interesse sobre aquela programação oferecida. Na imagem abaixo, destacada no retângulo, na parte superior, logo do surgimento da operacionalidade, o site incluía a seguinte frase: *Sua Linha do Tempo está viva/ao vivo agora*. Uma referência bastante interessante ao fato de que uma das grandes qualidades da televisão é justamente a possibilidade de ser vista ao vivo, assistida por um público em comum, que divide a experiência coletiva de assistir a algo. Atualmente, uma ferramenta bastante utilizada é o Facebook Live que permite ao usuário ou página entrar ao vivo.



**Figura 2 - Imagem da Primeira Timeline desenvolvida, destacando que a linha do tempo está viva, ao mesmo tempo em que apresenta uma linha lateral com os anos de utilização do usuário.**

**Fonte: Site DreamGrow6**

Outra ferramenta recente é o Facebook Live Map<sup>7</sup>, uma área especial onde é possível descobrir vídeos Live em todo o mundo. Como é possível ver na imagem a seguir, o Mapa do Facebook Live<sup>8</sup>

6 <http://www.dreamgrow.com/enable-facebook-timeline-right-now/>

7 <https://br.newsroom.fb.com/news/2016/04/facebook-apresenta-novas-maneras-de-criar-compartilhar-e-descobrir-videos-live/>

8 <https://canaltech.com.br/tutorial/facebook/facebook-lanca-mapa-de-transmissoes-ao-vivo-saiba-como-usar/>

oferece uma janela para observar o que está acontecendo no mundo, exatamente agora. Os pontos azuis no mapa representam todos os streamings ao vivo que estão acontecendo no momento. Ao passar o mouse sobre eles, a rede social exibe o título da transmissão, o tempo de vídeo desde que o usuário entrou no ar, uma captura de tela e também o número de pessoas que estão assistindo. *Clicar* nos leva diretamente para o streaming e também abre a janela de comentários ao lado. Ao passar a seta do mouse sobre um dos pontos azuis, vemos várias linhas que o ligam a diferentes lugares do mundo. Aqui, se trata de uma estimativa de engajamento, mostrando de que localidades estão vindo as visualizações e usuários que estão assistindo à transmissão. As *lives* mais acessadas também ganham destaque. É aqui, inclusive, que está um dos principais construtos do Live Map. Ao abrir um mapa com todas as transmissões ao vivo que estão acontecendo naquele momento, o Facebook expande o alcance dos vídeos para além de seu próprio círculo. Enquanto, originalmente e em teoria, elas ficariam restritas ao círculo de amigos ou grupos, os streamings agora podem ser acessados por usuários de todo o mundo, basta que alguém clique neles. O Live Map está ao vivo, e cria esta construção tão própria das televisões.



Figura 3 - Imagem do Facebook Live Map em tempo real, mostrando em que locais do mundo há pessoas ao vivo.

Fonte: Live Map do Facebook<sup>9</sup>

Retomando nosso pensamento, vamos agora falar sobre o feed de notícias. No Facebook trata-

-se de uma lista atualizada constantemente com histórias de pessoas e páginas que o usuário segue no Facebook. As histórias do feed de notícias incluem atualizações de status, fotos, vídeos, links, atividades de aplicativos e curtidas. Mas é preciso saber que existe um algoritmo que direciona quais histórias acabarão aparecendo em maior número na sua página. Elas normalmente são influenciadas por suas conexões e atividades no Facebook. A ideia por trás dessa construção da usabilidade é que você tenha acesso a histórias que sejam do seu interesse, compartilhadas pelos amigos com quem você mais interage. O número de comentários e curtidas que a publicação recebeu, bem como o tipo da postagem (por exemplo: foto, vídeo, atualização de status), também podem torná-la mais propensa a aparecer no seu feed de notícias. Ou seja, não trata-se de um *feed* simplesmente construído para que o usuário acesse as informações de pessoas próximas. O algoritmo procura quais as postagens com maior 'audiência' e oferece ao usuário a melhor programação possível, segundo dados de curtidas e compartilhamentos. Os algoritmos da rede social são estruturados para escolher o que mostrar para você e, principalmente, quando fazer isso. O conteúdo distribuído em nosso *feed de notícias* não é resultado de uma programação que busca entregar uma média dos materiais publicados por amigos ou páginas curtidas, mas sim o conteúdo que o Facebook entende que gostaríamos de ver naquele momento. Assim como os canais de TV. É como se de algum modo, as melhores 'postagens/programas' estivessem no horário nobre da grade.

Se o usuário tem consciência deste fato, pode procurar interagir com diferentes pessoas, ou procurar outras páginas do Facebook para modificar um pouco a atualização do seu próprio perfil. Digamos que você tenha interesse em notícias sobre tecnologia e haja uma página com informações que te interessam. Se você além de *curtir* a página também der *like* em outras postagens, o algoritmo do Facebook entende que você se interessa

<sup>9</sup> <https://www.facebook.com/livemap>

por estas postagens. Ter esta consciência de que o usuário pode fazer escolhas é importante. Evita essa transparência do algoritmo que acaba 'escolhendo' os conteúdos que ele acredita serem melhores para os usuários.

O mais interessante do feed de Notícias do Facebook é a sua constante atualização. É claro que constantemente descemos a barra de rolagem e acompanhamos notícias ou compartilhamentos recentemente enviados, mas ao mesmo tempo estamos sempre curiosos para saber o que está por vir, estamos sempre na expectativa de novas histórias. Assistir ao Feed de Notícias é semelhante à ação de assistir à televisão. Se reconhecemos o feed enquanto fluxo, semelhante ao da televisão, perceberemos que se trata de uma interface que procura tornar opacos os seus movimentos, conduzindo o usuário a uma experiência que constrói uma constante impressão de duração. Uma outra característica televisiva que a internet também utiliza é o reaproveitamento de outras mídias, o que Kilpp chama de 'reciclagem de restos culturais'.

Mas, retomando a questão da publicidade, é importante observar ainda outro ponto. Enquanto o usuário vive a experiência do feed no Facebook, ele pode ver postagens sobre atualizações do Facebook e também links patrocinados. Comerciais ou propagandas direcionadas especificamente para o usuário. Na televisão, estes dois materiais, são o que Kilpp chama de "unidades televisivas autônomas", e de acordo com sua análise seriam as promos e os comerciais de televisão, também aparentes no Facebook em meio a sua 'programação'.

Outro moldura que precisamos levar em consideração é o modelo de negócio do Facebook. Em suas próprias páginas o Facebook enaltece o fato de ter alcançado seu maior sucesso desde que trocou o modelo de negócios da internet pelo usado pelas redes de TV.

Segundo Michael Wolff,

Por um lado, em sua proposta de venda para anúncios em vídeo, o Facebook demonstra sua habilidade de roubar verbas de anúncio de redes e TVs a cabo. (este trecho é do roteiro de vendas do Facebook):

1. Você quer estar onde as pessoas estão. Mudar o comportamento do consumidor deve pesar na sua decisão de onde gastar sua verba de marketing.
2. Você quer chegar a todas as pessoas importantes para você. O Facebook tem um alcance segmentado sem paralelos.
3. Você quer estar na plataforma digital mais envolvente, que, como você acabou de ver, é o feed de notícias do Facebook.

A *Forbes*, ao repercutir a proposta do Facebook e também a promessa de vinte anos da mídia digital, alertou em sua cobertura de nova iniciativa de vendas do Facebook: 'Redes de televisão, o Facebook está vindo para o seu negócio. Não digam que não avisamos.' (WOLFF, M., 2015, p.73)

Uma afirmação contundente, mas que reforça nossa crença no fato de que os imaginários televisíveis possam se expandir em outras práticas, atualizando-se em outras mídias. Assim como um dia outros meios influenciaram no que hoje podemos chamar de *Ethidades Televisivas*, procuramos compreender como as molduras televisivas se atualizam no Facebook e como elas podem futuramente dar a ver ethidades próprias das redes sociais.

Contudo, neste momento, o que estamos observando são estas aproximações do Facebook com a televisão. Por isso, gostaríamos de apresentar ainda duas características do Facebook próprias de emolduramentos televisivos. A primeira delas é a reprodução automática do Facebook. A atualização faz com que ao fim de uma exibição, o Facebook inicie automaticamente a próxima, de acordo com os vídeos relacionados ao que foi originalmente assistido. O modo como a interface se comporta, possível de ver na imagem seguinte, se assemelha muito a experiência televisiva.

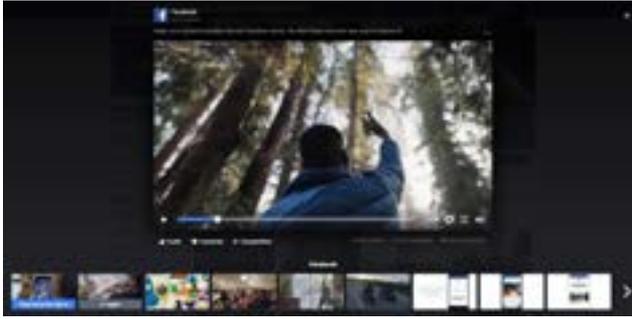


Figura 4 - Printscreen da reprodução automática de vídeos em um desktop. Fonte: Registrada pelo Autor.<sup>10</sup>

Outro fator que deixa bastante claro o interesse do Facebook e sua aproximação com a televisão é a declaração de que conjuntamente com estúdios de Hollywood procura iniciar a produção de programas de TV, com o objetivo de lançar uma programação original.<sup>11</sup> Ou seja, enquanto as mídias tradicionais cada vez mais buscam novas formas de atraírem publicidade e telespectadores, o Facebook investe em um modelo bastante conhecido, o da televisão. Recentemente em 2018, o Facebook lançou no Instagram, uma de suas plataformas, o IGTV, ou Instagram TV. Segundo o Facebook, o IGTV é construído para o modo como você realmente usa seu telefone, portanto, os vídeos são em tela cheia e verticais. Além disso, ao contrário do Instagram, os vídeos não estão limitados a um minuto. Em vez disso, cada vídeo pode durar até uma hora.

Semelhante ao processo de ligar a TV, o IGTV começa a tocar assim que você abre o aplicativo. Você não precisa pesquisar para começar a assistir ao conteúdo de pessoas que você já segue no Instagram e outras que você possa gostar com base nos seus interesses.

Podemos dizer assim que as coisas (ou ethicidade, nos termos de Kilpp, 2003) ou não-coisas (nos termos de Flusser, 2002) dos vídeos encontrados

<sup>10</sup> <https://www.facebook.com/pg/FacebookBrasil/videos>

<sup>11</sup> <https://www.wsj.com/articles/facebook-is-going-hollywood-seeking-scripted-tv-programming-1498388401>

nos sites analisados são ethicidades remediadas, já que procedem (significativamente) de molduras televisuais. Elas trazem da televisão os mesmos padrões (ou hábitos) enunciativos, representações características (em termos de molduras e moldurações, repetimos) da mídia TV e que, mesmo quando colocadas em outro ambiente, neste caso a web, permanecem com características enunciativas de sua origem, atravessadas pelas da web, que a sua vez é um largo território de remediações das mídias precedentes. (KILPP, RISSE, 2012, p.298)

## Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986a. v. 1. p. 165-196.

BERGSON, Henri. *Memória e Vida / Henri Bergson; textos escolhidos por Gilles Deleuze*. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

KILPP, Suzana. *Apontamentos para uma história da televisão no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

\_\_\_\_\_. *A traição das imagens: espelhos, câmeras e imagens especulares em reality shows*. Porto Alegre: Entremeios, 2010.

\_\_\_\_\_. Ethicidades Televisivas: Molduras e Moldurações. *Revista Fronteiras: estudos midiáticos*, São Leopoldo, v. 4, p. 209-218, 2002.

\_\_\_\_\_. *Ethicidades televisivas, sentidos identitários na TV: moldurações homológicas e tensionamen-*

tos. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

\_\_\_\_\_. Voyeurismo televisivo, reality shows e brasilidade televisiva. *Intexto*, Porto Alegre, v. 1, n. 10, p. 1-13, jan./jun. 2004. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/intexto/article/download/3637/4438>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

KILPP, Suzana; FISCHER, Gustavo. Janelas de Flusser e Magritte: O que é, afinal, um webvídeo? *Intexto*, Porto Alegre, v. 2, n. 23, p. 36-49, jul./dez. 2010.

KILPP, Suzana; RISSE, Lorena. Estatuto do audiovisual de TV na internet. *Contemporanea: Comunicação e Cultura*, Salvador, v. 10, n. 2, p. 289-301, maio-ago. 2012.

McLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1964.

WOLFF, Michael. *Televisão é a nova Televisão*. Tradução de Ana Paula Corradini, Guilherme Miranda, Luiza Leal da Cunha. 1. ed. São Paulo: Globo, 2015.

**William Mayer** - Realizador Audiovisual, mestre e doutorando em Comunicação Social pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Membro do grupo de pesquisa TCAV - Tecnocultura e Audiovisualidades. **E-mail:** mayer.william@gmail.com

**Recebido: 07 jul. 2018**

**Aprovado: 20 dez. 2018**

# **Territórios midiáticos da TV aberta no estado de São Paulo e sua relação com o desenvolvimento regional**

## **Media territories of the open TV broadcasters in the state of São Paulo and its relationship with regional development**

**Rosimara de Cássia da Silva Batista**

Universidade de Taubaté  
Taubaté, SP, Brasil

**Quésia Postigo Kamimura**

Universidade de Taubaté  
Taubaté, SP, Brasil

**Monica Carniello**

Universidade de Taubaté  
Taubaté, SP, Brasil

## Resumo

Concentradas nas mãos de grandes grupos privados de comunicação, as redes de televisão, com concessão pública para TV aberta, além da grade nacional também destinam parte de sua programação para a veiculação de conteúdos locais, por meio de suas afiliadas espalhadas pelo interior. Apesar de muitas vezes estarem inseridas na mesma região, as emissoras de TV nem sempre têm a mesma área de cobertura. A fim de compreender como essas empresas se articulam para contribuir com o desenvolvimento regional, esta pesquisa se propõe a mapear os territórios midiáticos, ou seja, a área geográfica de cobertura local, definidos pelas emissoras comerciais de televisão aberta, no estado de São Paulo, com enfoque na cobertura jornalística regional feita pelas três redes de comunicação da região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale). O método delimita-se como exploratório, bibliográfico e documental, de abordagem qualitativa. O estudo constatou, que no interior de São Paulo, a cobertura jornalística regional é realizada por 27 redes de TV de quatro grandes grupos de comunicação: Rede Globo, Band, SBT e Record. Em meio à grande extensão territorial do estado, constatou-se que a maioria trabalha com áreas diferentes de coberturas, que se sobrepõem às fronteiras físicas e administrativas das regiões onde estão inseridas.

## Abstract

Concentrated in the hands of large private communication groups, television networks, with public concession for open TV, besides the national grid also allocate part of their programming to the broadcast of local contents, through their affiliates scattered throughout the interior. Although they are often in the same region or city, TV broadcasters do not always have the same coverage area. In order to understand how these companies articulate themselves to contribute to regional development, this research proposes to map the media territories, that is the geographic coverage area for local coverage, defined by the commercial broadcasters of open television in the state of São Paulo, focusing on the regional journalistic coverage made by three communication networks of the Região Metropolitana do Vale do Paraíba (RMVale). The method is delineated as exploratory, bibliographic and documentary, with qualitative approach. The study found that in the interior of São Paulo, regional news coverage is carried out by 26 TV networks, between own and affiliated broadcasters of four major communication groups: Rede Globo, Band, SBT and Record. In the middle of the great territorial extension of the state, it was verified that the majority works with different areas of coverage that overlap the physical and administrative borders.

## Palavras-chave

Mídia Regional; Televisão Aberta; Territórios Midiáticos; Desenvolvimento.

## Keywords

Regional media; television open; media territories; development

## Introdução

Entre os veículos de massa, a televisão, doravante TV, mesmo com o avanço da internet, ainda está entre os mais acessados, e com grande poder de influência. A Terceira Pesquisa Brasileira de Mídia 2016, elaborada pela Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR), destaca que apesar do consumo abundante de conteúdo na rede mundial de computadores, os cidadãos conectados buscam nos meios tradicionais a validação daquilo que veem. De acordo com a pesquisa sobre os hábitos de consumo de mídia da população brasileira, dos 15.050 entrevistados em todas as regiões do país, 63% apontaram a TV como o meio de comunicação mais utilizado por quem busca informações sobre o que acontece no Brasil. A internet vem em segundo lugar com 26%, seguida do rádio com 7% e do jornal impresso com 3%. No estado de São Paulo, essa preferência pela TV também foi apontada 59% dos entrevistados, seguida da internet com 31%, o rádio com 5% e o jornal com 3%. O índice de confiança nas notícias veiculadas na TV também é quantificado pela pesquisa com os seguintes índices: 28% confiam sempre, 26% confiam muitas vezes, 38% confiam poucas vezes e 8% nunca confiam. Já com relação ao meio de comunicação mais utilizado, independente do motivo do acesso, 89% afirmam na mesma pesquisa ser a TV.

Explicitada a representatividade da televisão no contexto contemporâneo, esta pesquisa se propõe a mapear os territórios midiáticos, ao identificar a área geográfica para cobertura local, definidos pelas emissoras comerciais de televisão aberta, no estado de São Paulo, com enfoque na cobertura jornalística regional feita pelas três redes de comunicação da região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale).

## Comunicação para o desenvolvimento

Este estudo parte de uma perspectiva em que a comunicação é pensada para o desenvol-

vimento. A regionalização dos conteúdos na TV tende a aproximar o telespectador de sua região, motivando sua participação como cidadão no exercício da democracia. Marco teórico nos estudos de Comunicação de Massa e Desenvolvimento, Wilbur Schramm (1976), na década de 1970, já destacava o papel das mídias como “motor do desenvolvimento nacional” e não só como agentes de informação. Schramm (1976, p. 178) afirma que “a serviço do desenvolvimento nacional os veículos de massa são agentes da transformação social.” E a partir dessa reflexão destaca-se a comunicação como um importante canal nas discussões sobre o desenvolvimento de uma região ou território. A relação dos veículos locais com o Desenvolvimento Regional também é fundamentada por Melo et al (2006) no livro *Regionalização Midiática*, em que o conceito de “comunicação para o desenvolvimento assumiu nítido contorno regionalista” (MELO, 2006, p. 16). A partir dessa premissa pode-se afirmar que o envolvimento da sociedade nas questões econômicas, políticas, culturais ou sociais, depende do quanto as pessoas conhecem o local onde vivem e são estimuladas a participar. Nesse contexto, é importante ressaltar a responsabilidade dos veículos locais, já que informação também gera conhecimento e por sua vez revela as competências. Sousa (2006, p. 104) destaca que a “comunidade também tem saberes que precisam ser conhecidos, discutidos, considerados nos processos de produção da notícia.”

Peruzzo (2005, p. 75) afirma que a “mídia local denota uma comunicação baseada em informação de proximidade”, a qual de uma maneira geral cumpre uma importante função social. A autora ainda destaca que “a mídia local se ancora na informação gerada dentro do território de pertença e de identidade em uma dada localidade ou região” (PERUZZO, 2005, p.75).

No caso da televisão, o local passou a dividir espaço com o nacional a partir da instalação da rede de micro-ondas da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), no fim da década de 1969, quando

tiveram início as primeiras transmissões em rede nacional (PERUZZO, 2005). No ano seguinte, as grandes redes de comunicação já disponibilizavam o sinal da TV aberta na grande maioria do território brasileiro. Em meio à nacionalização da programação, as produções jornalísticas consolidaram a regionalização dos conteúdos na TV aberta em um processo encabeçado pela Rede Globo e seguido posteriormente pelas outras emissoras.

Na busca pela notícia, o telespectador, leitor ou ouvinte tende a priorizar os fatos locais. As pessoas querem ver na mídia sua história, seu povo, sua cultura. Bourdin (2001, p. 34) afirma, que " todo grupo de pertença é por princípio associado a um território." Em seu meio, o homem se define e constrói sua identidade, por meio do conhecimento de seu entorno imediato (BOURDIN, 2001, p. 35). Segundo Beltrão (2006, p. 81), "a informação, num sentido lato, é uma função biológica que consiste em perceber o real para satisfazer as condições da vida e do progresso da espécie." A partir da perspectiva local, portanto, faz-se necessário fundamentar os estudos sobre os conteúdos regionais nos veículos de comunicação de massa.

## Emissoras de TV Aberta no Brasil

Atualmente as redes de TV comerciais, com concessão pública, ou seja, aquelas que

transmitem a programação gratuitamente no sinal aberto, estão nas mãos de poucos e grandes grupos privados de comunicação, os quais destinam parte de sua programação a conteúdos locais, porém sempre vinculados à grade nacional, muito mais extensa, em que o objetivo final é a busca pela audiência (TOLEDO; CARNIELLO, 2016). A Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) aponta a existência de 517 emissoras de televisão no Brasil, sendo 317 comerciais e 204 educativas. Entre elas, cinco redes privadas concentram a audiência. Levantamento feito pelo Mídia Dados em 2018 mostra que a Rede Globo, incluindo suas afiliadas, é a única rede de televisão, que tem seu sinal distribuído em todos os municípios brasileiros. Somam-se a esse monopólio de comunicação na TV aberta o SBT, a Rede Record, o Grupo Bandeirantes e a Rede TV, como pode ser observado no quadro 1.

As demais emissoras comerciais se somam às redes de TVs educativas e religiosas, e complementam a audiência. Juntos, esses grupos comerciais fazem da televisão o veículo de comunicação ainda mais acessado no país e cancelam o resultado da terceira Pesquisa Brasileira de Mídia 2016.

Quadro 1 - Cobertura geográfica das redes de TV aberta no Brasil.

| REDE               | Municípios  |        | Domicílios com TV (mil) |        |
|--------------------|-------------|--------|-------------------------|--------|
|                    | nº absoluto | %      | nº absoluto             | %      |
| <b>Globo</b>       | 5.477       | 98,33  | 67.103.798              | 99,44  |
| <b>SBT</b>         | 4.908       | 88,11  | 65.264.584              | 96,72  |
| <b>Record</b>      | 4.354       | 78,17  | 63.331.666              | 93,85  |
| <b>Band</b>        | 3.561       | 63,93  | 60.708.123              | 89,97  |
| <b>Rede TV</b>     | 3.158       | 56,70  | 52.833.753              | 78,30  |
| <b>Record News</b> | 400         | 7,18   | 30.047.730              | 44,53  |
| <b>CNT</b>         | 271         | 4,87   | 24.577.148              | 36,42  |
| <b>Gazeta</b>      | 249         | 4,47   | 17.079.001              | 25,31  |
| <b>Total</b>       | 5.570       | 100,00 | 67.478.364              | 100,00 |

Fonte: Mídia Dados 2018

## Emissoras de TV Aberta no Estado de São Paulo

No estado de São Paulo, conforme o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC, 2018), existem 47 emissoras de TV comerciais autorizadas pela Resolução nº 284, de 7 de dezembro de 2001, da Anatel, a Agência Nacional de Telecomunicações. Além disso, se incluir

as retransmissoras, estações que “repetem” de forma simultânea o sinal da geradora de televisão para outros municípios, o uso do espectro alcança 1335 pontos de radiodifusão de som e imagem.

Como pode ser observado no quadro 2, em São Paulo, quatro redes de TV concentram a audiência na capital, e também no interior, por meio de suas afiliadas, empresas dos próprios grupos que se encarregam de exibir a programação regional.

Quadro 2 - Emissoras comerciais de TV aberta no estado de São Paulo e o número de municípios que formam a área de cobertura

| <b>TV GLOBO<br/>(área de cobertura)</b>                       | <b>TV BANDEIRANTES<br/>(área de cobertura)</b> | <b>TV RECORD<br/>(área de cobertura)</b> | <b>SBT<br/>(área de cobertura)</b>      |
|---|--|--|---|
| EPTV Central São Carlos<br>(42 cidades)                       | TV Band Vale<br>(39 cidades)                   | Record TV Rio Preto<br>(184 cidades)     | SBT RP - Ribeirão Preto<br>(85 cidades) |
| EPTV Ribeirão Preto<br>(66 cidades)                           | TV Band Campinas<br>(81 cidades)               | Record TV Paulista<br>(104 cidades)      | SBT Interior (202 cidades)              |
| EPTV Campinas<br>(49 cidades)                                 | TV Band SP Interior<br>(282 cidades)           | Record TV Interior<br>(101 cidades)      | SBT Sorocaba<br>(32 cidades)            |
| TV Vanguarda Taubaté e<br>São José dos Campos<br>(46 cidades) | TV B Band Litoral<br>(9 cidades)               | TV Record TVB<br>(62 cidades)            | SBT VTV<br>(61 cidades)                 |
| TV Tribuna (27 cidades)                                       | Band Sat<br>(100 cidades)                      | Record TV Vale/Litoral<br>(39 cidades)   | SBT Central<br>(90 cidades)             |
| TV Diário (10 cidades)  | TV Clube<br>(79 cidades)                       |  |   |
| TV TEM Sorocaba<br>(21 cidades)                               |  |  |   |
| TV TEM Bauru<br>(100 cidades)                                 |  |  |   |
| TV TEM Itapetininga<br>(53 cidades)                           |  |  |   |
| TV TEM S.J do Rio Preto<br>(144 cidades)                      |  |  |   |

Fonte: Elaborado pela autora com base no atlas de cobertura das redes de TV.

A rede Globo, além da capital, conta com a cobertura local de 12 afiliadas, no interior. O Grupo Bandeirantes de Comunicação, também com sede em São Paulo tem quatro emissoras próprias para realizar a cobertura regional, além do sistema Band Sat, que repete o sinal da rede nas demais regiões. Já a rede Record, além da capital, tem mais cinco emissoras próprias que fazem a cobertura desde o Litoral Norte e Sul, Serra da Mantiqueira e demais regiões do estado. E por fim, o SBT, que somada à capital tem duas emissoras próprias e três afiliadas conduzindo a cobertura local no interior. Em muitas regiões, essas emissoras estão instaladas nas mesmas cidades, porém nem todas distribuem o sinal para a mesma área de cobertura, quando comparado às fronteiras formais dos 645 municípios do estado.

## Territórios de mídia

Faz-se necessário ressaltar, que a proximidade da TV com o telespectador depende de como as emissoras distribuem o seu sinal de cobertura, o que consolida seu território midiático na dimensão geográfica, como também nos âmbitos políticos, econômicos, sociais, tecnológicos e culturais. Tomando como base a estreita relação entre comunicação e desenvolvimento regional (SEN, 2000; SCHRAMM, 1976), torna-se pertinente compreender a estruturação dos territórios midiáticos das emissoras de TV aberta no estado de São Paulo.

Os territórios midiáticos são definidos de acordo com a abrangência das emissoras de TV comerciais, o que consolida a audiência. Muitas delas, mesmo instaladas na mesma região ou cidade, trabalham com áreas diferentes de cobertura, que se sobrepõem a fronteiras físicas e, conseqüentemente, a administrativas. O mapa de cobertura visa a atingir o maior número de pessoas, para que dessa forma a emissora possa valorizar os preços de seus anúncios, ampliando assim, as possibi-

lidades de faturamento nos espaços destinados à publicidade.

[...] A necessidade de alcançar grande número de audiência, a restrição da disponibilidade de espectro magnético e a ausência do impedimento legal, faz com que as redes invistam em desenvolver estações afiliadas, a fim de obter inserção em todo mercado de TV, em instâncias locais e regionais. Essas afiliadas basicamente oferecem audiência às emissoras, em troca de programação, gerando assim mais audiência e anúncios a ambas. (ANCINE, 2010, 22).

Dentro das discussões sobre comunicação e desenvolvimento regional, é importante destacar a definição de território e territorialização, sob a ótica da interdisciplinaridade. Segundo Dallabrida e Becker (2008) territorialização é o processo de apropriação do espaço[...] O território é, então, o espaço territorializado, apropriado. É lugar de relações, relações sociedade-natureza e homens-homens, em função disso, espaço de ação e de poder", (DALLABRIDA; BECKER, 2008, p. 8). É no espaço territorializado que se inicia a percepção de desenvolvimento, que no caso dos territórios midiáticos, onde em muitas regiões as fronteiras físicas são extrapoladas para a amplitude da cobertura das emissoras de televisão, deve ser pensado envolvendo também questões que vão além do espaço geográfico.

Em Território e Sociedade, Santos (2004) associa o campo da comunicação ao conceito de território, como espaço de relações e afirma que "o importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento", (SANTOS, 2004, 26).

Para este mapeamento, buscou-se fazer um cruzamento das emissoras de TV Aberta com as

regiões administrativas do estado de São Paulo, a fim de observar lacunas na cobertura regional, em outras áreas do estado.

## Método

O método delinea-se como exploratório, bibliográfico e documental, de abordagem qualitativa. Como procedimento para coleta de dados foram usadas fontes bibliográficas, como estudos sobre TV aberta e regional, informações disponibilizadas pelas emissoras na internet e publicações da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC).

## Emissoras comerciais de TV Aberta no Estado de São Paulo

O estado de São Paulo, formado por 645 municípios, é dividido em 15 regiões administrativas, que por sua vez também são subdivididas em 42 regiões de governo (SEADE, 2018). Todos os dados da área de cobertura das emissoras descritos a seguir, foram obtidos junto ao atlas de cobertura das redes de TV na internet.

A Região Administrativa Central reúne 26 municípios que concentram uma população de 1.010.368 habitantes, segundo a Fundação SEADE. De acordo com o Ministério das Comunicações, nessa região, os moradores recebem o sinal de seis redes de televisão, sendo apenas duas comerciais. A EPTV Central, em São Carlos, é uma das quatro emissoras das Empresas Pioneiras de Televisão, uma rede regional e interestadual, afiliada da Rede Globo, com sede em Campinas, e estúdios também em Ribeirão Preto e em Varginha, estado de Minas Gerais, conforme consta no portal da emissora na internet. Nessa região ela gera sua programação local para 42 municípios, abrangendo uma população de 1 milhão 862 mil habitantes. Percebe-se então, que a emissora tem uma área de

cobertura superior à região administrativa em que sua sede está inserida. A TV Clube, afiliada da TV Bandeirantes, mantém seus estúdios em Ribeirão Preto, que fica em outra Região Administrativa, e uma sucursal em São Carlos. Em seu site na internet, consta que a emissora cobre 79 municípios a partir de quinze estações repetidoras. Mais um território midiático que ultrapassa as fronteiras formais da região.

Com uma população de quase 773 mil habitantes, a **Região Administrativa de Araçatuba** é formada por 43 municípios (SEADE, 2018). Porém, as emissoras de TV aberta que operam nessa região ficam em outras duas regiões distintas: São José do Rio Preto e Presidente Prudente. A TV TEM São José do Rio Preto, afiliada da Rede Globo, é uma das quatro emissoras da rede regional de televisão que também tem sedes em Sorocaba, Bauru e Itapetininga. Sua programação é exibida para 144 municípios, cerca de 2 milhões de pessoas. A emissora tem duas sucursais em Araçatuba e Votuporanga e também avança a cobertura para além da fronteira formal da região. Já a TV Band SP Interior, afiliada da Bandeirantes, com sede em Presidente Prudente cobre 282 cidades, incluindo também as regiões de São José do Rio Preto, Bauru e Marília, totalizando 5 milhões e 920 mil telespectadores. A Record TV Rio Preto é uma emissora própria com sede em São José do Rio Preto, ou seja, outra região administrativa. Seu sinal alcança 184 cidades com um total de 3 milhões e 900 mil habitantes, e abrange também a região administrativa de Presidente Prudente. O SBT Interior, afiliada do SBT, abrange 202 municípios, com emissoras em três regiões administrativas diferentes: Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. Sua programação atinge 3 milhões e 300 mil telespectadores.

A Região Administrativa de Barretos é formada por 19 municípios e 432 mil 859 habitantes. Entre as emissoras de TV Aberta, a EPTV Ribeirão Preto, afiliada da Rede Globo distribui o seu sinal

para 66 municípios, totalizando 2 milhões 197 mil habitantes. Ela ainda possui uma sucursal em Franca. Nessa região, a população também recebe o sinal da TV Clube, afiliada da TV Bandeirantes, sediada em Ribeirão Preto, e que já foi mencionada no início do mapeamento, na Região Administrativa Central. O SBT RP é uma emissora própria do SBT, com sede em Ribeirão Preto e cobre 85 municípios abrangendo uma população de 3 milhões 598 mil pessoas, conforme o atlas de cobertura da emissora. A Record TV Interior é uma emissora própria da TV Record, com sede em Franca e Ribeirão Preto, e uma sucursal em São Carlos. A área de cobertura envolve 101 municípios com quatro milhões de telespectadores. E é caracterizada como a maior cobertura local de toda a rede no estado de São Paulo.

A Região Administrativa de Bauru é formada por 39 municípios divididos em três regiões de governo: Bauru, Jaú e Lins. A população é de 1 milhão, 110 mil e 773 pessoas (SEADE, 2018). A programação da TV TEM, afiliada de Rede Globo, abrange 100 municípios e mais de 2 milhões de telespectadores. A Record TV Paulista, com sede em Bauru e uma sucursal em Marília, emissora própria da TV Record, abrange 104 municípios e 4 milhões de telespectadores. A Band SP Interior, afiliada da Bandeirantes em Presidente Prudente, já foi mencionada anteriormente. O SBT Central, emissora própria da rede em Jaú, transmite sua programação para 90 cidades. Da mesma forma, nessa região todas as emissoras extrapolam a área de cobertura para além das fronteiras da região administrativa.

A Região Administrativa de Campinas integra 90 municípios e está dividida em sete regiões de governo: Bragança Paulista, Campinas, Jundiaí, Limeira, Piracicaba, Rio Claro e São João da Boa Vista. Ela concentra uma população de 6 milhões, 816 mil pessoas (SEADE, 2018). A EPTV Campinas, afiliada da

Rede Globo, leva sua cobertura regional para 49 municípios que totalizam uma população de 4 milhões, 492 mil habitantes. A VTV é afiliada do SBT e sua programação abrange 61 municípios que concentram mais de 6 milhões de pessoas. A Band Campinas, emissora própria da TV Bandeirantes, alcança 81 cidades com população estimada em 6 milhões, 832 mil habitantes. E a TVB Campinas, afiliada da TV Record, cobre 62 municípios com população estimada em 6 milhões de pessoas. Ao contrário das demais regiões, as emissoras instaladas nessa região não abrangem a totalidade das cidades, tendo em vista, que municípios de parte da região administrativa de Campinas, recebem sinal das emissoras que dividem seus territórios midiáticos além das fronteiras formais, como é o caso da afiliada da Rede Globo, TV Vanguarda, instalada no Vale do Paraíba, mas que abrange parte dessa região, a Bragantina, incluindo cidades como Atibaia e Bragança Paulista, como ainda será demonstrado nesta pesquisa.

A Região Administrativa de Franca tem 747.038 habitantes distribuídos em 23 municípios. As emissoras de TV aberta que cobrem essa região, já foram citadas neste mapeamento, sendo elas a EPTV Ribeirão Preto, TV Band Clube Ribeirão, Record TV Interior e o SBT RP. Apesar da proximidade, a maioria das emissoras também exibe os sinal para além da fronteira administrativa.

A Região Administrativa de Itapeva é formada por 30 municípios, totalizando uma população de 528.288 habitantes. Ela está inserida na área de cobertura de mais uma emissora do grupo TV TEM, afiliada da Rede Globo em Itapetininga. Ela abrange 53 municípios e uma população de mais de 1 milhão de pessoas. A TV Bandeirantes não possui sede nessa região, que recebe a programação da capital, via satélite, pelo sistema Band Sat. Já a programação do SBT é exibida pela afi-

liada TV Sorocaba, cuja área de cobertura abrange 32 cidades, aproximadamente 2 milhões e 800 mil telespectadores. A região também está inserida na área de cobertura da Record TV Paulista, emissora própria da TV Record, já citada neste mapeamento.

Na Região Administrativa de Marília são 973.642 habitantes em 51 municípios, divididos em quatro regiões de governo: Assis, Marília, Ourinhos e Tupã. A cobertura regional das emissoras de TV aberta é feita pelas emissoras, também já citadas: a TV TEM Bauru, TV Band SP Interior, Record TV Paulista e o SBT Central.

A Região Administrativa de Presidente Prudente concentra uma população de 857.743 habitantes, distribuídos em 53 municípios divididos nas seguintes regiões de governo: Presidente Prudente, Dracena e Adamantina. A TV Fronteira, sediada em Presidente Prudente, afiliada da Rede Globo, abrange 56 municípios, totalizando cerca de 884 mil telespectadores, e mantém ainda uma sucursal em Dracena. As demais emissoras, que realizam a cobertura local nesta região, já mencionadas, são a TV Band SP Interior, SBT Interior e Record TV Rio Preto.

A Região Administrativa de Registro é uma das menores, tem apenas 272.799 habitantes e é formada por 14 municípios. A TV Tribuna, afiliada da Rede Globo, está sediada em Santos e cobre 27 municípios, que totalizam 2 milhões de telespectadores. A programação do SBT é exibida pela afiliada TV Sorocaba, já mencionada anteriormente. Nessa região a TV Bandeirantes também não possui afiliada nem emissora própria, e a região recebe o sinal pelo sistema Band Sat. A região está inserida na área de cobertura da Record TV Vale/Litoral, emissora própria da TV Record, com sede em Santos e São José dos Campos. A emissora leva seu sinal para 39 cidades do Vale do Paraíba, Ser-

ra da Mantiqueira, Litoral Norte, Baixada Santista, e ainda do Vale do Ribeira, totalizando 4 milhões e 200 mil telespectadores.

A Região Administrativa de Ribeirão Preto é formada por 27 municípios e concentra uma população de 1 milhão 366 mil e 570 habitantes. Todas emissoras que cobrem esta região já foram mencionadas: EPTV Ribeirão Preto, TV Band SP Interior, Record TV interior e SBT RP.

Na Região Administrativa de Santos, apesar de serem apenas 9 municípios, eles concentram 1 milhão, 798 mil e 230 habitantes. A programação da TV Globo é gerada pela TV Tribuna, mencionada já na região de Registro. A TV B Band Litoral é uma emissora afiliada da TV Bandeirantes com sinal distribuído para 9 cidades dessa região, abrangendo uma população de 1 milhão, 825 mil e 129 telespectadores. Já a programação da TV Record é feita pela Record TV Vale/Litoral também mencionada anteriormente. E o SBT tem o seu sinal distribuído pela afiliada VTV, outrora mencionada neste mapeamento. Municípios dessa região também retransmitem a programação da TV Gazeta, emissora integrada à Fundação Casper Líbero, e que leva o sinal para 146 municípios paulistas, porém toda a produção dos programas é feita na capital.

A Região Administrativa de São José dos Campos, formada por 39 municípios, tem uma população de 2 milhões, 446 mil e 221 habitantes. Nela, a cobertura regional é feita por três emissoras: A TV Vanguarda, afiliada de Rede Globo, sediada em São José dos Campos e Taubaté, abrange 46 cidades totalizando 2 milhões e 835 mil telespectadores no Vale do Paraíba, Litoral Norte, Serra da Mantiqueira e Região Bragantina. A TV Band Vale, emissora própria da Band, tem sede em Taubaté e distribui o sinal para 39 cidades do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira, totalizando uma cobertura para 2 milhões e 420 mil telespectadores. Por fim, a Record TV Vale Litoral, emissora própria da rede Record distribui o

sinal gerado em Santos no litoral sul paulista, também para 24 municípios do Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte. Somada à região da Baixada Santista, totalizam-se 39 cidades e uma população de 4 milhões e 200 mil telespectadores. Percebe-se aqui, que duas das três emissoras extrapolam as fronteiras da região.

Tem-se ainda a Região Administrativa de São José do Rio Preto, uma das maiores em número de cidades, pois integra 96 municípios que totalizam 1 milhão, 616 mil e 519 habitantes. Ela se divide em cinco regiões de governo: São José do Rio Preto, Catanduva, Fernandópolis, Jales e Votuporanga (SEADE, 2018). As emissoras que fazem a cobertura local nesta região também já foram mencionadas no decorrer da pesquisa: TV TEM de São José do Rio Preto, TV Band SP Interior, Record TV Rio Preto e SBT Interior.

Por fim, a Região Administrativa de Sorocaba concentra 2 milhões e 486 mil habitantes e envolve 47 municípios, divididos em quatro regiões de governo: Sorocaba, Avaré, Botucatu e Itapetininga (SEADE, 2018). Em Sorocaba, está sediada mais uma emissora da rede TV TEM, que abrange 21 municípios e um público de mais de 2 milhões de pessoas. O SBT Sorocaba e a Record TV Paulista já foram mencionadas durante o mapeamento. E a TV Band, também não possui sede nessa região, que recebe a programação da capital, via satélite, pelo sistema Band Sat.

A capital paulista não é mencionada neste mapeamento, pois priorizou-se apenas as regiões administrativas formadas pelos municípios do interior, tendo em vista que o objeto do estudo é a cobertura regional das emissoras de TV aberta. Nesse caso, faz-se necessário registrar que a décima segunda afiliada da Rede Globo, conforme apontado no início do mapeamento é a TV Diário, sediada em Mogi das Cruzes, na Região Metro-

politana de São Paulo. O Grupo de Comunicação cobre 10 cidades da região do Alto Tietê, cuja população chega a 1 milhão e 500 mil pessoas.

## **Territórios midiáticos das TVs abertas no Vale do Paraíba**

Como observado acima, das 15 regiões administrativas do estado, em 14 delas, os territórios midiáticos definidos por quase todas as emissoras comerciais de TV aberta extrapolam as fronteiras geográficas. Um exemplo é a afiliada da rede Globo TV Vanguarda, com sede em Taubaté e São José dos Campos, dois municípios do Vale do Paraíba. Porém, segundo o atlas de cobertura no site da emissora, são 46 cidades na área de cobertura com 72 canais que distribuem o sinal para o Vale Histórico, Litoral Norte, Serra da Mantiqueira e também da Região Bragantina. Ressalta-se aqui que a Região Bragantina não pertence à Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e sim, à Região Administrativa de Campinas, onde estão inseridas outras redes comerciais de TV aberta, cuja área de cobertura não envolve municípios da Rede Vanguarda. Dessa forma, presume-se que a cobertura regional feita pela emissora não atende de forma efetiva às necessidades da Região Bragantina da mesma forma que as notícias daquela localidade não interessam aos telespectadores que acompanham a programação no Vale do Paraíba. Essa, portanto, seria uma lacuna do território midiático que pode comprometer a contribuição da emissora no desenvolvimento regional.

Do mesmo modo, a Record TV Vale, com sede em Santos e São José dos Campos, distribui o sinal gerado no litoral sul paulista, também para 24 municípios do Vale do Paraíba. O atlas de cobertura, disponível no site da emissora, aponta 4 milhões e 200 mil telespectadores na RMVale e Baixada Santista.

A cobertura do sinal da TV Band Vale, emissora própria do Grupo Bandeirantes de Comunicação e que iniciou suas atividades na região em 1996 em São José dos Campos, compreende as 39 cidades do Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte. Além da geradora digital em Taubaté, ela conta com onze repetidoras, que distribuem o mesmo sinal para 2 milhões e 420 mil telespectadores de 43 localidades.

O SBT não faz parte deste estudo, pois o sinal distribuído para o Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira, Litoral Norte e Região Bragançana é gerado via satélite direto da capital paulista, sem uma programação específica para a região, apenas para a publicidade local.

### **Considerações finais**

A partir de referenciais teóricos sobre mídia regional e sua importante contribuição para o desenvolvimento, este estudo teve como objetivo fazer um mapeamento dos territórios midiáticos definidos pelas emissoras de TV Aberta no estado de São Paulo, com enfoque na Região Metropolitana do Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte. Dessa forma, o estudo permite observar se a área de cobertura definida pelas emissoras se limita ou não às fronteiras formais de cada região, bem como identificar quais territórios midiáticos se sobrepõem aos limites que envolvem também as áreas administrativas, política, econômica e cultural de cada região do estado.

A pesquisa aponta que no interior do estado, a maioria das emissoras possui uma área de cobertura muito maior que a região em que estão inseridas, inclusive, nas regiões metropolitanas, conglomerados de cidades criadas pelo governo do estado, justamente para fomentar de forma integrada a economia destas regiões. Também, observam-se

lacunas na cobertura regional, devido à falta de emissoras locais em algumas regiões, que recebem apenas a programação feita na capital. Tais lacunas geram um possível efeito de criação de um vazio de informações sobre a localidade ou uma hierarquia de importância dos municípios em função de maior ou menor visibilidade das notícias regionais. Outro efeito decorrente do fato de não haver correspondência entre os territórios político-administrativos com os territórios midiáticos é a falta de clareza do conceito de região, o que pode dissipar um possível sentimento de pertencimento dos espectadores/ moradores, conforme apontado por Bourdin (2001) ao afirmar que todo grupo de pertença é inicialmente associado a um território.

A regionalização das temáticas locais na mídia tende a fortalecer a relação de proximidade explorada pelos veículos de comunicação que se caracterizam como regionais, sob a ótica de um território que vai além das dimensões geográficas, pois envolve também as identidades histórico-culturais, interesses políticos, econômicos, enfim, a singularidade de uma região.

Ao considerar que comunicação também é uma importante ferramenta de contribuição para o desenvolvimento, este mapeamento permite constatar que a divisão territorial definida pelas emissoras de TV aberta, para distribuição do sinal nas diversas regiões do estado de São Paulo, não possibilita a representatividade efetiva dos municípios na cobertura jornalística regional.

Assim sendo, este mapeamento permite discutir, futuramente, se a divisão territorial definida pelas emissoras de televisão aberta para a distribuição do sinal nas diversas regiões do estado de São Paulo, fragiliza ou não a cobertura jornalística regional. Todos os municípios da região são representados nas reportagens exibidas nos telejornais?

Ao considerar os territórios midiáticos da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, a emissora mais fiel às fronteiras físicas da região é a TV Band Vale, enquanto a Record TV Vale tem parte de sua produção feita em Santos, Região Metropolitana da Baixada Santista e a TV Vanguarda, na Região Bragantina, que integra a Região Metropolitana de Campinas. Duas regiões, cujos fatos podem não interessar para o telespectador da RM Vale e da mesma forma para os telespectadores das outras duas regiões.

A partir dessas análises, este estudo também sugere aos veículos de comunicação de massa uma proximidade maior com a produção científica, bastante empenhada em identificar os principais problemas inibidores do desenvolvimento, como contribuição na construção de pautas ligadas ao desenvolvimento regional.

## Referências

- ABERT, Associação brasileira de emissoras de rádio e televisão. Disponível em <<http://www.abert.org.br/web/index.php/dados-do-setor/estatisticas/radiodifusao-licencas-e-outorgas>> acesso em 11 de maio de 2018
- ATLAS DE COBERTURA REDE VANGUARDA. MÍDIA Kit. Disponível em: <<http://www.vanguarda.tv>> Acesso em: 23 de fev. de 2018.
- ATLAS DE COBERTURA TV BAND. Disponível em: <<http://comercial.band.uol.com.br/atlas-de-cobertura>> Acesso em: 23 de fev. de 2018.
- ATLAS DE COBERTURA TV RECORD. Disponível em: <<http://comercial.recordtv.com.br/atlas-de-cobertura>> Acesso em: 23 de fev. de 2018.
- ATLAS DE COBERTURA SBT. Disponível em: <<https://www.sbt.com.br/tvdigital/sinal>> Acesso em: 23 de fev. de 2018.
- BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social. *Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira* - Brasília: Secom, 2016.
- CARNIELLO, Monica; TOLEDO, Gisele. A estruturação do mercado publicitário de São José dos Campos e Taubaté - SP a partir da instalação das tvs abertas regionais Animus. *Revista Interamericana de Comunicação Midiática*. Santa Maria, vol. 15, n. 29, p.225-245, 2016.
- DALLABRIDA, Valdir Roque; BECKER, F. Dinizar. Dinâmica Territorial do Desenvolvimento. In: BECKER, F. Dinizar; WITTMANN, Milton Luiz (Org.). *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.
- FUNDAÇÃO SEADE. *Portal de estatísticas do estado de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>> Acesso em: 12 mar. de 2018.
- FUNDAÇÃO SEADE. *Perfil dos municípios paulistas*. Disponível em: <<http://www.perfil.seade.gov.br/>> Acesso em: 12 de mar. 2018.
- MELO, José Marques de; SOUSA, Cidival Morais de; GOBBI, Maria Cristina. *Regionalização midiática: estudos sobre comunicação e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: Sotese, 2006.
- MCTIC, Ministério da Ciência, tecnologia, inovação e comunicações. Disponível em <[http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SE-RAD/radiodifusao/detalhe\\_tema/radiodifusao\\_comercial.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SE-RAD/radiodifusao/detalhe_tema/radiodifusao_comercial.html)> acesso em 5 de maio de 2018
- PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Mídia regional local: aspectos conceituais e tendências. *Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, n. 43, p. 67-84, 1º sem. 2005.
- SANTOS, Milton. *Território e Sociedade*. São Pau-

lo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHRAMM, Wilbur. *Comunicação de massa e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Bloch, 1976.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

SOUSA, Cidival Morais de. *Televisão Regional*. Rio de Janeiro: Sotese, 2006.

**Rosimara de Cássia da Silva Batista** - Jornalista, Mestranda em Gestão e Desenvolvimento Regional na Universidade de Taubaté. **E-mail:** rosimarasilva@terra.com.br

**Quésia Postigo Kamimura** - Doutora em Saúde Pública e professora no Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Taubaté. **E-mail:** qkamimura@gmail.com

**Monica Carniello** - Professora Assistente Doutora da Universidade de Taubaté, com atuação no Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional, MBAs e no Departamento de Comunicação Social. Docente da Faculdade de Tecnologia de Pindamonhangaba (FATEC). **E-mail:** monicafcarniello@gmail.com

**Recebido: 27 nov. 2018**

**Aprovado: 28 dez. 2018**